



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

TERRITÓRIOS DE RONDÔNIA **TERRITÓRIO MADEIRA MAMORÉ**

TERRITÓRIO MADEIRA MAMORÉ
PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT

Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA

Porto Velho/RO
Ano: 2014, Versão Final



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO MADEIRA MAMORÉ

Presidente da República Federativa do Brasil
Dilma Rousseff

Ministro do Desenvolvimento Agrário
Pepe Vargas

Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Andréa Lorena Butto Zarzar

Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário de Rondônia
Genair Capelini

Núcleo Dirigente do Colegiado Territorial Madeira Mamoré

Coordenador Geral
Jeoval Batista da Silva

Vice Coordenador Geral
Iolanda Nascimento Brandão. Associação dos Produtores do Assentamento Flor do Amazonas II - Candeias do Jamari.

Coordenação de Secretaria
Atalábio José Pegorini - Prefeito de Guajará Mirim.

Vice Coordenador de Secretaria
Caetano Puerta. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Itapuã do Oeste.

Coordenação de Comunicação
Pedro de Oliveira Bordalo. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - Porto Velho.

Vice Coordenador de Comunicação
Ibrain Coelho Jr. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itapuã do Oeste.

Assessoria Territorial
Adirleide Dias

Centro de Estudo da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA

Coordenação Geral
Alexis de S. Bastos

Equipe de Elaboração e Revisão
Alexandre Thomas Harrison
Alessandra da S. Martins
Alexandre Rotuno

Contrato de repasse: nº. 315.362.48/2009/MDA/CAIXA

Período de Elaboração: 2010 a 2013

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68313-00-8



9 788568 313008

AGRADECIMENTOS

Os últimos anos foram de muito trabalho para os Colegiados Territoriais em Rondônia. Eles foram marcados pela construção nos Territórios Madeira Mamoré, Vale do Jamari, Central e Rio Machado por muitas reuniões e discussões para geração de subsídios que integram os Plano Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS.

O PTDRS é um instrumento de gestão elaborado de forma participativa, calcado em múltiplas visões. Seu objetivo é apoiar a consolidação dos Territórios Rurais e de Cidadania através do empoderamento dos atores sociais destas áreas para fortalecimento da participação social, primando pelo protagonismo, equidade e autonomia política do público rural. Neste espaço são definidos projetos

e ações para o fortalecimento da gestão social, das redes de cooperação, articulação de políticas públicas e dinamização econômica.

Participaram das reuniões membros de cooperativas, sindicatos, associações rurais, indígenas e extrativistas, pescadores e representantes de entidades governamentais de todos Territórios.

A construção deste instrumento foi um importante marco nessa direção, não apenas para pactuação entre os atores sociais sobre as ações necessárias ao desenvolvimento territorial, mas para de fato, consolidarmos a Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Fica aqui registrado o obrigado do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e do Centro de Estudos Rioterra a todos e todas que colaboraram para essa construção.



**TERRITÓRIOS
DE RONDÔNIA**

**TERRITÓRIO
MADEIRA
MAMORÉ**

LISTA DE SIGLAS

ALCGM - Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim

ATES – Assistência Técnica Social e Ambiental

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

COOTRARON – Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia

DST – Doença Sexualmente Transmissível

FEROM – Federação de Mulheres de Rondônia

FLONA – Floresta Nacional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

OSR – Organização dos Seringueiros de Rondônia

PA – Projeto de Assentamento

PAF – Projeto de Assentamento Florestal

PCA – Projeto Casulo

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

SAF – Sistema Agroflorestal

SEPLAD – Secretaria Municipal de Planejamento de Desenvolvimento

SDT – Secretaria do Desenvolvimento Territorial

TMM - Território Madeira-Mamoré

UHE - Usina Hidrelétrica

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Território Rural de Identidade Madeira Mamoré-RO _____	13
Figura 2: Representação CODETER _____	47
Figura 3: Vegetação no Território Rural de Cidadania Madeira Mamoré _____	55
Figura 4: Precipitação Média Anual no Território Rural de Cidadania Madeira Mamoré _____	57
Figura 5: Rede de Drenagem no Território Rural de Cidadania Madeira Mamoré _____	59
Figura 6: Solos Território Rural de Cidadania Madeira Mamoré _____	61
Figura 7: Primeira viagem da VASP a Guajará-Mirim em 1967 _____	69
Figura 8: Aeroporto de Guajará-Mirim _____	69
Figura 9: Projetos de Assentamento no Território Rural de Cidadania Madeira Mamoré _____	77
Figura 10: Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Território Rural de Cidadania Madeira Mamoré _____	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ensino Superior _____	31
Quadro 2: Sala de Aula por Escola Indígena no Território Madeira Mamoré _____	31
Quadro 3: Etnias e Atendimento Escolar Território Madeira Mamoré _____	32
Quadro 4: Equipamentos de Saúde em Guajará-Mirim _____	33
Quadro 5: Estabelecimentos de Saúde em Guajará-Mirim _____	33
Quadro 6: Recursos humanos da Secretaria de Saúde de Candeias do Jamari _____	36
Quadro 7: Estabelecimento de Corpo de Bombeiros do Território Madeira Mamoré _____	44
Quadro 8: Quartel da Polícia Militar no Território Madeira Mamoré _____	44
Quadro 9: Membros do CODETER _____	48
Quadro 10: Gestão Socioambiental no Território Madeira Mamoré _____	51
Quadro 11: Aterros Sanitários _____	81
Quadro 12: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional – Diversidade Etnocultural _____	98
Quadro 13: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Política Cultural _____	98
Quadro 14: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Esporte e Lazer _____	99

Quadro 15: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Gênero _____	99
Quadro 16: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Geração. _____	100
Quadro 17: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação. _____	101
Quadro 18: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde _____	103
Quadro 19: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública _____	104
Quadro 20: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Ambiental, Meio Ambiente. _____	105
Quadro 21: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura. _____	106
Quadro 22: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Produção _____	107
Quadro 23: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Transformação e Beneficiamento _____	108
Quadro 24: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Comercialização _____	109
Quadro 25: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Extrema Pobreza _____	110
Quadro 26: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Organização e Gestão Social _____	111
Quadro 27: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Organização Social _____	112
Quadro 28: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Agroecologia _____	113

Quadro 29: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Regularização Fundiária _____	113
Quadro 30: Proposta Território Madeira Mamoré _____	116
Quadro 31: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação _____	118
Quadro 32: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional, Esporte e Lazer _____	119
Quadro 33: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional, Cultura _____	120
Quadro 34: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Economia _____	121
Quadro 35: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura _____	122
Quadro 36: Gestão e Monitoramento, Dimensão Ambiental, Meio Ambiente _____	123
Quadro 37: Gestão e Monitoramento, Dimensão Ambiental, Saúde _____	124
Quadro 38: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Segurança Pública _____	125
Quadro 39: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Organização Social e Institucional _____	126
Quadro 40: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Regularização Fundiária _____	127
Quadro 41: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Gênero e Geração _____	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Densidade Demográfica do Território Madeira Mamoré _____	24	Tabela 12: Alunos Indígenas no Território Madeira Mamoré _____	31
Tabela 2: Informações sobre a População _____	24	Tabela 13: Estabelecimentos de Saúde em Guajará-Mirim _____	33
Tabela 3: Estabelecimentos por Escolas e Salas de Aula, por Dependência Administrativa - Guajará-Mirim 2006 _____	25	Tabela 14: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Guajará-Mirim _____	33
Tabela 4: Total de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino na Área Rural - Guajará-Mirim 2007 _____	26	Tabela 15: Estabelecimentos de Saúde em Nova Mamoré _____	34
Tabela 5: Vagas Disponibilizadas por Nível de Ensino, Guajará-Mirim 2006 _____	27	Tabela 16: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Nova Mamoré _____	34
Tabela 6: Estabelecimentos por Escolas e Salas de Aula por Dependência Administrativa – Nova Mamoré _____	28	Tabela 17: Estabelecimentos de Saúde em Porto Velho _____	34
Tabela 7: Realidade da Educação Municipal em Porto Velho _____	28	Tabela 18: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Porto Velho _____	34
Tabela 8: Realidade Infraestrutura Escolar e Recursos Humanos/ Atendimento da Educação em Candeias do Jamari _____	29	Tabela 19: Estabelecimentos de Saúde em Candeias do Jamari _____	35
Tabela 9: Educação em Itapuã do Oeste _____	30	Tabela 20: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Candeias do Jamari _____	35
Tabela 10: Estabelecimento Escolar Área Urbana e Rural no Município de Itapuã do Oeste _____	30	Tabela 21: Infraestrutura Física dos Estabelecimentos de Saúde de Candeias do Jamari _____	35
Tabela 11: Síntese Educacional do Território Madeira Mamoré _____	30	Tabela 22: Estabelecimentos de Saúde em Itapuã do Oeste _____	37

Tabela 23: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Itapuã do Oeste _____	37
Tabela 24: Distribuição de atendimento médico hospitalar de Itapuã do Oeste _____	38
Tabela 25: Síntese da Saúde no Território Madeira Mamoré _____	38
Tabela 26: Ocorrências Registradas no Ano de 2010 _____	43
Tabela 27: Delegacias de Polícia Civil _____	43
Tabela 28: Tipologia Vegetação Território Madeira Mamoré _____	62
Tabela 29: Indicadores Econômicos _____	64
Tabela 30: Empregos Gerados por Setor da Economia _____	64
Tabela 31: Número de Estabelecimentos por Setor da Economia _____	64
Tabela 32: Produção do Rebanho _____	67
Tabela 33: Produção Vegetal _____	67
Tabela 34: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura _____	67
Tabela 35: Produção de Derivados de Mandioca e de Frutíferas, Guajará-Mirim 2005 _____	68

Tabela 36: Produção Anual de Pescado, por Espécies, da Colônia de Pescadores Z-2RO - Guajará-Mirim Período 2004 e 2005 _____	68
Tabela 37: Principais Espécies da Ictiofauna em Itapuã do Oeste _____	68
Tabela 38: Público alvo das Políticas de Crédito _____	70
Tabela 39: Público alvo de Ações de Importância para a Dinamização das Economias Territoriais _____	71
Tabela 40: Domicílios em Situação de Pobreza _____	72
Tabela 41: Regularização Fundiária em Guajará-Mirim _____	73
Tabela 42: Regularização Fundiária em Nova Mamoré _____	73
Tabela 43: Regularização Fundiária em Porto Velho _____	74
Tabela 44: Regularização Fundiária em Candeias do Jamari _____	76
Tabela 45: Áreas Protegidas _____	78
Tabela 46: Desmatamento _____	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
------------	---

CAPÍTULO I: ASPECTOS HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO MADEIRA MAMÓRE	10
--	----

1.1. Contextualização	10
-----------------------	----

1.1.1. Porto Velho	10
--------------------	----

1.1.2. Nova Mamoré	11
--------------------	----

1.1.3. Guajará Mirim	11
----------------------	----

1.1.4. Candeias do Jamari	12
---------------------------	----

1.1.5. Itapuã do Oeste	12
------------------------	----

CAPÍTULO II: POLÍTICA TERRITORIAL	16
-----------------------------------	----

2.1. Desenvolvimento Territorial	16
----------------------------------	----

CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS	20
---	----

3.1. Dimensão Sociocultural e Educacional	20
---	----

3.1.1. Sociocultural	21
----------------------	----

3.1.1.1. Aspectos Demográficos	21
--------------------------------	----

3.1.2. Educação	25
-----------------	----

3.1.3. Saúde	32
--------------	----

3.1.4. Cultura	38
----------------	----

3.1.5. Esporte e Lazer	40
------------------------	----

3.1.6. Segurança Pública	42
--------------------------	----

3.2. Dimensão Político Institucional	45
--------------------------------------	----

3.2.1. Organização Social e Institucional	45
---	----

3.2.2. Colegiado de Desenvolvimento Territorial	47
---	----

3.2.3. Gestão Social Territorial	50
----------------------------------	----

3.2.4. Instrumentos de Gestão Socioambiental	51
--	----

3.3. Dimensão Ambiental	52
-------------------------	----

3.3.1. Características Geoambientais do Território Madeira Mamoré	52
---	----

3.4. Dimensão Socioeconômica	62
------------------------------	----

3.4.1. Socioeconômica	62
-----------------------	----

3.4.1.1. Produção Animal e Vegetal	65
------------------------------------	----

3.4.2. Assistência Técnica	68
----------------------------	----

3.4.3. Infraestrutura	69
-----------------------	----

3.4.3.1. Malha viária	69
-----------------------	----

3.4.4. Programas de Crédito	70
3.4.5. Programa Luz Para Todos	71
3.4.6. Comunicação	71
3.4.7. Áreas Identificadas de Extrema Pobreza	71
3.4.8. Regularização Fundiária	73
3.4.8.1. Programa Terra Legal	78
3.4.8.2. Áreas Protegidas	78
3.4.8.3. Problemas Socioambientais	81

CAPÍTULO IV: VISÃO DE FUTURO TERRITORIAL 84

4.1. Visão de Futuro	84
4.1.1. Cultura	84
4.1.2. Política Cultural	85
4.1.3. Esporte e Lazer	85
4.1.4. Gênero e Geração	85
4.1.5. Dinamização Econômica	86
4.1.6. Produção	86
4.1.7. Infraestrutura	86

4.1.8. Meio Ambiente	86
4.1.9. Segurança Pública	87
4.1.10. Organização Social e Institucional	87
4.1.11. Educação	87
4.1.12. Saúde	88
4.1.13. Regularização Fundiária	88
4.1.14. Povos Indígenas	89

CAPÍTULO V: VALORES E PRINCÍPIOS 94

5.1. Princípios Territorial	94
-----------------------------	----

CAPÍTULO VI: PROPOSTAS E PROJETOS 98

CAPÍTULO VII: GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS 116

7.1. Monitoramento e Avaliação	116
7.2. Monitoramento Participativo	117

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 131

INTRODUÇÃO

Buscando identificar a atual situação socioespacial do Território Madeira-Mamoré, o presente diagnóstico visa compreender as dinâmicas produtivas, culturais, sociais, econômicas e políticas do respectivo Território, utilizando dados primários e secundários obtidos através de pesquisa em bancos de dados governamentais e não governamentais e pesquisa de campo.

Deixamos claro que o relato não possui caráter definitivo, tampouco podemos engessar os dados esboçados, as transformações socioterritoriais possui uma flexibilidade muito versátil, adaptando-se ao mundo que gira ao seu redor.

Este diagnóstico é a construção e a consolidação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Madeira-Mamoré. O objetivo é identificar, através de informações secundárias e primárias, as potencialidades e as debilidades dos municípios componentes do TMM. Este documento servirá de referência para compreensão e gestão do Território em busca

de um desenvolvimento igualitário e sustentável entre os municípios envolvidos, bem como outros interessados.

O conjunto de informações contidas neste documento é a soma dos dados e das análises destes, sendo o resultado de dois meses de trabalhos de campo e gabinete, a fim de identificar as dinâmicas produtivas e as redes de assistência de serviços básicos ofertados à população nos municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste (Figura 1).

Deste modo, buscando ofertar uma melhor compreensão e leitura das informações aqui contidas, o coevo trabalho foi dividido em cinco capítulos e mais as considerações finais. O primeiro capítulo retrata a realidade do município de Guajará-Mirim; o segundo capítulo, Nova Mamoré; o terceiro capítulo demonstra a dinâmica de Porto Velho; o quarto capítulo aborda o município de Candeias do Jamari; o quinto capítulo discute sobre Itapuã do Oeste e, por fim, as considerações sobre o Território Madeira-Mamoré.





CAPÍTULO I

CAPÍTULO I: ASPECTOS HISTÓRICOS DO TERRITÓRIO MADEIRA MAMÓRE

1.1 Contextualização

1.1.1. Porto Velho

Porto Velho foi criada por desbravadores por volta de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira- Mamoré. Em plena Floresta Amazônica, e inserida na maior bacia hidrográfica do globo, onde os rios ainda governam a vida dos homens, é a capital do estado de Rondônia. Fica nas barrancas da margem direita do Rio Madeira, o maior afluente da margem direita do rio Amazonas.

Desde meados do sec. XIX, nos primeiros movimentos para construir uma ferrovia que possibilitasse superar o trecho encachoeirado do rio Madeira (cerca de 380km) e dar vazão à borracha produzida na Bolívia e na região de Guajará-Mirim, a localidade escolhida para construção do porto onde o caucho seria transbordado para os navios seguindo então para a Europa e os EUA, foi Santo Antônio do Madeira, província de Mato Grosso. As dificuldades de construção e operação de um porto fluvial em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio fizeram com que construtores e armadores utilizassem o pequeno porto amazônico localizado 7 km abaixo, em local muito mais favorável. Em 15/01/1873, o Imperador Pedro II assinou o Decreto-Lei Nº 5.024, autorizando navios mercantes de todas as nações subirem o Rio Madeira. Em decorrência, foram construídas modernas facilidades de atracação em Santo Antônio, que passou a ser denominado Porto Novo. O porto velho dos militares continuou a ser usado por sua maior segurança, apesar das dificuldades operacionais e da distância até Santo Antônio, ponto inicial da EFMM. Percival Farquar, proprietário da empresa que afinal conseguiu concluir a ferrovia em 1912, desde 1907 usava o velho porto para descarregar materiais para a obra e, quando decidiu que o ponto inicial da ferrovia seria aquele (já na província do Amazonas), tornou-se o verdadeiro fundador da cidade que, quando foi afinal oficializada pela Assembleia do Amazonas, recebeu o nome Porto Velho, hoje a capital de Rondônia.



1.1.2. Nova Mamoré

Com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, no início do Século XX, surgiram várias povoações ao longo do percurso da ferrovia entre Porto Velho e Guajará-Mirim. Dentre elas existia a Vila Murtinho, que se localizava em frente à foz do rio Beni no rio Mamoré, que a partir dali se juntam para formar o rio Madeira.

No início da década de 60 foi construída a BR-29 (hoje BR-364), que ligaria Brasília ao Acre, última obra de grande vulto do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A partir da BR-29 (hoje BR-364) surgiu a BR-425, que liga a Vila de Abunã à cidade de Guajará-Mirim. A abertura do trecho de estrada que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim e a desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré-EFMM, em 1966, provocaram a decadência de Vila Murtinho, que vivia em torno do movimento da ferrovia.

Com a abertura do ramal ligando o povoado com a BR-425, os moradores migraram para a margem da rodovia e fundaram uma nova povoação, que chamaram de Vila Nova, em alusão a Vila Murtinho, que passava a ser a “Vila Velha”.

O projeto de emancipação tramitou na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia com o nome de Vila Nova, porém, ao ser encaminhado ao IBGE, foi devolvido porque já existiam unidades político-administrativas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná com o nome escolhido. O deputado Rigomero Agra, autor do projeto, escolheu o nome de Vila Nova do Mamoré em homenagem ao importante rio que banha o município, separa o Brasil da Bolívia e se junta ao rio Beni para formar o rio Madeira.

Mamoré significa “mãe dos homens”, ou é uma alteração de “mamuri”, nome de um peixe comum na região, também conhecido como matrinhã. Com o nome de Vila Nova do Mamoré, o município foi criado em 6 de julho de 1988, através da Lei Nº 207, assinada pelo governador Jerônimo Garcia de Santana, com área desmembrada do município de Guajará-Mirim e foi revogada a Lei nº 202, em 15 de junho de 1988.

Por iniciativa da Câmara Municipal, o nome do município foi

mudado para Nova Mamoré, através da Lei Municipal Nº 081, de 13 de setembro de 1991, assinada pelo prefeito José Brasileiro Uchôa. A mudança do nome não teve validade porque uma lei municipal não pode modificar uma lei estadual.

O nome de Vila Nova Mamoré foi mudado para Nova Mamoré no dia 17 de dezembro de 1993, através da Lei Nº 531, assinada pelo deputado Silvernani César dos Santos, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

1.1.3. Guajará-Mirim

Guajará-Mirim, município fronteiro localizado na Região Amazônica, entre as coordenadas Latitude Sul: 8°45’48” e Longitude W.Gr.: 63°54’48”, é um município que no passado vivenciou um período de prosperidade proporcionada por suas riquezas naturais e pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Tal prosperidade rendeu ao município o título de “A Pérola do Mamoré”.

A mencionada urbe é um caso muito específico no que toca à questão urbana na Amazônia. Diferente da maioria das cidades amazônicas localizadas beira-rio, atualmente a principal ligação deste município com o mundo exterior não é o rio, mas sim a BR-425, uma estrada isolada e em questionável estado de conservação. Com o encerramento das atividades da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1972) e o fechamento do aeroporto local, esta estrada constitui a única via de transporte de passageiros e produção desta cidade.

O mencionado município possui uma área de 24.856 Km²; atualmente 96,45% de seu território é constituído por áreas protegidas, destinadas às Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Reservas Biológicas, Parques Estaduais e Parques Nacionais.

O município limita-se ao Norte com os municípios de Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia; ao Sul com o município de Costa Marques e a República da Bolívia; e a Leste com os municípios de São Miguel do Guaporé e Governador Jorge Teixeira. Guajará-Mirim possui também dois distritos: a Vila do Iata e Surpresa.

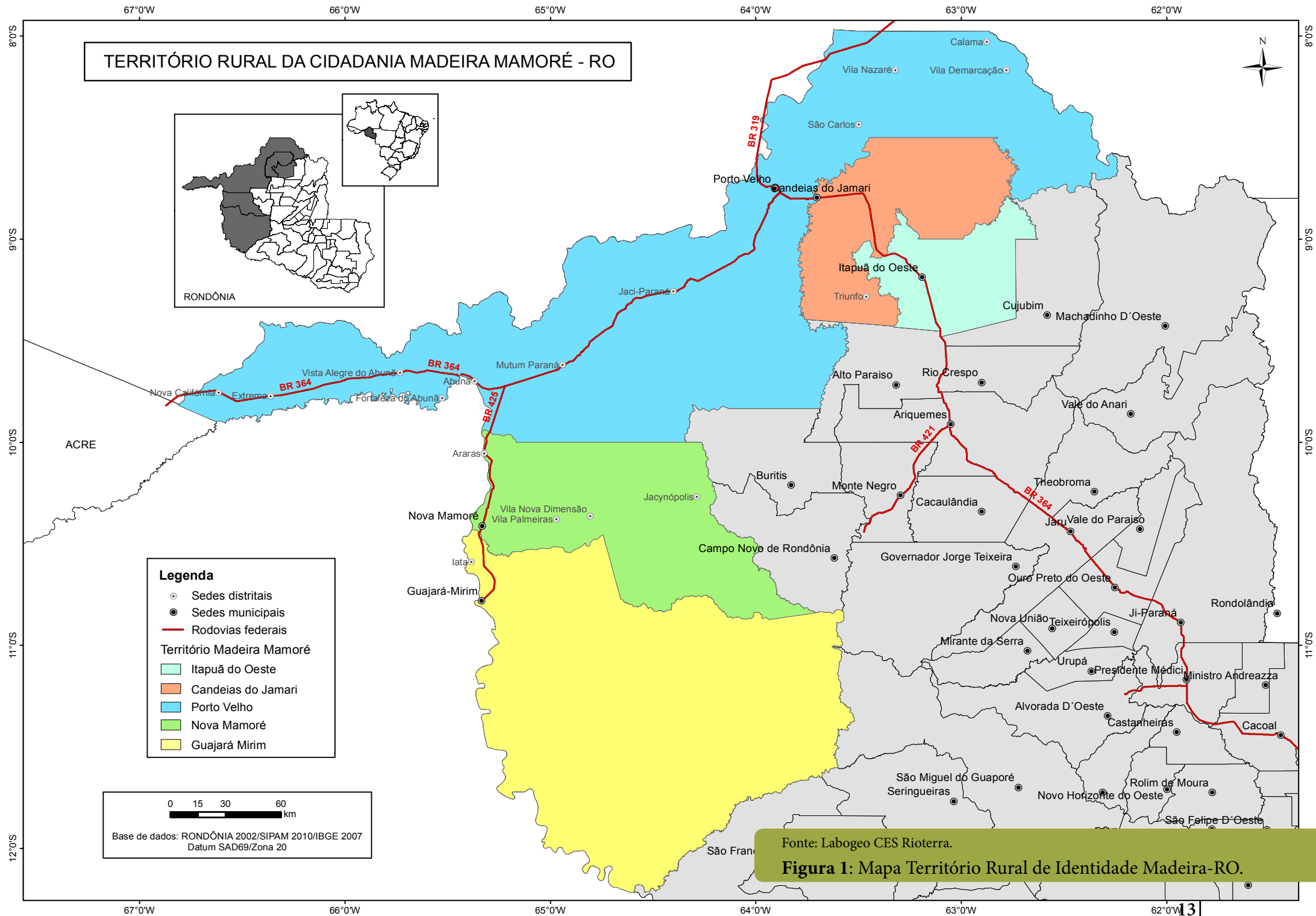


1.1.4. Candeias do Jamari

O município surgiu como povoação no cruzamento da BR-29 (hoje BR-364) com o Rio Candeias, afluentes do Rio Jamari, e ficou conhecido como Vila Candeias, em homenagem ao rio que banha a cidade. O município foi criado com o nome de Candeias do Jamari pela Lei Nº 363, de 13 fevereiro de 1992, com área desmembrada do município de Porto Velho.

1.1.5. Itapuã do Oeste

O município foi criado com o nome de Jamari, em 13 de fevereiro de 1992, através da Lei Nº 364, com áreas desmembradas dos municípios de Ariquemes e Porto Velho. Devido à insatisfação dos moradores com a denominação Jamari, foi realizado um plebiscito para que retornasse o nome Itapuã do Oeste. No dia 24 de outubro de 1997, através da Lei Nº 747 foi dada nova denominação ao município de Jamari, que passou a denominar-se Itapuã do Oeste.





CAPÍTULO II

CAPÍTULO II: POLÍTICA TERRITORIAL

2.1. Desenvolvimento Territorial

Os Territórios Rurais para o desenvolvimento das ações do PRONAT foram debatidos com os principais atores sociais do estado de Rondônia durante os meses de junho e julho de 2003. Em 27 de julho de 2003, após inúmeras reuniões envolvendo órgãos de governos, entidades representativas da Agricultura Familiar, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) definiu-se o arranjo inicial dos Territórios Rurais para Rondônia.

O Território Rural Madeira-Mamoré foi incluído no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Rondônia, em sessão realizada em 29 de julho de 2003, sendo homologado para o início dos trabalhos do PRONAT em 22 de junho de 2004. Tal definição deu-se pelo fato de ter sido o terceiro Território Rural no preenchimento dos indicadores sociais, políticos, econômicos e ambientais, além de ser o foco principal da política nacional de reforma agrária na implementação de assentamentos executados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). É um Território Rural que apresenta sérios conflitos agrários e o principal é a invasão de Reservas Extrativistas (RESEX), Áreas Indígenas e Florestas Nacionais (FLONA), por madeireiros, grileiros e ocupantes.

O Território Rural Madeira-Mamoré foi selecionado em 29 de julho de 2003 e definido como prioridade para as ações do PRONAT em 24 de junho de 2004, em reuniões extraordinárias do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Rondônia (CEDRS), constituindo-se em um espaço físico, geograficamente definido, contínuo, compreendendo cidades e espaços rurais dos municípios de Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré e Porto Velho.

A implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) tem buscado promover cada vez



mais o protagonismo dos atores sociais para a construção e governança do desenvolvimento de seus Territórios. E, para isso, embasada em experiências nacionais e internacionais de aprofundamento da democracia participativa, tem reforçado a necessidade de fortalecer a cultura da gestão social, a ampliação das redes sociais de cooperação, estimulando as iniciativas que reorientem as dinâmicas socioeconômicas a partir da articulação e coesão das diversas políticas públicas federais, estaduais e municipais.

Entende-se que para haver uma efetiva participação e democratização do mundo rural brasileiro (desigual e em muitos casos pobre) é preciso, sobretudo, aos mais fragilizados como a população do MDA, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e do reordenamento agrário, povos indígenas e oriundos dos quilombos, pescadores artesanais, trabalhadores extrativistas e temporários, mulheres, jovens, dentre outros articularem-se com outros atores, especialmente àqueles que partilham dos ideários do desenvolvimento sustentável, no caso os responsáveis pelas políticas públicas (gestores municipais, estaduais e federais) educação, saúde, cultura, segurança, seguridade social, infraestrutura social e produtiva e etc. Entende-se, ainda, que esse empoderamento requer propostas e instrumentos adequados que facilitem os processos de conhecimento, negociação e do processo de consertar em torno das estratégias para o desenvolvimento sustentável. E esses rumos e instrumentos vêm sendo construídos a partir de um intenso esforço de planejamento territorial.

A tarefa de fomentar a consolidação do PRONAT é gigantesca e também de longo prazo sendo que, certamente, um dos principais desafios é a sua transformação em uma política de estado. Essa política será tanto mais inovadora e efetiva quanto mais se conseguir empoderar os Territórios Rurais para que definam seus projetos e ações, levando em conta a abordagem territorial, as diversidades culturais existentes e os saberes das pessoas que vivem nos Territórios.







CAPÍTULO III



CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICO TERRITORIAL DAS DIMENSÕES TEMÁTICAS

3.1. Dimensão Sociocultural e Educacional

Cada dimensão estratégica terá seus objetivos que podem ser entendidas como grandes propósitos a serem alcançados pelos atores sociais a partir da identificação e qualificação da visão de futuro. Podem também ser entendidos como a transformação, com sentido de viabilidade, dos propósitos e objetivos estratégicos para realização da visão de futuro.

As dimensões estratégicas se caracterizam por serem mensuráveis, à materialização dos grandes propósitos e por estarem numa relação direta com a temporalidade e seus respectivos cenários. Com o intuito de levantar elementos para a construção dos eixos estratégicos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentado do Território Madeira-Mamoré, durante a Reunião Ampliada, foram apresentados onze dimensões: sociocultural, educacional, saúde, política cultural, esporte e lazer, segurança pública, institucional, ambiental, regularização fundiária e socioeconômica.

3.1.1. Sociocultural

Este tema procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos Territórios. Quanto à educação, esta é vista como um mecanismo sistêmico de reprodução e construção social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos Territórios.

3.1.1.1. Aspectos Demográficos

I) Guajará-Mirim: possui uma posição de destaque na História do estado de Rondônia, configurando-se como município pioneiro e, durante muitos anos, centro de comercialização e produção de gêneros que abasteciam o estado. No entanto, devido à mudança do eixo de atenção das políticas públicas para a região, a cidade sofreu um grande decréscimo no que tange à recepção de recursos e a participação no desenvolvimento do estado, passando a configurar-se como corredor ecológico de áreas protegidas, tais como, Terras Indígenas e Unidades de Conservação (Figuras 9).

Até a década de 1950, o crescimento populacional de Guajará-Mirim acompanhava o crescimento de Porto Velho chegando a ter um número de habitantes superior ao da capital do estado. No entanto, este crescimento sofreu um cataclisma que o fez embeberar durante décadas. O resultado deste processo, oriundo da falta de perspectivas políticas que proporcionassem a retomada do desenvolvimento do município foi o decréscimo populacional. Na década de 1990, fruto da implantação da área de livre comércio de Guajará-Mirim, a população voltou a crescer, no entanto, a falta de gerenciamento do comércio e de capacitação e mal gerenciamento do comércio por parte do poder público fez com que grande parte dos empreendimentos ali instalados, por conta da ALCGM¹ falisse, o que mais uma vez afetou o crescimento populacional.

Atualmente, segundo estimativa da Prefeitura Municipal, Guajará-Mirim possui cerca de 41.646 mil habitantes, uma vez que

¹ Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim.

grande parcela da população migrou para Jacy-Paraná e Nova-Mutum, sendo recrutados pelos empreendimentos da construção da Usina Hidrelétrica de Jirau (Tabela 1). Segundo informações da Secretaria Municipal de Planejamento de Desenvolvimento (SEPLAD), a construtora loca ônibus que a cada 15 dias faz o traslado dos trabalhadores Guajará-mirenses, de suas residências para o empreendimento, e do empreendimento para Guajará-Mirim. Para esse fim são utilizados cerca de 43 ônibus, transportando aproximadamente dois mil trabalhadores.

II) Nova Mamoré: segundo os dados obtidos nota-se que o município de Nova Mamoré teve um significativo índice de crescimento populacional nos últimos sete anos. É interessante ressaltar que, conforme dados do IBGE (1995/1996 e 2007) há uma inversão na realidade populacional municipal. Há 15 anos havia um predomínio da população rural sobre a população urbana, no entanto, em 2010, a população urbana atingiu um índice muito superior ao da rural, cerca de 80% a mais. Esta realidade deve-se principalmente a três fatores:

Primeiro, a relativa proximidade com o empreendimento de construção da UHE Jirau fez com que muitas pessoas buscassem no centro urbano desta cidade a oportunidade em abrir negócios que atendam direta ou indiretamente o empreendimento;

Segundo, embora exista aptidão para o crescimento dos empreendimentos rurais, este esbarra na limitação espacial e, em alguns casos, na dificuldade de acesso e escoamento da produção rural, o que intimida a migração de trabalhadores rurais para aquela região. Outro fator que deve ser mencionado é a política de acesso a terra, que ainda não vislumbra, à contento, as necessidades regionais; e

Terceiro, o crescimento da população urbana é uma tendência natural das urbes contemporâneas, uma vez que a possibilidade de negócios neste espaço é maior do que na zona rural. Ressalta-se o fato de que o espaço rural é limitado devido à quantidade de propriedades legalizadas e à legislação ambiental, enquanto no espaço urbano não há limites para o crescimento.

III) Porto Velho: a partir de 2007 passou a configurar como um dos principais canteiros de obras do Brasil. Contemplado pelo PAC

(Programa de Aceleração do Crescimento), a cidade sofreu transformações marcantes em seu espaço físico e social em um curto intervalo de tempo.

A construção das UHE de Santo Antônio e Jirau alterou de forma significativa a realidade regional. O impacto que veio a ser percebido, fruto do novo ciclo migratório criado, foi o de trabalhadores de diversas regiões do país que migraram para Porto Velho em busca de oportunidades, procurando ocupar postos no mercado de trabalho local e nos canteiros de obra das UHE. Além dos empresários que migraram e consequente abertura de filiais. Foram elaborados estudos de impacto socioambiental para se conhecer a viabilização do projeto. No entanto, tais estudos foram superficiais e não levaram em consideração as variáveis regionais, assim como os modos de vida dos amazônidas.

Todo este surto migratório legou ao município diversos problemas: o crescimento populacional não foi antecedido pelo crescimento de infraestrutura e de oferta de serviços básicos; as filas nos hospitais públicos e particulares são gigantescas; as vagas nas escolas estão escassas; a criminalidade aumentou e não há efetivo de policiais nas ruas para combater esta demanda. Concomitantemente a isto, os preços do mercado imobiliário local tornaram-se impraticáveis devido ao aumento da procura por imóveis. O preço dos aluguéis subiu cerca de 300% e os imóveis à venda também seguem esta mesma lógica. Bom para uns, péssimo para outros.

A população local, que ainda não conheceu os prometidos benefícios da construção das UHE, não estava preparada financeiramente para tal baque e, considerando que os salários não foram reajustados na mesma proporção do custo de vida, o resultado desta empreitada é o inchaço da periferia da cidade, que passou a receber, inclusive, habitantes que outrora residiam na região central da cidade. Os problemas não param por aí. Porto Velho possui dois distritos: Jacy-Paraná e Mutum Paraná, que merecem destaque nesta história.

O distrito de Jacy-Paraná, anteriormente com cerca de 8.000 habitantes, agora possui cerca de 18.000 habitantes, no entanto, sua estrutura não foi preparada para tal transformação. Mais próximo ao

canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, o distrito recebeu diversos migrantes em busca de trabalho, porém não foram apenas trabalhadores que migraram: prostíbulos provenientes de outras regiões do país ali se instalaram. Um exemplo é o “Gaguinhos”, originalmente de Guajará-Mirim, e que sabendo do promissor mercado local abriu uma filial em Jacy, assim como o “Bar do Adão”, um conhecido prostíbulo que acompanha todos os empreendimentos da Camargo Correia, se instalando em todas as regiões do país.

Os problemas oriundos do uso e tráfico de drogas também são alarmantes. Há cerca de cinco anos Jacy-Paraná era uma localidade tranquila e pacata, mas, atualmente é um dos locais de Porto Velho onde mais se usa crack (droga derivada da cocaína). Também se deve ressaltar a especulação imobiliária existente na localidade. Há quatro anos alugava-se uma casa com dois quartos, sala, cozinha e banheiro por 200 reais. Ultimamente, a mesma casa não sai por menos de R\$ 1.800,00. A mesma proporção aplica-se ao preço dos produtos existentes no comércio local.

Em Mutum-Paraná, localidade sede do empreendimento de Jirau, o maior problema está na inundação do distrito. Após estudos, constatou-se que o distrito seria inundado pelo lago da UHE de Jirau, assim sendo, a empresa, pasmem, transferiu o distrito de lugar. A “Nova-Mutum”, nome dado ao novo distrito, ficou a 10 Km de Jacy-Paraná, configurando-se mais como um bairro do distrito do que como um outro distrito de Porto Velho. A proximidade que Mutum tem de Jacy faz com que os filhos dos trabalhadores da UHE, que residem em Mutum, procurem vagas em colégios de Jacy, assim como assistência médica, o que mais uma vez superlota a rede de assistência local. Embora a estimativa da população 2009 do IBGE tenha previsto uma população de cerca de 382.829 habitantes, devemos ressaltar que o censo 2010 especula uma população de aproximadamente 426.558 habitantes (Tabela 1).

IV) Candeias do Jamari: a primeira informação populacional referente ao novo município foi levantada em 1996, quando Candeias do Jamari tinha uma população total de 10.636 habitantes, dos quais 6.839 residiam na área urbana. Conforme demonstrado nas tabelas abaixo, nos levantamentos subsequentes, a população total do muni-

cípio se eleva para 13.107 habitantes, em 2000, e 16.736 em 2007. A estimativa do IBGE para a população de Candeias do Jamari no ano de 2010 foi de 19.782 mil habitantes (Tabela 1).

Entre 2000 e 2007 o município experimenta uma alta taxa de crescimento na área rural, resultado associado à implantação de vários assentamentos rurais no município bem como a expansão da cidade de Candeias para uma área ainda classificada como rural, na contagem de população de 2007.

Com relação a expansão da implantação das usinas hidrelétricas no rio Madeira, tem aumentado a instalação de imigrantes nas cidades de Candeias do Jamari e Porto Velho pela facilidade de deslocamento. Consta-se que o crescimento populacional de Candeias do Jamari pouco alterou o número de habitantes na área urbana, enquanto que praticamente dobrou a população rural. Tal fator deve-se aos novos assentamentos de trabalhadores rurais ali implantados. No entanto devemos ressaltar que existe uma população oriunda das frentes de trabalho de Porto Velho que vem buscando residência em Candeias do Jamari, logrando por melhores preços. Esta população utiliza a mencionada cidade apenas como “dormitório”, segundo a fala dos populares locais.

V) Itapuã do Oeste: possui uma área de 4.081,43 Km², com uma densidade demográfica de 2,09 habitantes por quilômetro quadrado (Tabela 1). Nos últimos anos o mencionado município vem sofrendo um fenômeno de diminuição populacional. Em 2005, Itapuã do Oeste possuía 8.412 habitantes, no entanto, em 2007 este número foi reduzido para 7.905 habitantes (IBGE, 2005). Não existem explicações muito claras sobre o fenômeno, porém podemos destacar aqui alguns fatores que contribuem diretamente para tal:

a) limitação territorial do município, que conta com cerca de 60% de sua área destinada à Unidade de Conservação, e outra boa parcela inundada pela represa da UHE Samuel;

b) poucas perspectivas frente à falta de investimentos públicos e engajamento política; e

c) possibilidade de que em médio prazo o lago de Samuel irá inundar boa parte da cidade, que já é limitada ao crescimento ante os impedimentos geográficos. Com este perfil, a população local busca

novas possibilidades em outras paragens e atualmente, boa parte segue rumo à frente migratória de Porto Velho.

Outro fator que deve ser mencionado é a diferença entre o número de homens e mulheres em Porto Velho, uma vez que o número de habitantes do sexo masculino é maior do que o do sexo feminino (Tabela 2). Há um distúrbio no número de matrimônios e, por consequência, acaba por influenciar diretamente a taxa de natalidade municipal.

De todos os Territórios de Rondônia, o Madeira-Mamoré é o que possui a maior variação populacional. Tal fenômeno deve-se prioritariamente, à frente migratória gerada a partir dos empreendimentos das Usinas de Santo Antônio e Jirau. Destaque ao crescimento desproporcional e a falta de planejamento para o processo de fluxo migratório principalmente nos municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari (Tabela 2). Os municípios do TMM não estavam preparados para tal fenômeno e, com exceção de Porto Velho, que possui uma rede de assistência de serviços básicos mais elaborados, os demais municípios não estão conseguindo acompanhar a demanda de serviços.

Tabela 1: Densidade Demográfica do Território Madeira Mamoré.

MUNICÍPIO	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE 2010	DENSIDADE DEMOGRÁFICA Habitante/Km ² (2010)
Guajará-Mirim	24.855,6	41.646	1,67
Nova Mamoré	10.071,7	22.552	2,23
Porto Velho	34.082,3	426.558	12,51
Candeias do Jamari	6.843,8	19.782	2,89
Itapuã do Oeste	4.081,43	8.561	2,09
Total Território Madeira-Mamoré	79.934,83	519.099	6,49

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 2: Informações sobre a População.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE (habitantes) 2000				POPULAÇÃO RESIDENTE (habitantes) 2010			
	Homens	Mulheres	¹ Urbana	¹ Rural	Homens	Mulheres	² Urbano	² Rural
Guajará-Mirim	19.067	18.978	36.540	5.542	20.940	20.706	35.197	6.449
Nova Mamoré	7.871	6.907	12.159 ¹	9.003 ¹	11.738	10.814	13.069	9.483
Porto Velho	166.737	167.924	273.709	60.952	215.561	210.997	391.014	35.544
Candeias do Jamari	7.045	6.062	9.354	3.753	10.327	9.445	12.898	6.884
Itapuã do Oeste	3.641	3.181	4.534 ²	3.878 ²	4.563	3.998	5.220	3.341
Total Território Madeira-Mamoré	204.361	203.052	336.296	83.128	263.129	255.960	457.398	61.701

Fonte: DATASUS, 2000 e 2010.

*Nota: Contagem da População 2005/2007.

3.1.2. Educação

i) Guajará-Mirim: embora o município de Guajará-Mirim encontre-se fora do eixo das atenções do desenvolvimento do estado (eixo da BR-364), no que tange à educação, podemos dizer que este segmento do setor público vem adquirindo satisfatórios contornos nesta cidade. A mencionada urbe conta com uma rede de escolas públicas, municipais e estaduais, bem distribuídas na zona urbana da cidade (Tabela 3, 4 e 5). No entanto, não podemos deixar de mencionar a falta de recursos didáticos adequados (quadro branco, data show, sala de informática, etc.), sendo estes privilégios de poucas escolas. A cidade conta ainda com três escolas particulares e duas universidades, sendo uma federal e uma particular, em EAD. Ainda devemos destacar neste ponto uma considerável quantidade de alunos bolivianos matriculados nas escolas

públicas brasileiras em busca do sistema educacional brasileiro para poder alcançar um espaço no mercado de trabalho do Brasil.

No que tange à Universidade Federal de Rondônia, pode-se dizer que os cursos por ela oferecidos neste município estão aquém da realidade local, não proporcionando um retorno social, tampouco o desenvolvimento regional (Tabela 5, Quadro 1). Destaca-se neste município um amálgama étnico constituído por diversos grupos indígenas, sendo a maioria composta por subgrupos originados a partir do tronco ORO WARI. Assim sendo, o sistema educacional também teve que atentar-se para este público específico e diferenciado, instalando escolas nas aldeias e capacitando professores indígenas (Quadro 2 e 3).

Tabela 3: Estabelecimentos por Escolas e Salas de Aula, por Dependência Administrativa - Guajará-Mirim 2006.

Discriminação	Urbana		Rural	
	Escolas	Salas	Escolas	Salas
Estadual	11	104	18	41
Municipal	11	81	15	21
Particular	9	51	-	-
Total	31	236	33	62

Fonte: SEDUC, 2006.

Tabela 4: Total de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino na Área Rural - Guajará-Mirim 2007.

Escola Municipal	Educação Infantil		EFR (Séries)		Nº Salas
	Creche	Pré-Esc.	1ª à 4ª	5ª à 8ª	
Odocil Pires de Almeida	-	-	26		1
Dr. Franco Mártires	-	-	11		1
Ecologista Francisco Mendes	-	-	7		1
10 de Abril	-	-	16		1
Padre Mauro	-	-	8		1
Padre João Rotini	-	-	6		1
Prof. Carmem Carvalho	-	-	17		1
Prof. José Tadeu S. Filho	-	-	11		1
Maria da Conceição	-	-	12		1
Teófilo Limão de Souza	-	-	42		2
Manoel Manussakis	-	-	9		1
José Ribamar Nunes	-	-	9		1
Tiradentes	-	-	10		1
Odete Barroso Viana	-	-	17		1
Ernandes da Costa	-	-	9		1
Gerson Guimarães	-	-	7		1
São Judas Tadeu	-	33	117	65	6
Tia Chiquinha	7	38	-	-	2
Total	7	71	334	65	25
Total por Nível de Ensino	78		399		25

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2007.

Tabela 5: Vagas Disponibilizadas por Nível de Ensino, Guajará-Mirim 2006.

Discriminação	Pré - Escola	Básico (1ª a 4ª Série)	Fundamental (5ª A 8ª Série)	Médio	Superior	Total
Municipais	1375	2640	140	-	-	4.155
Estaduais	-	1803	4.821	3.441	-	10.065
Federais	-	-	-	-	570	570
Particulares	270	253	200	80	120	923
Total	1.645	4.696	5.161	3.521	690	15.713

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2006.

Em Guajará-Mirim o segmento Educação Escolar Indígena tem ofertado atendimento escolar direto e indireto de 24 etnias por meio de uma rede escolar composta por 18 escolas indígenas, localizadas em sua totalidade fora da área urbana (Tabela 12 e Quadro 2). Salientamos que as etnias que não possuem atendimento escolar específico e diferenciado direto são atendidas em escolas indígenas de outras etnias, ficando prejudicadas no que tange ao estudo de suas tradições e de sua língua materna (Quadro 3).

ii) Nova Mamoré: atualmente há no município 65 escolas, sendo 4 escolas estaduais e 61 escolas municipais. Na zona urbana há um total de 7 escolas, assim distribuídas: 3 escolas estaduais (Ensino Fundamental e Médio) e 4 escolas municipais (1 de Ensino Fundamental e 3 de Educação Infantil: 2 Pré-escolares e 1 Creche) (Tabela 6). Na zona rural há 58 escolas, sendo 1 estadual e 57 escolas municipais, atendendo a Educação Básica, das quais 2 atendem, também, a Educação de

Jovens e Adultos. Dentre as 57 escolas municipais rurais, 50 são escolas multisseriadas (1º ao 5º Ano) e 7 são escolas polos, atendendo ao Pré-Escolar e 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental (Tabela 6). Segundo a pesquisa realizada junto aos atores municipais, podemos perceber que as maiores dificuldades encontradas pelo sistema educacional do município são:

1. Falta de quadra coberta nas escolas para atender a prática de recreação e as aulas de Educação Física;
2. Salas superlotadas necessitando de construção de escola na zona urbana e rural;
3. Transporte escolar insuficiente para o atendimento à demanda;
4. Falta de recursos humanos com capacidade técnica de natureza administrativa e tecnológica; e
5. Falta de professores nas áreas e disciplinas específicas.

Tabela 6: Estabelecimentos por Escolas e Salas de Aula por Dependência Administrativa – Nova Mamoré.

Escolas	Área Urbana	Área Rural
Estadual	03	01
Municipal	04	57
Total	07	58

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Nova Mamoré, 2010.

iii) Porto Velho: seguindo a mesma lógica das localidades anteriormente analisadas, diante do surto de crescimento populacional proveniente da nova frente migratória, o número de matrículas nos colégios também aumentou, no entanto, a rede de assistência educacional não acompanhou tal crescimento. Embora as redes estaduais e municipais tenham realizado concursos públicos para contratação de docen-

tes, estes ainda não dão conta de suprir a demanda existente. Também devemos ressaltar que a infraestrutura das escolas pouco sofreu alterações, não havendo grandes discrepâncias no número de salas de aula disponíveis.

Outro fator que merece destaque é a limitação da oferta de ensino nas zonas rurais e ribeirinhas. As escolas existentes nestas áreas são de Educação Básica (1º ao 5º ano) e algumas de Ensino Fundamental completo (6º ao 9º ano). As crianças e adolescentes que queiram prosseguir com os estudos migram para a zona urbana onde acabam por sofrer influências da cultura urbana (Tabela 7). A grande maioria das crianças e adolescentes que busca na cidade a continuidade de seus estudos não quer mais retornar para suas antigas localidades. Tal realidade é alarmante e coloca em risco todo um estilo de vida típico das pequenas e isoladas localidades da região amazônica. Desta forma, aos poucos, a cultura e a vida das populações tradicionais e do mundo rural vai sendo minada e engolida pela cultura do mundo urbano.

Tabela 7: Realidade da Educação Municipal em Porto Velho.

Dependências	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pré-Escolar
Municipal	135	-	38	26464	-	7749	1009	-	314
Estadual	76	32	3	43020	10788	696	1645	599	19
Privada	36	13	38	9213	2344	2220	470	162	126
TOTAL	247	45	79	78697	13132	10665	3124	761	459

Fonte: INEP, 2009.

Existem no município 10 instituições de ensino superior, sendo 01 pública federal (UNIR) e 09 privadas, dentre estas, duas configuram-se como EAD (Ensino a Distância). No que tange aos cursos ofertados, estes correspondem, em grande parte, à realidade local, porém devemos destacar aqui o fato de Porto Velho ser a capital do estado, o que atribui a esta cidade o estigma de centro universitário, assim como todas as capitais brasileiras. Logo, devemos deixar registrado a falta de iniciativas que visem atender o interior do estado que, tirando os cursos de Agronomia e Zootecnia, pouco foi contemplado com relação a novos cursos ou voltados à zona rural, nestas universidades. Por outro lado, com relação aos cursos tipicamente urbanos, as universidades de Porto Velho conseguem ofertar uma ampla possibilidade aos estudantes, tendo cursos que correspondem diretamente ao momento de transformações pelo qual a cidade vem passando (cursos de

Engenharia Civil e Engenharia Elétrica). Há ainda uma Escola Técnica Federal que está por iniciar suas atividades.

iv) Candeias do Jamari: possui 04 escolas, sendo 03 estaduais e uma municipal, totalizando 48 salas de aula que prestam atendimento a 2.804 alunos matriculados, com 129 docentes contratados (Tabela 8 e 11). O recente crescimento populacional da cidade implica diretamente no número de matrículas nas escolas e devemos aqui mencionar que a rede de ensino pública, em Candeias do Jamari, não antecipou o crescimento populacional oriundo dos empreendimentos da construção das UHE. Existem também no município, escolas rurais funcionando com uma única sala de aula, no entanto, a Secretaria Municipal de Educação não soube quantificar o número de alunos frequentes e a quantidade de escolas rurais existentes no município.

Tabela 8: Realidade Infraestrutura Escolar e Recursos Humanos/Atendimento da Educação em Candeias do Jamari.

NOME DA ESCOLA	NÚMERO DE SALAS	ATENDIMENTOS	PROFESSORES	TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
EEEFM Carlos Drummond de Andrade	11	Ensino Fundamental	30	33	469
		Ensino Médio			356
		EJA			709
EEEF Jaime Barcessat	12	Ensino Fundamental	32	36	800
		EJA		12	470
EMEF Dom João Batista Costa	19	Ensino Fundamental	55	50	1475
		EJA			
EEEF Teodoro de Assunção	6	Ensino Fundamental	12	12	307
Total	48		129	143	2804

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Candeias do Jamari (SEMEDE), 2010.

v) Itapuã do Oeste: existem 08 escolas de Ensino Fundamental, sendo 06 municipais e 02 estaduais, atendendo a 1.843 alunos e com uma rede de 83 professores (Tabela 9). No que tange ao Ensino Médio, há apenas uma escola, sendo esta estadual, que atende a 201 alunos, com 16 professores. A assistência pré-escolar é realizada através de 02 escolas municipais, atendendo a 284 alunos, com 13 professores (Tabela 9 e 10). Os números demonstram que a realidade educacional de Ita-

puã do Oeste é precária, uma vez que o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental é muito superior ao de alunos matriculados no Ensino Médio (Tabela 11). Deste modo, quem pretende prosseguir nos estudos terá que pleitear vagas em escolas de outros municípios, pois a rede de assistência ao Ensino Médio é limitada e não capaz de absorver toda a demanda local.

Tabela 9: Educação em Itapuã do Oeste.

Escolas	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Pré-Escolar
Municipal	6	-	2	1179	-	284	53	-	13
Estadual	2	1	-	664	201	-	30	16	-
Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8	1	2	1843	201	284	83	16	13

Fonte: INEP, 2009.

Tabela 10: Estabelecimento Escolar Área Urbana e Rural no Município de Itapuã do Oeste.

Município	Nível	Escolas área Urbana			Escolas Área Rural		
		Total	Estadual	Municipal	Total	Estadual	Municipal
Itapuã do Oeste	Geral	5	2	3	11	-	11
	Pré-escola	2	-	2	-	-	-
	Fundamental	4	2	2	5	-	5
	Médio	1	1	-	-	-	-

Fonte: INEP, 2007.

Tabela 11: Síntese Educacional do Território Madeira Mamoré.

CIDADE	Quantidade de escolas por município				Total de alunos matriculados
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Guajará-Mirim	-	29	126	9	15.713
Nova Mamoré	-	04	61	-	4.169
Porto Velho	01	111	173	87	102.494
Candeias do Jamari	-	03	01	-	2.804
Itapuã do Oeste	-	03	08	-	2.328
Território Madeira-Mamoré	01	150	369	96	127.508

Fonte: INEP, 2009; Secretaria Municipal de Educação de Nova Mamoré, 2010.

Tabela 12: Alunos Indígenas no Território Madeira Mamoré.

Município	Nº de Alunos
Guajará-Mirim	1263
Porto Velho	294

Fonte: NEI, 2010.

Quadro 1: Ensino Superior.

Município	Quantidade de Instituições
Guajará-Mirim	03
Nova Mamoré	01
Porto Velho	14
Candeias do Jamari	-
Itapuã do Oeste	01
Total Território Madeira Mamoré	19

Fonte: NEEI, 2010.

Quadro 2: Sala de Aula por Escola Indígena no Território Madeira Mamoré.

ESCOLA	Nº DE SALAS DE AULA
EEEF A AIM ORO NÃO	01
EEEF ABRAAO KOOP	02
EEEF ALEXANDRINA DO NASCIMENTO GOMES	02
EEEF DIDIMO GRACILIANO DE OLIVEIRA	01
EEEF HWEREIN CATWA ORO NAO	01
EEEF JOAO FARIAS BARROS	01
EEEF JOAO FRANCISCO ARUAK	01
EEEF JOSIAS BATISTA DE OLIVEIRA	01
EEEF MANIM ORO EO	01
EEEF MARECHAL RONDON	04
EEEF NAWACAN ORO WARAM XIJEIN	02
EEEF POSCIDONIO BASTOS	02
EEEF WEM CANUM ORO WARAM	02
EEEIF EMERGENCIA 5 DE JULHO	05
EEEIF FRANCISCO JOSE LACERDA	03
EEEIF PAULO SALDANHA SOBRINHO	04
EEEIF PEDRO AZZI	02
EEEIF TENENTE LIRA	02
EEEF FLORESTA MAIA	01
EEEF INDÍGENA ABIYA	01
EEEF KAIBU - I	01
EEEF KURANA KAXARARÍ	02
EEEF PIN KAPIPUNA	01
EEEF SANTA MARIA PIN KAXARARÍ	02
EMEF 04 DE AGOSTO	02

Fonte: NEEI, 2010.

Quadro 3: Etnias e Atendimento Escolar Território Madeira Mamoré.

Etnias em Guajará-Mirim	Possui atendimento educacional específico e diferenciado
ARIKAPU	SIM
AROWA	NÃO
ARUÁ	SIM
ARUAK	NÃO
CABIXI	SIM
CAMPÉ	NÃO
CANOÉ	SIM
CAO ORO AT	NÃO
CAO ORO WAJE	SIM
CASSUPÁ	NÃO
CUJUBIM	SIM
JABOTI	SIM
KARITIANA	SIM
KARIPUNA	SIM
KAXARARI	SIM
MANDUCA	NÃO
MASSAKÁ	SIM
ORO AT	SIM
ORO EO	SIM
ORO JOWIN	SIM
ORO MON	SIM
ORO NÃO	SIM
ORO WAJE	SIM
ORO WARAN	SIM
ORO WARAN XIJEIN	SIM
ORO WIN	SIM
ORO XIJEIN	SIM
WAJURÚ	NÃO

Fonte: NEEI, 2010.

3.1.3. Saúde

i) Guajará-Mirim: a limitação orçamentaria da FUNASA tem fragilizado a instituição e consequentemente a falta de um atendimento adequado e com qualidade à saúde na zona rural. Além do distanciamento territorial que contribui para a necessidade de estruturação da instituição, em decorrência desses fatores os maiores prejudicados são os indígenas que se encontram afastados e/ou isolados dos centros urbanos.

Também se destaca como ameaça, à saúde local a municipalização do atendimento à saúde indígena o fato de que esta gera mais despesas e não há um repasse direto dos recursos para o atendimento específico e diferenciado ao índio. Outro fator de grande relevância é a dificuldade dos municípios vizinhos e de Guayaramerin na Bolívia melhorarem a estrutura de suas unidades de atendimento ocasionando nas unidades de Guajará-Mirim inchaço das unidades da região incluindo a Bolívia. Por outro lado, podemos destacar avanços consideráveis na saúde municipal através da aquisição de transportes como ambulâncias e ambulanchas², aquisição de equipamento hospitalar e realização de concurso público para suprir a deficiência de pessoal.

Devemos ressaltar que apesar da realização de concursos públicos, a falta de profissionais médicos para atendimentos básicos, ainda é uma realidade negativa no município. Podemos destacar negativamente a ausência de Posto de Saúde na área da Comara³, a falta de estrutura física e equipamentos no Hospital Regional e a ausência de uma UTI para atendimento de casos graves. Na situação em que se encontra os pacientes em casos graves são encaminhados para a capital, contribuindo com o “inchaço” nos hospitais.

² Transporte aquático adaptado para atendimento médico e transporte de pacientes por via fluvial.

³ Área rural do município.

Tabela 13: Estabelecimentos de Saúde em Guajará-Mirim.

Município	Público	Privado	Total
Guajará-Mirim	26	12	38

Fonte: DATASUS, 2010.

Tabela 14: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Guajará-Mirim.

Município	Médicos por 1000 habitantes	Leitos por 1000 habitantes
Guajará-Mirim	1,73	11,28

Fonte: DATASUS, 2002.

Nota: Excluído paramédicos de nível superior e médio e Odontólogos.

Quadro 4: Equipamentos de Saúde em Guajará-Mirim.

Equipamentos	Quantidade
Mamógrafo com comando simples	8
Mamógrafo com estereotaxia	3
Eletrocardiógrafo	1
Raios X até 100mA	2
Raios X de 100 a 500mA	2

Fonte: IBGE, 2005.

Quadro 5: Estabelecimentos de Saúde em Guajará-Mirim.

Estabelecimentos Serviços de Saúde	Quantidade
Unidade de Saúde pública Municipal	17
Unidade de Saúde privada	4
Unidade de Saúde privada que atende pelo SUS	2
Unidade de Saúde com internação total	2
Unidade de Saúde sem internação	16
Unidade de Saúde com especialidades com internação privada	1
Consultório Isolado	2
Hospital Maternidade Estadual	1
Hospital Maternidade Privado	2
Unidade de Saúde com apoio à diagnose à terapia privada	3
Unidade de Saúde com internação privada/SUS	1
Unidade de Saúde com apoio à diagnose à terapia privada/SUS	1
Unidade de Saúde especializada sem internação privada/SUS	1
Unidade de Saúde especializada sem internação	4
Unidade de Saúde especializada sem internação pública	1
Unidade de Saúde com especialidades com internação pública	1
Posto de Saúde	14
Unidade de Saúde com especialidades com internação	2
Unidade de Saúde geral sem internação	11
Laboratório	7
Unidade de Saúde com especialidades sem internação pública	4
Unidade de Saúde especializada sem internação privada	3
Unidades ambulatoriais	25
Leitos para internação em Unidades de Saúde	134
Leitos para internação em Unidades de Saúde pública	56
Leitos para internação em Unidades de Saúde privada	78
Unidade de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento odontológico com dentista	2
Unidade de Saúde com atendimento de emergência	1
Estabelecimentos de Saúde	21

Fonte: CNEI, 2005; IBGE, 2005.

ii) Nova Mamoré: existem 9 estabelecimentos de saúde, sendo 8 públicos e 1 privado (Tabela 15). Dentre os oito estabelecimentos públicos, tem destaque o Hospital Regional, que conta com uma rede mais ampla de atendimento. Os demais estabelecimentos públicos são postos de saúde e com relação à rede privada esta se limita à clínica. Os principais problemas enfrentados pela saúde municipal estão relacionados à falta de estrutura física e humana. Existe uma grande carência de profissionais especializados, assim como de equipamentos de apoio aos diagnósticos (Tabela 16). O município conta com dois cirurgiões por plantão, no entanto a infraestrutura hospitalar limita o trabalho destes profissionais a pequenos procedimentos. Quando ocorrem casos que exijam procedimentos mais elaborados, os pacientes são transportados para Guajará-Mirim ou Porto Velho. Também há uma grande carência de ambulâncias no município.

Tabela 15: Estabelecimentos de Saúde em Nova Mamoré.

Município	Público	Privado	Total
Nova Mamoré	8	1	9

Fonte: DATASUS, 2010.

Tabela 16: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Nova Mamoré.

Município	Médicos por 1000 habitantes	Leitos por 1000 habitantes
Nova Mamoré	1,76	9,54

Fonte: DATASUS, 2002.

Nota: Excluído Paramédicos de nível superior e médio e Odontólogos.

iii) Porto Velho: atualmente existem 377 estabelecimentos de saúde, sendo 89 públicos e 284 privados (Tabela 17). Destacam-se no município o Hospital de Base Ary Pinheiro, o Hospital João Paulo II e o Cemetron, sendo esses centros catalisadores de pacientes de todos os municípios do estado e parte do Acre. Porém este “destaque” traz consigo diversos problemas:

a) o Hospital de Base é o único com unidade de UTI neonatal do

estado, fator que o deixa sobrecarregado; além deste fato ele é também o único com rede completa de assistência médica capaz de realizar qualquer procedimento;

b) o Hospital João Paulo II recebe acidentados de todo estado e serve como centro de tratamento em fraturas na região, logo, seus leitos estão superlotados e é comum encontrar pacientes deitados em macas e colchonetes pelos corredores (Tabela 18);

c) o CEMETRON se destaca pela unidade de tratamento de queimados e a realização de exames de doenças tropicais, sendo referência no estado. Paralelamente a isto, a rede privada vem crescendo acompanhando o crescimento populacional da cidade, mas o número de médicos ainda é insuficiente.

Com o advento do novo ciclo migratório, gerado a partir do empreendimento das UHE, a demanda por serviços médicos aumentou consideravelmente. A rede de saúde disponível no município não estava preparada para tanta demanda. Devido a demanda os médicos que atendem nos hospitais da rede pública são os mesmos que trabalham em hospitais privados, resultando em atendimentos rápidos e de má qualidade, além das esperas a longo período de tempo e elevados valores das consultas.

Tabela 17: Estabelecimentos de Saúde em Porto Velho.

Município	Público	Filantropico	Privado	Sindicato	Total
Porto Velho	89	03	284	01	377

Fonte: DATASUS, 2010.

Tabela 18: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Porto Velho.

Município	Médicos por 1000 habitantes	Leitos por 1000 habitantes
Porto Velho	1,95	6,39

Fonte: DATASUS, 2002.

Nota: Excluído Paramédicos de nível superior e médio e Odontólogos.

iv) Candeias do Jamari: o município conta com 3 estabelecimentos públicos de Saúde, com 0,69 médicos para cada 1000 habitantes e 2,75 leitos hospitalares para cada 1000 habitantes (Tabelas 19 e 20). Das três Unidades Básicas de Saúde, a Santa Isabel conta com 5 consultórios médicos, 2 consultórios odontológicos e 2 salas de raio-X, configurando-se com a unidade mais completa no município. As outras duas Unidades, União Palmeiral e São Pedro padecem por infraestrutura adequada (Tabela 21 e Quadro 6). Os procedimentos mais elaborados assim como os atendimentos especializados são realizados no município de Porto Velho.

Tabela 19: Estabelecimentos de Saúde em Candeias do Jamari.

Município	Público	Privado	Total
Candeias do Jamari	3	3	6

Fonte: DATASUS, 2010.

Tabela 20: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Candeias do Jamari.

Município	Médicos por 1000 habitantes	Leitos por 1000 habitantes
Candeias do Jamari	0,69	2,75

Fonte: DATASUS, 2002.

Nota: Excluído Paramédicos de nível superior e médio e Odontólogos.

Tabela 21: Infraestrutura Física dos Estabelecimentos de Saúde de Candeias do Jamari.

Setores/Divisões	Unidades Básicas de Saúde		
	Santa Isabel	União Palmeiral	São Pedro
Consultório Médico	5	2	2
Sala de Espera	-	1	-
Sala de Coleta de Exames	1	-	1
Sala de Procedimentos	1	1	1
Sala de Sutura e Curativos	1	-	-
Sala de Vacinação	1	-	1
Sala de Conforto	1	-	-
Sala de Direção	1	-	1
Consultório Odontológico	2	-	2
Área de Nebulização e Triagem	1	1	1
Sala para Farmácia	1	1	1
Sala de Raio-X	2	-	-
Sala para o SAME	1	1	1
Sala de espera/lavanderia/depósito (1 cada)	1	-	-
Cozinha	1	1	-
Prédio anexo para diagnóstico de malária	1	-	1

Fonte: Secretaria de Saúde de Candeias do Jamari - Relatório de Gestão, 2008.



Quadro 6: Recursos humanos da Secretaria de Saúde de Candeias do Jamari.

Categoria	Nº
Diretores	9
Médicos	11
Enfermeiros	8
Dentistas	8
Técnico de Enfermagem	4
Técnico de Higiene Bucal	1
Auxiliar de Enfermagem	32
Agente Comunitário de Saúde	44
Agente de Vigilância / epidemiologia e da FUNASA	33
Fiscal Sanitário	3
Motorista	16
Funcionários Administrativos	25
TOTAL	194

Fonte: Secretaria de Saúde de Candeias do Jamari, Relatório de Gestão, 2008.

v) Itapuã do Oeste: existem dois estabelecimentos de saúde, ambos municipais (Tabela 22). A precariedade da saúde municipal é notada através da insuficiência dos serviços ofertados à população. O número de médicos é insuficiente, para cada 1000 habitantes tem-se 0,44 médico e os equipamentos disponíveis não são capazes de auxiliar tratamentos e diagnósticos um pouco mais elaborados, as tabelas 23, 24 e 25 demonstram esta realidade do município.

Tabela 22: Estabelecimentos de Saúde em Itapuã do Oeste.

Município	Público	Privado	Total
Itapuã do Oeste	2	1	2

Fonte: DATASUS, 2010.

Tabela 23: Número de Médicos e Leitos em Hospitais por 1000 Habitantes em Itapuã do Oeste.

Município	Médicos por 1000 habitantes	Leitos por 1000 habitantes
Itapuã do Oeste	0,44	6,60

Fonte: DATASUS, 2002.

Nota: Excluído Paramédicos de nível superior e médio e Odontólogos.



Tabela 24: Distribuição de atendimento médico hospitalar de Itapuã do Oeste

Município	Ano	Posto de Saúde	Centro de Saúde	Unidade Mista	Unidade de Diagnose e Terapia (privado)	Total	Leitos
Itapuã do Oeste	2007	01	-	01	01	03	-

Fonte: Almeida et al., 2009.

Tabela 25: Síntese da Saúde no Território Madeira Mamoré.

Município	Público	Privado	Total
Guajará-Mirim	17	4	21
Nova Mamoré	5	3	8
Porto Velho	60	50	110
Candeias do Jamari	3	0	3
Itapuã do Oeste	2	0	2
Território Madeira-Mamoré	87	57	144

Fonte: DATASUS, 2010.

3.1.4. Cultura

O Território Madeira-Mamoré é composto pelos municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste e possui uma rica diversidade etno-cultural tornando-o múltiplo, com diversas identidades oriundas de diferentes movimentos históricos, étnicos e/ou sociais.

O espaço Território Madeira-Mamoré está diretamente ligado ao passado histórico do estado de Rondônia tendo elementos culturais legados dos povos indígenas, afro-diaspóricos (escravos africanos) que se enraizaram no Vale do Guaporé e posteriormente expandiram-se por toda a região do Madeira e Mamoré; dos migrantes nordestinos que motivados pela propaganda estatal aventuraram-se como soldados da borracha; dos povos estrangeiros que se estabeleceram em busca de consolidações comerciais, assim como de desenraizados de todos os cantos do país. Todo este amálgama sociocultural fez do Território Madeira-Mamoré um espaço fomentador de cultura e tradição. No entanto, apesar da sua riqueza cultural, o Território convive com diversos problemas que transformam a política cultural num grande desafio a ser enfrentado e superado. Expressões culturais oriundas de

outras regiões estão sucumbindo antigas tradições, logrando muitas populações a um futuro cultural incerto.

Não obstante a esta dinâmica metamórfica, as pressões do mundo pós-moderno se fazem presentes no referido espaço e, diante da plasticidade das coisas e da virtualidade da oferta de produtos, hábitos que outrora eram comuns passam a desaparecer. Cinemas fecham as portas frente às bancas de DVD's piratas e aos filmes baixados pela Internet; o teatro (tanto o de rua quanto o teatro convencional) aparenta-se uma atividade cansativa diante da comodidade da TV, e o hábito de ir à biblioteca praticamente sucumbiu frente aos blogs, chats e toda sorte de sites de relacionamento. Assim sendo, o Território Madeira Mamoré, como todos os territórios, necessita encarar os tentáculos do mundo pós-moderno, através de uma forte política de resgate e valorização das festas tradicionais e da cultura regional realizando um salvamento do patrimônio imaterial existente neste diversificado espaço.

O território consta também por grupo de mulheres (FEROM) que constitui-se de uma Federação de Mulheres de Rondônia. Estas se articulam juntamente com diversos órgãos públicos com intuito de executar atividades de produção dos grupos de mulheres. Além das

capacitações para a promoção da produção de artesanatos e diversos outros produtos e representação das associações de classe composta por mulheres.

i) Cinemas: atualmente existem apenas 04 cinemas no Território Madeira-Mamoré, sendo 03 em Porto Velho e 01 em Ariquemes. No passado havia dois cinemas em Guajará-Mirim, o Cine Melhem e o Cine Guarany, ambos levavam alegria e entretenimento à população, mas, diante da dinâmica do mundo moderno, os dois encerraram suas atividades deixando órfãos diversos casais que ali se formaram. Em Porto Velho existe o Porto Velho Shopping, shopping Rio e o Cine Veneza destaque para a Expovel e Expoagam; Flor do Maracujá; Flor de Cactus; Flor de Candeias; duelo na fronteira (FEFOPEN); encontro dos filhos e amigos de Guajará; Carnaval – Desfile de blocos carnavalescos – GM; 06 de agosto; 07 de setembro; festivais de praia; festa do Divino Espírito Santo; datas festivas do Candomblé; datas festivas da Umbanda; dia da Consciência Negra; festas tradicionais dos povos indígenas; dia da Parada Gay; Dia da Parada Gay Bi-Nacional; festa de peão de boiadeiro; festival da Melancia em Nazaré; Expoleite (Itapuã do Oeste); cavalgada em Itapuã do Oeste; quadrilha de Itapuã do Oeste; festivais de rock regional; festival Beradeiros (desativado); grito do rock; festival da música da UNIR; FEST Cine Amazônia; festas religiosas; festival de teatro e música de rua – promovido pelo “Chicão da Imaginarium” (que também promove o “Filhos da Mata”).

ii) Escolas Públicas de Música no Território Madeira-Mamoré: escola de música Jorge Andrade e escola de música Sonna Leste.

iii) Bibliotecas Existentes no Território Madeira-Mamoré: SESC; UNIR; Biblioteca Francisco Meireles – Centro de PVH; Biblioteca “Viveiro das Letras” na zona sul de Porto Velho; Pirâmide GM (desativada); Biblioteca Jarbas Passarinho, está funcionando provisoriamente no Centro Cultural Dr. José Cardoso Alves; Biblioteca Municipal de Nova Mamoré; Biblioteca Municipal de Itapuã do Oeste; Biblioteca Municipal de Candeias do Jamari.

iv) Grupos Culturais Identificados no Território Madeira-Mamoré: Imaginarium e Grupo “Minhas Raízes”, atua com bioinvestimentos, resgate de ritmos, danças e músicas tradicionais da



floresta amazônica; grupos de hip hop; pastorais; e grupos evangélicos.

v) Feiras: Feira de Guajará-Mirim (Mercado Municipal); Feiras de Ruas de Porto Velho; Feira de Nova Mamoré; Feira de Itapuã do Oeste; Feira de Candeias do Jamari.

vi) Museus: Museu de Guajará-Mirim (desativado) e Museu do Prédio do Relógio.

vii) Espaços Culturais: Casa de Cultura Ivan Marrocos; SATED (Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Rondônia); Mercado Cultural (Porto Velho); Centro Cultural Dr. José Cardoso Alves (Avenida 15 de Novembro).

viii) Diversidade Etnocultural: considerando as informações contidas neste diagnóstico e já citadas, o Território Madeira-Mamoré dispõe de uma rica diversidade etnocultural. O resultado dessa “mistura” de cores, sabores, sons, ritos e mitos resultou em uma tradição única e ainda pouco explorada. Por outro lado, neste Território convivem populações indígenas, ribeirinhos, açazeiros, descendentes de quilombolas, estrangeiros (principalmente gregos e libaneses), nordestinos e toda sorte de pessoas de diferentes regiões. Cada um destes atores contribuiu para a formação da nossa diversidade etnocultural.

ix) Populações Tradicionais: extrativistas, ribeirinhos e camponeses.

x) Etnias existentes no TMM: Arikapu, Arowa, Aruá, Aruak, Cabixi, Campé, Kaxarari, Manduca, Massaká, Oro’ At, Oro’ Eo e Oro Jowin.

xi) Estrangeiros: bolivianos, gregos, libaneses e cultura afro-diaspórica.

3.1.5. Esporte e Lazer

Atualmente a população brasileira observa a diminuição constante do tempo livre do trabalhador. Mesmo quando ele não está trabalhando percebe-se uma relação muito forte no seu tempo livre com a atividade profissional do dia. Com a revolução tecnológica, os profissionais têm ao seu dispor máquinas, equipamentos e computadores, no entanto, segundo De Masi (2001), tem-se a sensação de que o homem tem muito menos tempo para o lazer do que no

passado. Embora este problema não seja uma novidade, é notável a preocupação de estudiosos desse século em contribuir para a análise e interpretação desse fenômeno social.

O tempo livre não deve ser vivido na anomia, pobreza e carência educativa. Neste caso haverá uma maior manifestação de vacuidade facilitando o surgimento de patologias individuais e sociais. Para que o tempo livre seja significativo, é importante que esteja associado a outras dimensões facilitadoras como a distribuição de renda e o nível de educação e de saúde. O tempo livre, se não for bem aproveitado, pode sofrer um efeito perverso como, por exemplo, o tédio. O tempo é também considerado um pré-requisito ao lazer, mas torna-se insuficiente quando o indivíduo não dispõe de direito à liberdade na sociedade (PADILHA, 2004).

Percebe-se que existe na sociedade uma necessidade em usufruir o lazer, articulando-o com o tempo livre e com os direitos trabalhistas, como férias, descanso remunerado e descanso semanal. Quando o tempo livre é suprimido pelas leis do sistema capitalista, o trabalhador se aproxima mais da escravidão (LAMES, 2006). O termo ‘tempo livre’, conforme Lames (2006), indica para uma pseudo autonomia, uma vez que para se dispor de uma autonomia é necessário ter liberdade. Neste sentido, o termo ‘tempo disponível’ tem sido o mais utilizado por seu significado absorver o momento de utilização do lazer no tempo permitido.

“Talvez, fosse mais correto falar em tempo disponível. Mesmo assim, permanece a questão da consideração do lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, o que provocaria a morte do lúdico, e a ocorrência do lazer marcada pelas mesmas características alienantes verificadas em outras áreas da atividade humana” (MARCELINO, 1996)

O esporte-lazer tem como princípio o prazer lúdico e a ocupação do tempo livre e da liberdade. Também é conhecido como esporte-participação. Sua maior finalidade é promover o bem-estar dos participantes sem grandes compromissos com regras institucionais. As pessoas que praticam o esporte-lazer desenvolvem um espírito de

socialização muito grande, uma vez que a participação é livre, sem privilégios para os talentos, favorecendo a inclusão de todos (TUBINO, 2006). O esporte como participação na comunidade tem se justificado pela sua enorme capacidade de promover satisfação e prazer, além de gerar o desenvolvimento humano por meio de atividades que levam ao entendimento de valores como o respeito, a solidariedade e espírito de equipe.

É evidente a relevância do esporte na atualidade como um dos maiores fenômenos deste século, principalmente quando deixa de priorizar o rendimento passando a incorporar em seus conceitos valores da educação e bem-estar social (TUBINO, 2001). Na verdade o esporte-lazer, diferente do esporte de rendimento, que privilegia os talentos e mantém rígidas suas normas internacionais, tem como característica principal a democracia, que determina a prática por qualquer pessoa, em qualquer lugar, no tempo livre, sozinho ou com parceiros, de acordo com um ou vários objetivos e regras convencionais, durante toda a vida (DIECKERT apud MARTINS, et al., 2002).

O esporte como lazer proporciona aos participantes um alívio para as tensões provenientes do trabalho e da preocupação com a família. Os conflitos adquiridos pelo estresse, relacionados aos fenômenos sociais da vida moderna, normalmente, podem ser resolvidos pelas tensões miméticas das atividades do lazer. Observa-se que os indivíduos escolhem os esportes de acordo com suas preferências emocionais e afetivas, constituição física, capacidades físicas e laços de parentesco. Após a prática evidencia-se um total relaxamento do corpo e um cansaço bom (ELIAS & DUNNING, 1992).

É notável o crescimento do esporte-lazer em nossa sociedade. Diferente do esporte de rendimento, que prioriza a participação dos talentos, o esporte-lazer tem a sua essência no prazer, na descontração, na diversão e no bem-estar em decorrência do seu caráter desinteressado. Destarte, é considerado um excelente meio de convivência harmoniosa. Diante da sua prática, é possível observar nos participantes os efeitos do bem-estar social. Por ser uma prática voluntária e opcional, os participantes conseguem passar por momentos de diversão, descontração e desenvolvimento pessoal. É um espaço para a criação dos desejos. Por alguns instantes, o praticante foge de

todas as amarras que a sociedade impõe e, diante da liberdade de ação, o praticante passa por fortes emoções que contribuem para a melhoria da sua qualidade de vida.

O esporte como participação na comunidade tem se justificado pela sua enorme capacidade de promover satisfação e prazer, além de promover o desenvolvimento humano por meio de atividades que levam ao entendimento de valores como o respeito, a solidariedade e espírito de equipe. Os programas de políticas públicas de esporte e lazer têm estado em pauta nos últimos anos buscando atender a uma demanda social crescente que é a necessidade de atividades de lazer para o tempo livre da população de nossas cidades. Este espaço do ócio é resultado de uma nova configuração do trabalho na reestruturação do capitalismo, onde cada vez mais o tempo é controlado pelas necessidades do mercado, o que vem gerando mudanças culturais na população. Como consequência, o esporte e o lazer vêm ganhando um novo papel na organização urbana, relacionado ao bem-estar das populações. Estas políticas deverão atingir todos os segmentos sociais, dos bairros nobres à periferia da cidade, buscando a distribuição democrática de recursos existentes com prioridade dos recursos públicos para recreação e lazer, incorporando à dinâmica das cidades, as práticas corporais e esportivas como direito assegurado de afirmação cultural e de cidadania. Entendemos, assim, a importância do esporte e do lazer como ferramentas de desenvolvimento da sociedade.

Veamos, nas listas abaixo, o que existe no Território Madeira-Mamoré em relação à política de esporte e lazer.

i) Ginásios e Quadras Esportivas: Ginásio Poliesportivo de Guajará-Mirim; Ginásio Poliesportivo de Porto Velho; Ginásio de Itapuã do Oeste; Ginásio de Nova Mamoré; Ginásio de Candeias do Jamari; Estádio Aluizio Ferreira; e Estádio de Guajará-Mirim

ii) Atividades Desportivas: JOER; Campeonato Estadual de Futebol; Campeonatos Locais de Futebol; Motocross; PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); Olimpíadas Indígenas de Guajará-Mirim; e Copa da Criança – GM.

iii) Praças: cidade de Guajará-Mirim (praça Jorge Teixeira, em frente à prefeitura, Praça Dois Irmãos no bairro 10 de abril; praça Mário Correia em frente à rádio Educadora; praça da Estrada de Ferro Madeira-



Mamoré; praça Dr. Carcos palácio em frente à escola Irmã Maria Celeste; praça Barão do Rio Branco em frente à escola Irmã Durvalina; praça Santa Luzia; praça do Próspero; praças de Guajará-Mirim em Durvalina no Centro; Irmã Maria Celeste; Santa Luzia; Bombeiros; Caetano). Porto Velho (praça Aluizio Ferreira; praça Marechal Rondon; praça das Três Caixas d'Água; praça da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré).

iv) Parques: Parque Ecológico; Parque Circuito; Parque Municipal Natural dos Parecis (visita apenas com autorização da SEMMA); Parque Municipal da Serra; Parque Circuito de Guajará-Mirim; Parque Nacional Serra da Cutia; Pista do Aeroporto; e Parque de Exposição (Itapuã do Oeste).

3.1.6. Segurança Pública

No que tange à Segurança Pública no Território Madeira-Mamoré, podemos perceber que o perfil da violência no meio rural difere muito do perfil da violência no meio urbano. Nota-se que existe um número de homicídios elevado no meio rural, levando em consideração a relação habitantes X ocorrências registradas. Outra tipificação penal que ganha destaque no meio rural são os crimes contra a flora e incêndio à vegetação, no entanto, devemos evidenciar que grande parte dos envolvidos nestas ocorrências está diretamente relacionada ao meio urbano, seja em forma de vínculo empregatício, seja como empregador.

Para os problemas de violência contra a mulher (Lei Maria da Penha), especificamente violência doméstica, salientamos que, embora haja orientações jurídicas para que estas ocorrências sejam registradas na tipificação penal “Crime contra a Família”, grande parte dos plantonistas (comissários de polícia) acaba por registrá-los como Lesão Corporal, o que dificulta a identificação desta violência e sua posterior sistematização (Tabela 26 e 27).

O tráfico de entorpecentes, crime tipicamente urbano tem-se tornando uma verdadeira pandemia, em especial em Porto Velho. Um dos prováveis fatores para o aumento desse problema está diretamente relacionado ao surto populacional devido às obras do PAC. Ressalta-se, neste ponto, o crescimento desta tipificação penal no meio rural, principalmente nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré (Quadros 7 e 8).

Tabela 26: Ocorrências Registradas no Ano de 2010.

TIPO DE OCORRÊNCIA	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS POR MUNICÍPIO -ano de 2010				
	Gujará-Mirim	Nova Mamoré	Porto Velho*	Candeias do Jamari	Itapuã do Oeste
Crime contra a Família	-	-	-	-	-
Crime contra a Flora	-	13 (13 ZR)	19 (16 ZR)	-	-
Contrabando	04 (1 ZR)	-	02 (1 ZR)	-	-
Estelionato	07	07 (2 ZR)	15 (1 ZR)	09	02 (1 ZR)
Estupro	01	04 (1 ZR)	57 (9 ZR)	05	01
Furto	975 (43 ZR)	254 (45 ZR)	574 (31 ZR)	448 (58 ZR)	117 (23 ZR)
Furto de Veículo	19 (1 ZR)	07 (4 ZR)	36 (6 ZR)	02	07 (2 ZR)
Homicídio	07 (5 ZR)	05 (4 ZR)	50 (17 ZR)	03 (1 ZR)	02 (1 ZR)
Incêndio em vegetação	64 (59 ZR)	211 (208 ZR)	01 (1 ZR)	61 (39 ZR)	73 (68 ZR)
Lesão Corporal	216 (8 ZR)	141 (31 ZR)	1683 (124 ZR)	118 (6 ZR)	16 (3 ZR)
Porte de arma branca	12	08	21	09	-
Porte ilegal de arma	12 (1 ZR)	12 (7 ZR)	182 (31 ZR)	02 (1 ZR)	-
Roubo	102 (6 ZR)	19 (4 ZR)	303 (7 ZR)	30 (3 ZR)	05 (1 ZR)
Roubo de veículos	19	07 (4 ZR)	15 (5 ZR)		
Suicídio	01	-	01	01	02 (2 ZR)
Tráfico de Entorpecentes	30 (9 ZR)	04 (3 ZR)	927 (60 ZR)	11	-

Fonte: SESDEC/RO, 2010

* No município de Porto Velho foram considerados apenas os dados referentes à Central de Polícia, uma vez que nem todas as delegacias especializadas procedem com o registro de ocorrências.

Tabela 27: Delegacias de Polícia Civil.

MUNICÍPIO	Nº DELEGACIAS	Nº ESPECIALIZADAS	POSSUI DEDMF*?
Guajará-Mirim	01	01	Sim
Nova Mamoré	01	-	Não
Extrema	01	-	Não
Porto Velho	9	15	Sim
Candeias do Jamari	01	-	Não
Itapuã do Oeste	01**	-	Não

Fonte: SESDEC/RO, 2010.

* Delegacia Especializada de Defesa da Mulher e da Família

** UNISP – Unidade Integrada de Segurança Pública



Quadro 7: Estabelecimento de Corpo de Bombeiros do Território Madeira Mamoré.

MUNICÍPIO	EXISTE NO MUNICÍPIO
Guajará-Mirim	SIM
Nova Mamoré	SIM
Extrema	SIM
Porto Velho	SIM
Candeias do Jamari	SIM
Itapuã do Oeste	SIM

Fonte: Pesquisa direta realizada junta aos participantes das oficinas de elaboração deste plano.

Quadro 8: Quartel da Polícia Militar no Território Madeira Mamoré.

MUNICÍPIO	EXISTE NO MUNICÍPIO
Guajará-Mirim	SIM
Nova Mamoré	SIM
Extrema	SIM
Porto Velho	SIM
Candeias do Jamari	SIM
Itapuã do Oeste	SIM

Fonte: Pesquisa direta realizada junta aos participantes das oficinas de elaboração deste plano.

3.2. Dimensão Político Institucional

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos Territórios visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

3.2.1. Organização Social e Institucional

O capital social pode ser entendido como um conjunto de relações (pessoais, sociais e institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, tendo na sua raiz processos que são, a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação. Isso implica em pessoas e grupos que estabeleçam relações duradouras a fim de obterem recursos financeiros, materiais, cognitivos, além de empreenderem ações para reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjunta; do uso compartilhado de bens na obtenção e difusão das informações.

O Território Rural Madeira-Mamoré possui a maior oferta de capital social do estado. As prefeituras de Nova Mamoré, Itapuã do Oeste e Candeias do Jamari não possuem mais de 10 anos de emancipação política. A característica principal destas prefeituras é a debilidade na prestação de serviços essenciais para a Agricultura Familiar devido ao baixo fluxo de arrecadação de impostos, dependendo quase que exclusivamente de repasses constitucionais dos governos estadual e federal. Esses órgãos públicos municipais são os principais proponentes de obras de infraestrutura dos programas constitucionais que apoiam o desenvolvimento do Território. Os principais órgãos públicos federais presentes no Território são:

- INCRA, órgão responsável pela execução dos projetos de assentamentos de reforma agrária e um dos parceiros que oferta assistência técnica e social para os assentados da reforma agrária do Território.
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão de pesquisa e assistência técnica e extensão rural que atua em todo o Território Rural, com papel importantíssimo no fomento à implantação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) como alternativa

ao modo inadequado de exploração agrícola implantado pelos migrantes nos projetos de assentamentos.

- EMBRAPA, junto com a CEPLAC, órgão de pesquisa que é reconhecida no Território pelas iniciativas nas áreas dos SAFs, na melhoria da qualidade da principal cadeia produtiva da Agricultura Familiar - o café - além de espécies nativas como o guaraná e as frutíferas para produção de polpa (cupuaçu, biribá, graviola, açaí, entre outros), além da pesquisa na área de pequenos animais e na horticultura tropical.

- CONAB, é a parceira mais importante na consolidação de programas de apoio à comercialização da produção da Agricultura Familiar relacionando-a com o Programa da Compra Direta da Produção e o Programa Fome Zero.

- IBAMA, órgão de fiscalização ambiental importantíssimo para o Território, pois implementa programas educativos e preventivos às queimadas e ao desmatamento irracional das áreas de preservação permanente.

- Delegacia Federal da Agricultura e Pecuária (DFA-RO), parceiro na regulação da Agricultura Orgânica e Agroecológica para a Agricultura Orgânica no estado.

Das organizações públicas estaduais destacam-se pela aproximação maior com a Agricultura Familiar os seguintes órgãos:

- Secretaria da Agricultura (SEAPES), principal parceiro no âmbito do governo estadual no apoio às ações de implantação do desenvolvimento territorial no estado. Destaca-se a Secretaria Executiva Estadual do PRONAF e a Câmara Técnica de apoio ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

- Instituto Estadual de Defesa Sanitária (IDARON), responsável pela qualidade sanitária da produção agropecuária do estado e é um parceiro importante na construção de projetos setoriais, principalmente na estratégia de implantação das pequenas agroindústrias familiares.

- EMATER, principal entidade de assessoria e assistência técnica para os produtores rurais, pois possui capilaridade em todos os municípios com sua representatividade em todo o Território.

- Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), órgão de desenvolvimento ambiental do estado que se constitui no principal parceiro estadual na prevenção e resolução dos problemas ambientais

do Território Rural: a conservação das matas ciliares e dos mananciais de água, além de coibir o desmatamento em áreas de preservação permanente e em áreas de manejo florestal.

No Território, as organizações da sociedade civil atuantes são representantes dos agricultores familiares:

- Associação GRAMMA de Nova Mamoré; Associação de Produtores de Leite de Guajará-Mirim e de Itapuã do Oeste; Associação de Agricultores de Jacy-Paraná e Porto Velho; e Cooperativa dos Seringueiros de Rondônia (COOSERON). Esses órgãos são parceiros na implementação dos investimentos produtivos, principalmente nos setores de agregação de valor à produção, como café, guaraná, arroz, mandioca e açúcar mascavo.

- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Porto Velho, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari, Nova Mamoré e Guajará-Mirim, filiados à Federação (FETAGRO). São as principais entidades mobilizadoras da base da Agricultura Familiar na identificação das demandas sociais para o Plano de Desenvolvimento Territorial.

- Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), principal organização que representa os interesses dos seringueiros do estado e que foi responsável pela luta e conquista de aproximadamente 27 reservas extrativistas.

- Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), precursor no estado na luta pela reforma agrária. Organizado desde 1989 em Rondônia, somente está presente no Território através de sua representação política e pelo acampamento no pátio da Superintendência Regional do INCRA. Após um ano de ações territoriais, o MST está disposto a participar proativamente no CEDR e na definição e execução de políticas públicas voltadas para a sua base.

- Movimento Camponês Corumbiara (MCC), movimento social de luta pela reforma agrária de Rondônia. É o responsável pela maioria das ocupações de terra ocorridas no Território e já obteve resultados com a implantação de inúmeros projetos de reforma agrária nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré.

- Colônia de Pescadores Z-1, representa as populações de pescadores do rio Madeira e seus afluentes. É um segmento da Agricultura Familiar que sempre ficou à mercê de políticas

compensatórias. Representa um segmento importante na formulação de uma política de segurança alimentar, tendo em vista a tradição da grande maioria da população do Território em consumir pescado dos rios da região.

- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia (FETAGRO), ator maior da representatividade dos agricultores sindicalizados do estado. Participa ativamente nas diversas institucionalidades dos Territórios (CMDR e CIAT), na formulação, implementação e gestão de políticas públicas, tais como o PROAMBIENTE.

- OPIRON, principal entidade de representação dos povos indígenas de Rondônia. Possui larga experiência na elaboração e gestão de políticas públicas, pois executa vários serviços conveniados com órgãos públicos.

- Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), associação de agricultores familiares pioneira na formulação e proposição de alternativas de produção a partir da região. É a primeira associação a implementar na região os consórcios agroflorestais com multifuncionalidade (ambiental, econômico e social).

- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural de Porto Velho, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari, Nova Mamoré e Guajará-Mirim - principais fóruns locais de implementação das ações territoriais, principalmente no acompanhamento dos investimentos na área de infraestrutura e na identificação das demandas da Agricultura Familiar do Território.

- Cooperativas de Trabalho Agroambiental com multiprofissionais (COOTRARON) e MILÊNIO, entidades prestadoras de serviços e assessoria, parceiras na capacitação e mobilização dos principais atores do Território, além de ofertarem serviços de assistência técnica e social aos assentamentos promovidos pelo INCRA.

- SEBRAE, entidade que está se consolidando na grande parceira na efetivação de ações territoriais, formalizando parcerias com o INCRA na assistência técnica aos assentados do Território.

- Centro de Pesquisa das Populações Tradicionais (CPPT-Cuniã), entidade da sociedade civil que atua nas áreas da educação formal e informal, especificamente com populações ribeirinhas e

extrativistas. É pioneira no Território, em parceria com a EMBRAPA e a CPT, na implementação da agroecologia junto às populações mais tradicionais. Também presta assessoria na formulação de projetos técnicos específicos.

- Ação Ecológica Vale do Guaporé (ECOPORÉ), entidade de cunho ambientalista que atua desde 1990 na assessoria às populações tradicionais (índios, ribeirinhos e seringueiros) e na formulação e execução de planos de manejo em áreas de Reservas Extrativistas.

- Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra), entidade de cunho socioambientalista que vem realizando diversos trabalhos junto às populações tradicionais no estado de Rondônia, além de projetos na direção do Desenvolvimento Regional Sustentável.

- Comissão Pastoral da Terra (CPT-RO), entidade ligada à igreja Católica com atuação junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, associações e cooperativas. Atua na área de formação e capacitação administrativa e na agroecologia. Possui somente um agrônomo que assessora entidades de abrangência estadual.

- Entidade de assessoria na área da educação popular (CEAP), atua tanto no meio urbano como no meio rural. Articula as ações de igualdade de gênero, sexo e raça, bem como a discussão sobre a implantação de grandes projetos governamentais na região amazônica.

- Federação de Mulheres de Rondônia (FEROM), entidade que se articula com os mais diversos órgãos públicos na execução de atividades de promoção da produção de grupos de mulheres e também na capacitação de grupos de mulheres para a produção de artesanato e produtos diversos.

- Grupo de Trabalhadores da Amazônia (GTA-RO), principal fórum de debate e articulação da sociedade civil organizado para as políticas de desenvolvimento sustentável que são propostas formuladas para a Amazônia.

3.2.2. Colegiado de Desenvolvimento Territorial

Conforme Quadro 9 observa-se a massiva participação de membros da sociedade civil organizada no Colegiado territorial, o que demonstra o interesse deste segmento social no referido projeto, assim como a sensibilidade dos gestores deste com tal segmento. Dentre os órgãos governamentais, tem-se representatividade mais efetiva dos órgãos estaduais, seguido pelos representantes federais e por último os representantes municipais. Tal índice de participação dos entes governamentais pode-se explicar, também, pela gestão vigente em cada segmento, uma vez que a referida participação de representantes destes órgãos implica diretamente em liberação funcional e despesas com diárias assim como, de forma geral, os representantes governamentais não se disponibilizam a participar de reuniões e eventos em finais de semana e feriados, uma vez que seus respectivos órgãos possuem burocrática legislação para liberação de diárias neste período. Abaixo, segue figura 2 com a participação representativa setorial CODETER.

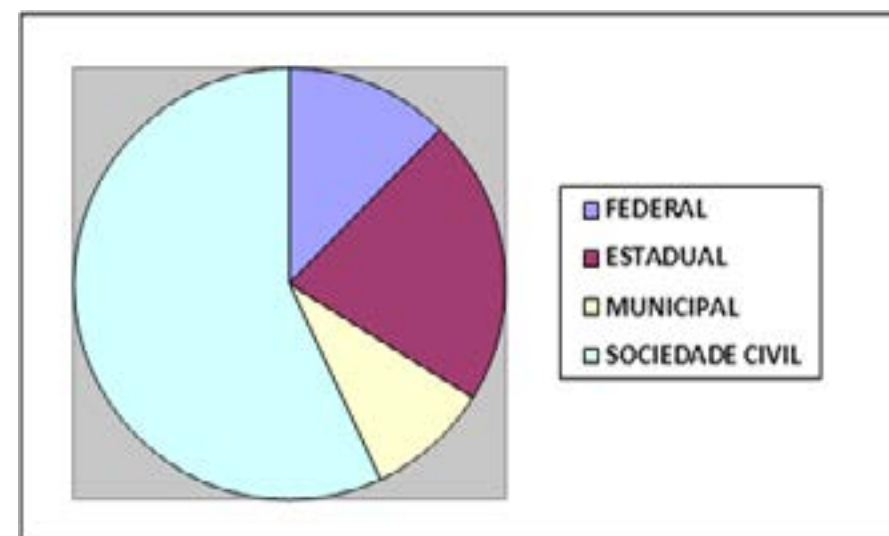


Figura 2: Representação CODETER.

Quadro 9: Membros do CODETER.

ORD.	NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
	Alklexandre Marangoni	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial-CEDRS	Porto Velho
	Eduardo Augusto Melo	SEDUC-Projeto Raízes	Porto Velho
	José Avilhaneda	ASPROP	Guajará-Mirim
	Eliel Ferreira Cunha	CMP	Porto Velho
	Edinaldo França	EMATER	Nova Mamoré
	Olavo Nienov	DFDA-RO/MDA	Porto Velho
	Neide Faccin	Raiz Nativa	Porto Velho
	Maria Auxiliadora Ortiz	Fundação Ribamar Araújo	Candeias
	Cristiano Marcon	MPA	Porto Velho
	Ailmo Santana de Lima	Batalhão da Polícia Ambiental	Candeias
	Alcimar R. da Silva	SEMAGRIC	Porto Velho
	Júlio César S. Chagas	DFDA-RO/MDA	Porto Velho
	Luciane Gomes Lopes	UNIR	Porto Velho
	Jacira Firmino	ASOGUAM	Guajará-Mirim
	Maria Lurdes S. Vieira	ASAEX	Guajará-Mirim
	Maria José G. Nascimento	ASPROP	Guajará-Mirim
	Dilaine R. de Souza	ASPRAJA	Itapuã do Oeste
	Ibrain Coelho Júnior	SEMAPEM	Itapuã do Oeste
	Semáyra Gomes Moret	SEMA	Porto Velho
	Camila Azzi	SEMA	Porto Velho
	Maelí Ferreira da Silva	SEMA	Porto Velho
	Masia Edna Alves	SEAGRI	Porto Velho
	Maria de Lourdes Azevedo	SEPLAN/CAE	Porto Velho
	João Evangelista da Silva	ARTJ-PAF	Candeias
	Maria Dalva Vaz da Silva	ARTJ-PAF	Candeias
	João Bosco Peixoto de Almeida	SEMPA	Porto Velho
	João da Cruz	EPA	Jaru
	Flávio Moraes	SEMA	Porto Velho
	Maria Geovana da S. Rodrigues	SEDUC	Porto Velho
	Selma A. Bragança	SEDUC	Porto Velho
	Felipo Russo	SIDORLEANS	Porto Velho
	Violeta Sales de Moraes	SRTE	Porto Velho
	Antônio Ademar V. Martins	SEAGRI	Candeias

Quadro 9: continuação

ORD.	NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
	Edson Vanderley Rohr	CEPLAC	Porto Velho
	Soraya Rachid Brukel	SEAS/GETRE	Porto Velho
	Maria Lúcia da S. Vieira	ASAGX	Porto Velho
	Jeferson Rian	SEMPLA	Porto Velho
	Fabício A. da Cruz	ICMBio	Guajará
	Natan Oliveira Costa	SEPLAN	Porto Velho
	Helena Batista de A. Ribeiro	SEMTAS	Itapuã do Oeste
	José Cavalcante Bezerra	EMATER	Itapuã do Oeste
	Iolanda Nascimento Brandão	Associação das Mulheres do Flor do Amazonas	Candeias
	Vanilzo da C. dos Santos	ASPRAMAR	Nova Mamoré
	Gelson C. dos Santos	STTR	Nova Mamorá
	Cid José Bevilaqua	AGRIFAM	Candeias
	Maria Natividade C. de Holanda	Colônia Z-1	Porto Velho
	Dario Sebastião Procobio	Igreja Católica	Itapuã do Oeste
	Domingos Sávio V. Oliveira	EEFA	Candeias
	Roseli Luciano Barbosa	Assoc. GRAMA	Nova Mamoré
	Raimundo Alves Viana	Colônia de pescadores	Nova Mamoré
	Leuci Antônio	AGRIFAM	Candeias
	Rita de Cássia Cerqueira	STTR	Itapuã do Oeste
	Risolene Maria S. Silva	COOTRARON	Porto Velho
	Marcos Rodrigo G. da Silva	EMATER	Candeias
	Fidelcino Ferreira Gomes	ASPRO 21	Nova Mamoré
	João Paulo Santos Oliveira	STTR	Candeias
	Francisco Damião	ASPROCAL	Itapuã do Oeste
	Adilson Leonel da Silva	Assoc. dos Produtores Rurais	Candeias
	Antônio Lúcio Lima	COMAD	Porto Velho
	Alessandra da S. Martins	RIOTERRA	Porto Velho
	Ana Maria A. Avelar	IICA/SDT/MDA	Porto Velho
	Emanuel Pontes Meirelles	RIOTERRA	Porto Velho
	Alexandre T. Harrison	RIOTERRA	Porto Velho
	Pâmera C. de Oliveira	RIOTERRA	Porto Velho
	Adirleide Dias dos Santos	RIOTERRA	Porto Velho
	José	INDIA AMAZÔNIA	Porto Velho

3.2.3. Gestão Social Territorial

No que diz respeito à união das forças, na maioria das vezes esse conjunto de organizações rurais e urbanas atua de forma isolada o que os fragiliza tornando-os com baixo poder de articulação no acesso às políticas públicas e programas que visem o desenvolvimento sustentável do Território. Os países ou regiões com maior grau de mobilização e participação da cidadania e de suas organizações apresentam sistemática e, consistentemente, melhores desempenhos que àqueles que não dispõem deste tipo de condição. Este “capital social”, em sinergia com o financeiro, contribui para incrementar significativamente o resultado final de qualquer investimento (Quadro 10).

Entre os principais mecanismos vigentes de democracia participativa encontram-se os Colegiados de representantes governamentais e da sociedade civil, tipificados, por exemplo, pelos Conselhos de Saúde, de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, de Educação, do Trabalho, CMDRS, CEDRS, Conselhos do Meio Ambiente e outros organizados em nível municipal e estadual. São instrumentos legalmente instituídos com mandatos importantes e que somente agora têm recebido o devido apoio dos sistemas formais de poder.

Considerando o nível de capacitação dos conselhos e conselheiros, faz-se necessário um intenso e extenso programa de capacitação dos mesmos para que possam exercer, em plenitude, seus mandatos legais. O ideal seria que nenhum conselheiro eleito pudesse assumir suas funções sem um treinamento específico. Para tanto, participar de formação de caráter permanente e contínuo, tendo em vista a rotatividade natural das pessoas destes conselhos, nas diferentes funções do órgão, deveria ser quesito principal. E, nesta mesma linha, tratar-se-ia de estender para participantes de Organizações da sociedade civil, a possibilidade de receber o mesmo treinamento que o oferecido a técnicos governamentais. Em conjunto, essas medidas podem significar, em curto prazo, importantes melhorias no desempenho dos programas governamentais, na mobilização de recursos sociais qualificados e no efetivo benefício às comunidades rurais e urbanas.

Essas medidas podem ainda ser complementadas pela inserção de políticas de incentivos fiscais (estaduais e municipais)

que aumentem o nível de captação de recursos privados para serem aplicados em ações públicas. Como exemplo, as deduções de imposto de renda para aplicações em atividades culturais, audiovisuais e para fundos de amparo à criança e adolescente que são permitidas pelo governo. Recentes discussões em nível de Programa e do Conselho da Comunidade Solidária (ministros e representantes da sociedade civil) geraram uma reafirmação da necessidade de ampliação destes mecanismos de incentivos como condição de fortalecimento da ação da própria sociedade, na busca de soluções para os problemas sociais. Tal política poderia ser perfeitamente expandida para a rede estadual e municipal. Esse cenário convergiu consensualmente para a necessidade de uma gestão que contemple algumas questões prioritárias, como:

- Disseminar polos agroindustriais diversificados em consonância com vocações locais e regionais.
- Fortalecer em meio a pequenos agricultores, populações ribeirinhas, tradicionais e indígenas o cooperativismo, o associativismo e a capacitação tecnológico-gerencial.
- Implantar adequada infraestrutura de armazenamento.
- Pavimentar, em consonância com o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZEE) a rede viária, inclusive coletora, bem como assegurar a manutenção das rotas vicinais.
- Viabilizar uma oferta suficiente e oportuna de linhas de crédito (com condições diferenciadas para atender as necessidades das populações indígenas e tradicionais).
- Apoiar pesquisas sobre as potencialidades econômicas das atividades dos povos indígenas visando sua inserção no mercado.

Deve-se considerar não apenas a agroindustrialização, mas também outras alternativas para a emancipação econômica dos produtores rondonienses, num processo importante de agregação de valor à produção local. O modelo econômico tradicional de comercialização da matéria-bruta com mínimo valor agregado implica à inviabilização da prosperidade econômica e a insustentabilidade do desenvolvimento, num processo cumulativo de grandes perdas de riquezas, rendas e tributos. A prioridade estratégica deve, portanto, ser a promoção dos meios de realização da verticalização industrial. A

formação endógena da cadeia produtiva é uma necessidade imperativa do fortalecimento econômico do estado.

3.2.4. Instrumentos de Gestão Socioambiental

Quadro 10: Gestão Socioambiental no Território Madeira Mamoré.

MUNICÍPIO	INSTRUMENTO DE GESTÃO	AGENDA 21
Guajará-Mirim	Código Municipal	NÃO
Nova Mamoré	Código Municipal	NÃO
Porto Velho	Código Municipal	NÃO
Candeias do Jamari	Código Municipal	NÃO
Itapuã do Oeste	Código Municipal (ainda a ser aprovado) Projeto Semeando Sustentabilidade	NÃO

Fonte: Pesquisa direta realizada junta aos participantes das oficinas de elaboração deste plano.

Observações:

Guajará-Mirim: possui um Parque Municipal, Parque Municipal Natural Serra dos Parecis.

Nova Mamoré: o distrito de Araras está com sérios problemas de saúde devido aos resíduos oriundos dos garimpos e o local foi condenado pelo Ministério da Saúde; o município ficou entre os 4 que mais desmataram no arco de fogo.

Porto Velho: possui um Parque Ecológico Municipal.

Candeias do Jamari: problemas gerados pelo curtume de Porto Velho.





3.3. Dimensão Ambiental

Esta dimensão de sustentabilidade consiste na valorização e avaliação da situação dos componentes do meio ambiente dos Territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate sócio territorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

3.3.1. Características Geoambientais do Território Madeira-Mamoré.

O Território Rural Madeira-Mamoré compreende uma área de 79.935 km², correspondendo a 33,5% da área total do Estado de Rondônia. Está localizado nas terras baixas da encosta setentrional do planalto brasileiro, cuja altitude média varia entre os 80 e 300 metros, sendo que os pontos mais altos são classificados como colinas suavizadas. Sua população está estimada em 407.413 habitantes, correspondendo a 29,5% da população total do estado. Destes, 327.022 (cerca de 80,3%) são de habitantes residentes na zona urbana e 74.859 (cerca de 19,7%) são de habitantes residentes na zona rural (ALMEIDA et al., 2009).

Sua hidrografia é constituída pelas principais bacias hidrográficas do estado e compõem a bacia os rios Madeira, Guaporé, Jamari e Machado, sendo os três últimos afluentes do Rio Madeira. Há internamente as micro-bacias dos rios Candeias, Preto do Candeias, Jacy-Paraná, Mutum-Paraná e Mamoré. Os três últimos fazem parte do Rio Madeira e encontram-se com severos impactos ambientais (Figura 5). O clima predominante na região é de transição do equatorial para

o tropical quente-úmido, com duas estações definidas: seca e chuvosa. Segundo Koppen, citado no Projeto RADAM BRASIL (1978), o clima predominante no estado é o tipo “Am”, que corresponde às florestas tropicais com chuvas do tipo monção. Caracteriza-se por elevadas precipitações que no total anual compensam a estação seca, permitindo a existência de floresta. As temperaturas médias anuais ficam em torno de 24° C e os valores da Umidade Relativa entre 80% a 85%. A precipitação pluviométrica média anual varia entre 1750mm e 2750mm, respectivamente menor e maior índice. A insolação é de cerca de 1908 horas/ano e o período seco corresponde aos meses de maio a setembro (Figura 4).

A cobertura original do Território Rural Madeira-Mamoré aponta para a Floresta Ombrófila Densa (Tabelas 28 a 32 e Figura 3). O solo com maior incidência no Território Rural Madeira-Mamoré é o Latossolo Amarelo Álico, com sérias limitações ao desenvolvimento de culturas exigentes em condições ideais de fertilidade e acidez. Neste solo, a fertilidade natural é baixa e o teor de alumínio tóxico é alto impedindo o bom desenvolvimento de culturas básicas implantadas pela Agricultura Familiar, tais como: arroz, milho e feijão. Também

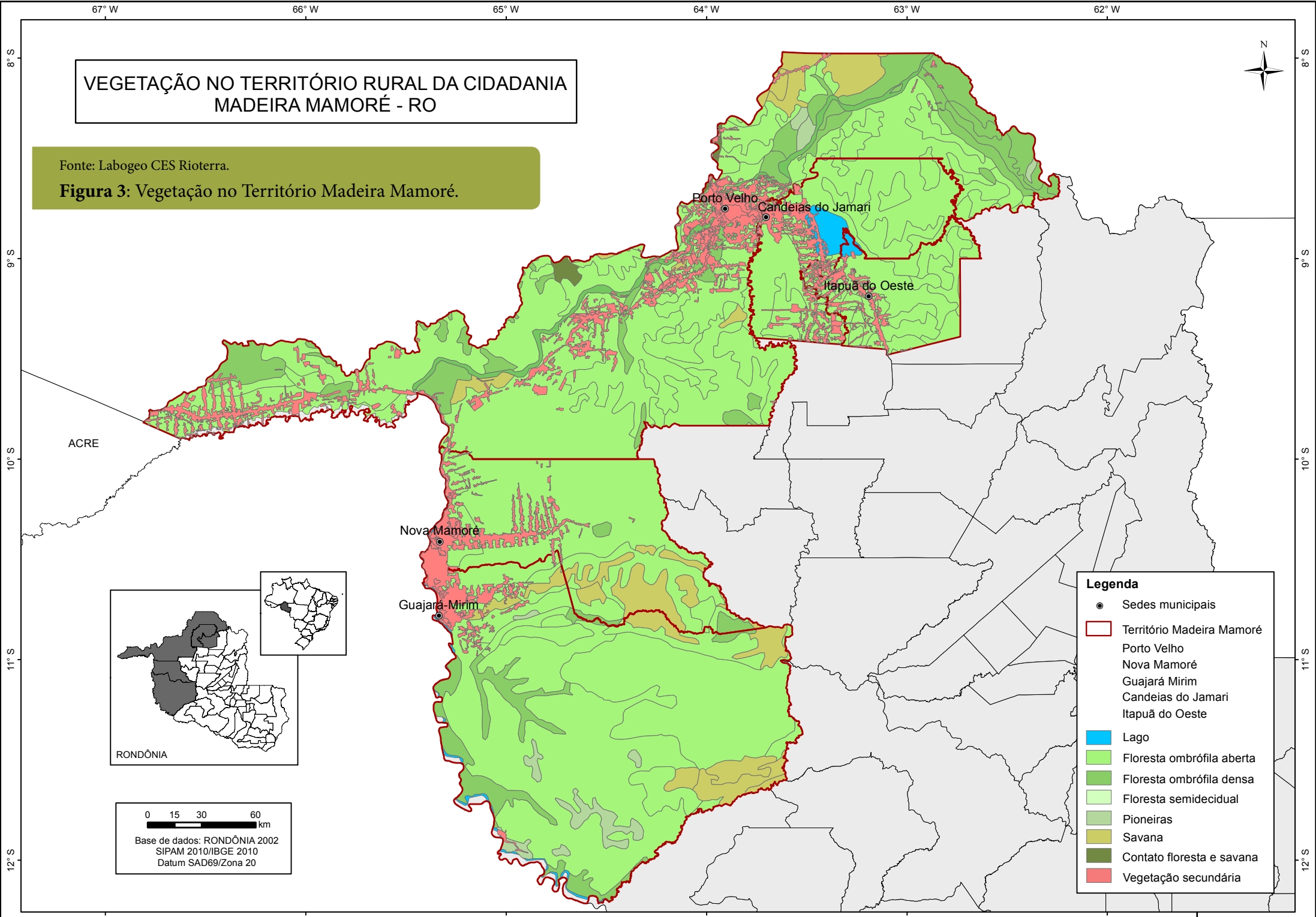
há ocorrência de solos da classe Podzólico Vermelho-Amarelo Álico, Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico (Figura 6). A ocorrência destes solos no Território levaram à adoção de modelos produtivos com base na aptidão natural da região, os Sistemas Agroflorestais (SAF) com essências amazônicas e uma nova abordagem dos assentamentos de reforma agrária, Projetos de Assentamento Florestal (PAF) baseados no manejo sustentável da floresta sem sua derrubada e queima.



VEGETAÇÃO NO TERRITÓRIO RURAL DA CIDADANIA MADEIRA MAMORÉ - RO

Fonte: Labogeo CES Rioterra.

Figura 3: Vegetação no Território Madeira Mamoré.

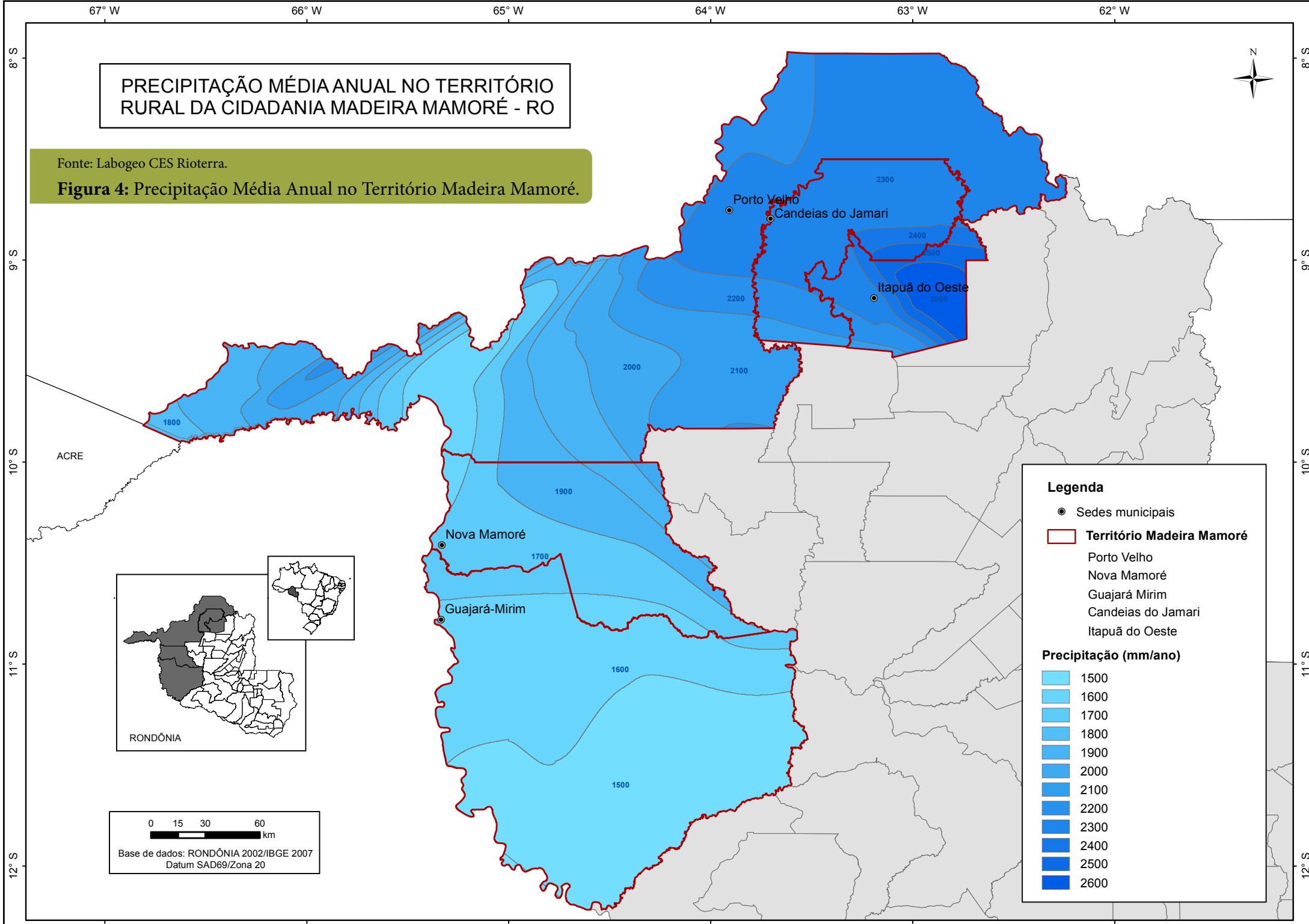




PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL NO TERRITÓRIO RURAL DA CIDADANIA MADEIRA MAMORÉ - RO

Fonte: Labogeo CES Rioterra.

Figura 4: Precipitação Média Anual no Território Madeira Mamoré.

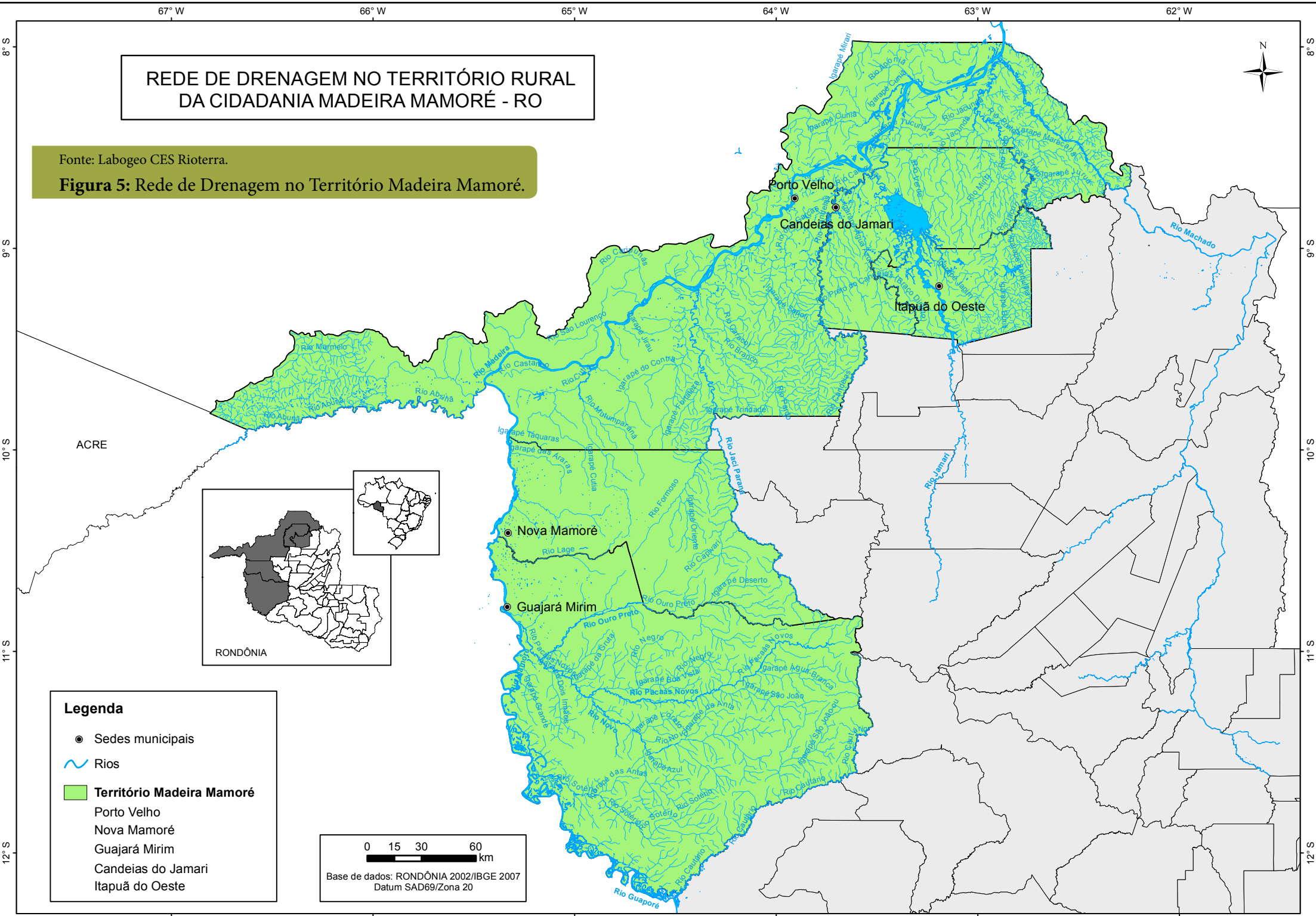




REDE DE DRENAGEM NO TERRITÓRIO RURAL
DA CIDADANIA MADEIRA MAMORÉ - RO

Figura 5: Rede de Drenagem no Território Madeira Mamoré.

Figura 5: Rede de Drenagem no Território Madeira Mamoré.





67° W

66° W

65° W

64° W

63° W

62° W

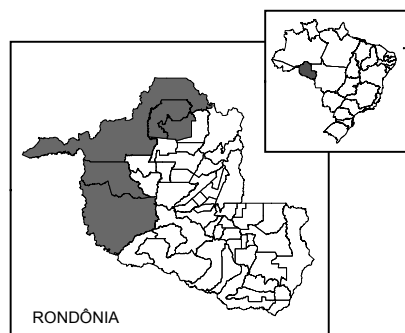
SOLOS NO TERRITÓRIO RURAL DA CIDADANIA MADEIRA MAMORÉ - RO

Fonte: Labogeo CES Rioterra.

Figura 6: Solos no Território Madeira Mamoré.



ACRE



RONDÔNIA

0 15 30 60
km

Base de dados: RONDÔNIA 2002/IBGE 2007
Datum SAD69/Zona 20

Legenda

- Sedes municipais
- ▭ Território Madeira Mamoré
- Porto Velho
- Nova Mamoré
- Guajará-Mirim
- Candeias do Jamari
- Itapuã do Oeste
- ▭ Rio e lago
- AR - Afloramento de Rochas
- AQ - Areias Quartzosas
- HAQ - Areias Quartzosas Hidromórficas
- G - Gleissolo
- LA - Latossolo Amarelo
- LV - Latossolo Vermelho-Amarelo
- PT - Plintossolo
- HP - Podzol Hidromórfico
- PV - Podzólico Vermelho-Amarelo
- A - Solos Aluviais
- R - Solos Litólicos
- TR - Terra Roxa Estruturada

Tabela 28: Tipologia Vegetação Território Madeira Mamoré.

CÓDIGO	Porto Velho	%	Guajará-Mirim	%	Nova Mamoré	%	Itapuã do Oeste	%	Candeias do Jamari	%
Outros Usos	3.992,87	11,74	1.295,10	5,23	753,98	7,44	588,36	14,79	1.247,79	18,50
Floresta Ombrófila Aberta	23.925,55	70,35	18.315,13	73,90	6.702,99	66,16	3.376,06	84,87	5.437,06	80,59
Savana (Cerrado)	323,68	0,95	1.955,21	7,89	1.222,18	12,06			9,47	0,14
Floresta Ombrófila Densa	1.869,70	5,50	193,62	0,78	43,47	0,43	2,26	0,06	7,71	0,11
Floresta Estacional Semidecidual			-	-	-	-			-	-
Formação Pioneira sob Influência Fluvial	607,48	1,79	1.619,67	6,54	-	-	11,06	0,28	4,48	0,07
CONTATO (Zona de Transição)	2.805,70	8,25	1.363,36	5,50	1.409,01	13,91	-	-	39,92	0,59
Campinarana/Campina de Areia Branca	-	-	40,85	0,16	-	-	-	-	-	-
Formação Aluvial de Pequeno Porte (Umirizal)	486,47	1,43	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	34.011,44	100,00	24.782,94	100,00	10.131,65	100,00	3.977,73	100,00	6.746,43	100,00

Fonte: SEDAM, 2000.

3.4. Dimensão Socioeconômica

A organização social e econômica dos territórios de acordo com suas potencialidades capaz de dinamizar o desenvolvimento gerador de competências sistêmicas para a sustentabilidade. Esse processo de organização social junto com a reestruturação social das atividades produtivas, tende a construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e dintersetorialidade socioprodutiva.

3.4.1. Socioeconômica

i) Guajará-Mirim: o município insistiu durante muitos anos para a construção de sua suposta vocação comercial. Mesmo após a derrocada de sua empreitada os comerciantes locais não romperam com os fortes elos de seu passado comercial, persistindo em um possível renascimento comercial que nunca chegou. Atualmente, a principal fonte de renda do município está ligada ao setor de serviços, tendo

no contracheque dos servidores públicos a principal movimentação financeira que circula no município. Outra atividade que se destaca, embora não traga muitos benefícios à cidade, são os escritórios de grandes empresas que ali se instalam com intuito de buscar as facilidades fiscais oferecidas pela ALCGM.

No que tange à produção animal e vegetal, podemos notar que sua participação ainda é tímida. Ressalta-se que a legislação ambiental é apontada pelos habitantes desta urbe como sendo a grande vilã do desenvolvimento da agropecuária na região. No entanto, devemos destacar a falta de aproveitamento dos incentivos fiscais destinados à produção de gêneros regionais tais como pupunha, palmito, açaí, buriti, copaíba, etc.

ii) Nova Mamoré: ao avaliarmos a economia municipal tendo como base os dados levantado, demonstra que há um predomínio do emprego gerado em estabelecimentos rurais, ora predominando o emprego gerado em estabelecimentos urbanos (Tabelas 29 a 31). No entanto, ao defrontarmos os dados obtidos com as fontes primárias,

pudemos estabelecer que o setor de serviços (chamado em Nova Mamoré de “contracheque”) é a maior fonte de empregos no município.

iii) Porto Velho: No passado, a economia de “contracheque” assegurava a circulação do dinheiro local, no entanto, no presente, o comércio ganhou novo fôlego oriundo do novo ciclo migratório proveniente das obras do PAC. Diversas empresas estão se instalando na cidade, além de um shopping center ter sido construído e outro estar em processo de construção, e novos empreendimentos compõem o perfil de Porto Velho. Pode-se dizer que o mercado portovelhense encontra-se aquecido; o setor hoteleiro está sobrecarregado e com preços exorbitantes, e no campo da construção civil há procura de novos trabalhadores para ocuparem os postos ociosos. A agricultura e a pecuária ainda se destacam no ranking estadual, mesmo sendo a cidade mais urbanizada do estado. Pode-se dizer que Porto Velho possui uma economia bem diversificada, mas existe um grande receio a médio e longo prazo, visto o provável esvaziamento populacional pós-construção das Usinas Hidroelétrica.

iv) Candeias do Jamari: os aspectos econômicos aqui discutidos abordam três tópicos, os quais contemplam informações que permitem desagregar as atividades econômicas por setor: atividade urbana e rural. Este interesse é justificado pela suposição de que as atividades urbanas, a indústria, o comércio e a prestação de serviços, apresentam maiores possibilidades de sofrerem alterações derivadas da implantação dos empreendimentos hidrelétricos no rio Madeira. Informações mais recentes disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, limitam-se ao setor formal da economia, por exemplo, os trabalhadores de Candeias do Jamari que prestam serviços em unidades localizadas em Porto Velho.

O PIB industrial de Candeias do Jamari tende a se expandir nos próximos anos como resultado de efeitos de transbordamento da economia industrial de Porto Velho. Esta passa por um crescimento no contexto atual, em função da construção das usinas hidrelétricas, mas cria condições de infraestrutura e vantagens locacionais que podem torná-la uma localização estratégica para o investimento industrial na região, causando transformações estruturais em sua cadeia produtiva que gerariam efeitos significativos na região.

A expansão do emprego no comércio indica um fortalecimento do grau de centralidade urbana exercido pela cidade de Candeias do Jamari em relação a seu entorno, inclusive à sua própria população, que se torna relativamente menos dependente da oferta de bens e serviços concentrada em Porto Velho. Este adensamento do setor terciário se relaciona a um aumento da renda disponível ao consumidor local, que passa a compor um nível de demanda efetiva mais elevada, capaz de sustentar um crescimento da oferta na própria localidade. Supõe-se que esta dinâmica continue a ocorrer no futuro próximo, em função da perspectiva de aumento do emprego e da renda na região, que deve ocorrer também devido à proximidade de Candeias com o forte dinamismo observado em Porto Velho. Entretanto, tratam-se de atividades básicas do setor terciário, de baixa complexidade, sendo que os serviços mais especializados ainda não apareceram na composição do emprego de Candeias e tendem a permanecer concentrados em Porto Velho, em função da necessidade de uma escala de demanda mais elevada para viabilizar a oferta destes setores.

v) Itapuã do Oeste: a economia é pouco diversificada, tendo como seu principal fomentador o setor de serviços, seguido pela indústria, comércio e, por fim, a agropecuária. A agricultura é pouco desenvolvida, principalmente a Agricultura Familiar que não se distancia dos limites da pobreza. Tal situação é agravada pela baixa qualidade do solo; a falta de assistência técnica; a falta de organização dos produtores rurais e com a incipiente verticalização da produção através da agroindustrialização. Tal fator proporciona o desperdício de produtos regionais (pupunha, cupuaçu, acerola e açaí) que poderiam ter utilidade na incrementação da renda familiar. Todo este amálgama, somado à baixa qualidade da produção faz com que haja uma rejeição por parte do mercado consumidor pelos produtos locais. No município destacam-se as indústrias madeireira e moveleira e de produtos alimentícios. Segundo os dados da Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste existem no município 07 madeiras (Madeflona, Induspan, 02 Irmãos, Amazonave e Alex Madeiras, as maiores) e ainda outras 02 que estão com atividades paralisadas. Paralelamente às indústrias madeiras operam algumas marcenarias, sendo que 02 delas fabricam cabos de vassoura.

Tabela 29: Indicadores Econômicos.

Município	Valores Absolutos					
	Renda Total (1)	Renda per Capta (2)	Produção animal e vegetal (3)	Arrecadação de ICMS (R\$ 1000)	Trabalho nos estabelecimentos rurais	Trab. nas empresas com CNPJ
Guajará-Mirim	5.081,00	133,56	1.385	6.649.458,52	1.154	1.865
Nova Mamoré	1.957,00	132,46	3.095	2.334.362,43	4.183	347
Porto Velho	102.138,00	305,20	13.571	48.855.406,84	7.805	62.274
Candeias do Jamari	2.813,00	214,62	2.042	3.932.374,22	2.117	250
Itapuã do Oeste	1.247,00	182,85	-	2.213.360,09	-	-
Território Madeira-Mamoré	113.236	968,69	114.204,69	63.984.962,1	64.213.371,48	128.426.742,96

Fonte: SNIU. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.

Em R\$ mil/mês; (2) Em R\$/mês; (3) Em R\$ mil/ano.

Tabela 30: Empregos Gerados por Setor da Economia.

Município	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
Guajará-Mirim	121	678	1303	2
Nova Mamoré	220	61	453	14
Porto Velho	8267	11403	66602	272
Candeias	216	215	604	126
Itapuã do Oeste	163	69	333	10
TMM				

Fonte: SNIU. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.

Tabela 31: Número de Estabelecimentos por Setor da Economia.

Município	Agências Bancárias	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Rurais
Guajará-Mirim	3	8	9	162	84	577
Nova Mamoré	1	16	0	21	453	14
Porto Velho	22	300	225	1637	1478	2572
Candeias	0	4	8	15	12	757
Itapuã do Oeste	0	4	0	6	4	281
TMM						

Fonte: SNIU. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos, 2002.

3.4.1.1. Produção Animal e Vegetal

i) Guajará-Mirim: o desenvolvimento da agropecuária é um caso singular, uma vez que grande parcela de seu território está sob proteção da legislação ambiental impedindo, deste modo, o desenvolvimento das atividades relacionadas à agropecuária comumente percebidas no restante do estado. Com exceção do cultivo da mandioca, o município apresenta-se posicionado sempre entre os últimos colocados no ranking produtivo estadual, fator que está diretamente relacionado aos impedimentos de uso da terra e à dificuldade de escoamento da produção local.

No que tange à atividade da pecuária, Guajará-Mirim também está muito aquém da realidade estadual, pois dentre os municípios do Território Madeira-Mamoré possui produção de leite superior a Candeias. Com relação ao rebanho de bubalinos, a cidade está à frente de Candeias e de Itapuã, mas na criação de gado de corte o município tem baixíssima produtividade. Diante da lógica ambientalista que contemplou o município a partir do final da década de 1970, fica evidente que Guajará-Mirim necessita lograr esforços para fortalecer a produção de produtos agro-florestais e de gêneros florestais regionais, aproveitando para tal a política de isenção fiscal estipulada pela SUFRAMA, através da ALCGM. Também se destaca no município, a pesca, esbanjando um vasto amálgama de pescados, de diferentes espécies, com boa absorção pelo mercado local e dos arredores, uma vez que o preço praticado é um bom atrativo. Neste sentido, avulta-se o anseio popular pela criação de um curso de Engenharia de Pesca no campus da Universidade Federal de Rondônia de Guajará-Mirim, incrementando a cadeia produtiva do pescado local. Salientamos que, no que tange à pesca, nota-se no município a presença tanto da piscicultura⁴ quanto da pesca extrativista⁵.

ii) Nova Mamoré: em se tratando de produção agrícola, o município de Nova Mamoré vem se destacando entre os maiores

4 Atividade econômica que investe na produção e comercialização de pescados, mediante aplicação de técnicas que auxiliam na produtividade.

5 Atividade tipicamente tradicional, diretamente relacionada ao modo de vida do amazônida, através da qual os ribeirinhos (comunidade tradicional) tira seu sustento através da aplicação de seus conhecimentos populares tradicionais, utilizando equipamentos pouco sofisticados.

produtores do estado pelo cultivo de banana e mandioca. No entanto, devemos ressaltar que, com exceção destas duas culturas, o município está sempre posicionado entre as últimas posições do ranking estadual de produção, pois o cultivo do café, feijão, arroz, milho e cacau, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social, são os principais produtos do estado. Por outro lado, quando vislumbramos a pecuária no município notamos que esta vem se desenvolvendo fortemente ganhando destaque e notoriedade estadual. O município tem apresentado promissor desenvolvimento no rebanho bovino de corte e leiteiro. A pecuária vem ganhando destaque, por outro lado devemos associar o espaço ocupado pelos rebanhos bovinos à baixa produtividade agrícola, lembrando que grande parte dos gados está concentrada em poucas propriedades (Tabela 32). Com relação a criação de bubalinos, esta encontra-se de forma tímida no estado.

Seguindo na lógica da concentração de terras acima mencionada, as Tabelas 42 e 43 deixa claro a inversão existente neste sentido. Segundo estes dados, apenas 29 propriedades concentram a maior quantidade de terras do município, enquanto 713 propriedades de até 50 ha concentram 29.680,9461 ha; as 29 propriedades com mais de 1000 ha concentram 62.759,0000.

iii) Porto Velho: na instância da agricultura, Porto Velho destaca-se na produção estadual de mandioca (Tabelas 33 e 35). Merece destaque também à produção de banana. Nas demais culturas o município não possui destaque. Por outro lado, o alvorecer da agroindústria no município, que nos últimos anos vem se desenvolvendo, embora ainda timidamente, deve ser enfatizado.

Quanto à pecuária, Porto Velho é destaque estadual do número total de bovino de corte e com relação ao rebanho leiteiro apresenta tímida produção. O distrito de Extrema é de grande importância para a produção do gado de corte no município. Considerando que o mencionado distrito, em 2010, através de plebiscito popular adquiriu emancipação política, ganhando o direito de transformar-se em município, o número total de bovinos deverá sofrer alterações.

Devemos ressaltar a grande importância que os distritos de Jacy-Paraná, Nova União Bandeirantes, Mutum-Paraná e o distrito de Extrema e região (incluindo-se Nova Califórnia e Vista Alegre do

Abunã) exercem sobre os números da produção agropecuária de Porto Velho. Destaca-se no município, ainda, a atividade pesqueira (Tabelas 36 e 37). Não obstante, devido às alterações ambientais ocasionadas pelas obras de construção da UHE de Santo Antônio, a quantidade de pescados tem diminuído muito e a colônia local de pescadores já não consegue mais produzir como antes.

iv) Candeias do Jamari: possui uma vocação rural bem marcante, sendo evidenciada pelo crescimento populacional neste segmento. Porém, apesar da diversidade produtiva praticada no município, a produção agrícola ainda é muito tímida frente aos números estaduais, com exceção do cultivo da mandioca que tem apresentado produtivas (Tabelas 33 e 35). O pouco investimento na área agrícola deve-se pela falta de assistência técnica adequada por parte dos órgãos competentes, que por sua vez justificam a ausência de assistência por conta dos problemas de regularização fundiária do INCRA.

A pecuária, atividade que está diretamente ligada ao avanço do latifúndio, ainda é fraca frente aos números estaduais. Neste segmento os trabalhadores rurais mais clamam por assistência técnica, uma vez que a produção de leite assegura a estes o seu “mensal⁶”, sendo a grande maioria das demais culturas destinadas ao “anual⁷”.

6 Renda utilizada para a manutenção da casa e da propriedade durante o mês.

7 Renda obtida através de safra anual, que garante a aquisição de novos bens e investimentos na propriedade.

v) Itapuã do Oeste: a agricultura é pouco desenvolvida, caracterizando-se por uma atividade que beira os limites da subsistência. A pecuária não tem apresentado produtividade o gado de corte e leiteira. Por outro lado, se na terra os produtores não encontraram sua vocação é na água que foi incrementada a aptidão local. Aproveitando à hidrografia, fomentada pelo lago da UHE Samuel, a atividade pesqueira se destaca no município esbanjando grande diversidade de pescados. À beira da BR-364 existe uma vila de pescadores onde a produção local é comercializada a preços atrativos, o que engoda os transeuntes e incrementa a economia familiar.

Devemos ressaltar a aptidão florestal do município uma vez que esta não vem sendo explorada, desperdiçando toda a sorte de produtos que poderiam ser reutilizados na produção de biojóias, óleos e cosméticos (Tabela 44). A atividade madeireira toma conta da economia local, sendo que esta deveria ser consorciada a outras atividades de cunho sustentável.

Tabela 32: Produção do Rebanho.

CIDADE	REBANHO		
	BOVINO CORTE (cabeça)	BOVINO LEITE (cabeça)	BUBALINO (cabeça)
Guajará-Mirim	101.774	13.283	114
Nova Mamoré	272.993	127.332	430
Porto Velho	549.732	61.832	590
Candeias do Jamari	162.428	12.595	52
Itapuã do Oeste	56.718	23.123	19
Território Madeira-Mamoré	1.143.645	238.165	1205

Fonte: IDARON/RO, 2010.

Tabela 33: Produção Vegetal.

CIDADE	Produção (ton) - Safra: 2008/2009							
	Mandioca	Arroz (em casca)	Café (benef.)	Milho (grãos)	Feijão (em grãos)	Banana	Cacau	Total
Guajará-Mirim	16.200	195	6	690	35	1.392	Sem dados	18.518
Nova Mamoré	14.400	240	702	1.260	60	1.840	500	14.429
Porto Velho	109.927	1.719	547	4.405	427	3.250	199	120.474
Candeias do Jamari	13.830	840	136	365	51	243	21	15.486
Itapuã do Oeste	3.630	330	135	234	50	130	Sem dados	4.509
Território Madeira Mamoré	157.987	3.324	1526	6.954	623	6.855	720	173.416

Fonte: SEDES, 2009/2010.

Tabela 34: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

MUNICÍPIO	GUAJARÁ-MIRIM	NOVA MAMORÉ	PORTO VELHO	CANDEIAS DO JAMARI	ITAPUÃ DO OESTE
PRODUTO					
Açaí (toneladas)	133	20	139	38	7
Açaí (mil reais)	153	23	160	44	8
Castanha (toneladas)	106	-	1701	-	-
Castanha (mil reais)	122	-	1956	-	-
Palmito (toneladas)	-	-	10	1	1
Palmito (mil reais)	-	-	23	2	2
Látex Coagulado (toneladas)	50	-	23	-	6
Látex Coagulado (mil reais)	105	-	48	-	13
Madeira em tora (metro cúbico)	25346	28718	374655	62568	3329
Madeira em tora (mil reais)	3802	4193	56198	9197	489
Copaíba (toneladas)	2	-	2	1	-
Copaíba (mil reais)	34	-	34	17	-

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 35: Produção de Derivados de Mandioca e de Frutíferas, Guajará-Mirim 2005.

MATÉRIA-PRIMA	PRODUTO FINAL	QUANTIDADE PRODUZIDA
Mandioca	Farinha de mandioca	1.170 toneladas
Açaí	Polpa hidratada	90.000 litros

Fonte: FIERO, 2005.

Tabela 36: Produção Anual de Pescado, por Espécies, da Colônia de Pescadores Z-2RO - Guajará-Mirim - Período 2004 e 2005.

ESPÉCIE	ANO (Em Kg)		EVOLUÇÃO (%)
	2004	2005	
Tambaqui	11.619	11.620	0,01
Curimatã	55.473	49.752	-10,31
Cubio	3.078	3.281	6,60
Pirarara	4.229	4.335	2,51
Tucunaré	31.316	30.130	-3,79
Piranha	3.294	2.798	-15,06
Piau	6.757	6.999	3,58
Jaú	3.277	3.897	18,92
Filhote	10.378	11.832	14,01
Bodó	2.925	2.431	-16,89
Jaraqui	25.027	22.152	-11,49
Cuiú Cuiú	4.565	5.776	26,53
Dourado	1.050	947	-9,81
Surubim	7.884	9.017	14,37
Outras espécies	6.599	6.619	0,30
Pirapitinga	10.267	14.314	39,42
Pirarucu	24.753	26.189	5,80
Total	212.491	212.089	-0,19

Fonte: Colônia de Pescadores Z-2/RO, 2007.

Nota: Estes dados estatísticos de pescado se referem apenas ao desembarque que ocorre no Porto Oficial da Colônia de Pescadores Z-2/RO. Segundo a fonte, os demais não são informados.

Tabela 37: Principais Espécies da Ictiofauna em Itapuã do Oeste.

PEIXES	APETRECHOS	ISCAS	VALOR/Kg
Curimatã	Malhadeira	Minhoca	5,00
Tucunaré	Anzol	Peixe	5,20
Piranha	Malhadeira	Minhoca	5,40
Pirarara	Malhadeira	Minhoca	4,50
Pacu	Malhadeira	Minhoca	4,50
Tambaqui	Anzol	Peixe	6,00
Matrinchã	Malhadeira	Minhoca	6,00
Pintado	Anzol	Peixe	9,00

Fonte: Almeida et al., 2009.

3.4.2. Assistência Técnica

Atualmente no Território existem 32 projetos demandantes das políticas de reforma agrária do INCRA que estão inseridos nas modalidades: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento (PA), Projeto Casulo (PCA), Projeto Integrado de Colonização (PIC) e Reserva Extrativista (RESEX), onde estão instaladas 5.164 famílias potenciais que são requerentes de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES). Destes Projetos, 05 estão em Candeias do Jamari; 04 em Guajará-Mirim; 11 em Nova Mamoré e 12 em Porto Velho. O serviço de ATES visa prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas nesses projetos de assentamento que são reconhecidos pelo INCRA, tornando-as unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção voltadas para o mercado integrado à dinâmica de desenvolvimento municipal, territorial e regional, de forma ambientalmente sustentável.

A oferta de atendimento por meio de ATES em 2005 está sendo realizada em 26 projetos de assentamento atendendo a 4.262 famílias de produtores rurais. Em 2005, a demanda por AT é de 7.674 famílias, sendo 5.164 por ATES e 2.510 por Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Estado de Rondônia (Figura 12). A quantificação de técnicos demandados por número de famílias é de 52 para ATES e 16 para ATER.

Os serviços de ATES do INCRA vêm sendo realizados por técnicos de outras instituições pelo fato das mesmas não disporem de recursos humanos suficientes e qualificados para este fim. No Território,

os serviços de ATES são perpetrados pela EMATER, com 8 técnicos de nível superior e 7 técnicos de nível médio; Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia (COOTRARON), com 13 técnicos de nível superior e 13 de nível médio; e a Cooperativa Multiprofissional e Mútua de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais (MILENIO), com 6 técnicos de nível superior e 5 de nível médio. Outros produtores familiares, indígenas, ribeirinhos, seringueiros e pescadores existentes no Território são atendidos pela EMATER e por algumas instituições não governamentais que atuam junto a esses produtores tais como: OSR, CUNPIR, ECOPORÉ e CANINDÉ.

A oferta de técnicos apresenta-se compatível com a demanda de famílias, porém o quadro técnico apresenta-se com debilidades e as metodologias de ATES não são compatíveis com o desenvolvimento territorial, evidenciando que boa parte dos agricultores familiares não é beneficiada de forma satisfatória com esses serviços. Problemas dessa natureza refletem de forma negativa ocasionando baixa qualidade dos produtos e, conseqüentemente, baixa rentabilidade por hectare, além da inadimplência junto às agências bancárias financiadoras de crédito, entre outros fatores que contribuem diretamente para a elevação da pobreza rural.

3.4.3. Infraestrutura

Nesse tópico abordaremos a questão da infraestrutura existente nos municípios do Território Madeira-Mamoré, de maneira a vislumbrarmos as oportunidades e as ameaças impostas por tal segmento de apoio à população e à produção. Neste sentido, esboçaremos um mosaico com informações sobre as vias de acesso aos municípios (malha viária, portos e aeroportos), rede telefônica e sistema de comunicação (internet, rádio, jornais e TV). Ainda neste momento estaremos trazendo à tona a questão dos domicílios em situação de pobreza assim como a oferta de programas governamentais de assistência e apoio aos produtores rurais, como Luz para Todos, que incide diretamente sobre a questão da disponibilização de energia elétrica às regiões distantes do Brasil.

3.4.3.1. Malha viária

- a) Estradas: BR 364 e BR 425 (em isolamento do eixo de desenvolvimento do estado).
- b) Portos: Porto Velho (sentido Manaus e Oceano Atlântico) e Guajará-Mirim (sentido Bolívia e Vale do Guaporé)
- c) Aeroportos: Porto Velho e Guajará-Mirim (Figura 7 e 8).



Figura 7: Primeira viagem da VASP a Guajará-Mirim em 1967.



Figura 8: Aeroporto de Guajará-Mirim.

- d) Embarcações: estas encontram-se de forma inadequadas para realizar o escoamento da produção das comunidades ribeirinhas.

3.4.4. Programas de Crédito

O sistema de crédito proporciona o processo de concentração e centralização do capital, por sua capacidade de mobilização e aglutinação de recursos líquidos em grande escala. No Território, o crédito rural, apesar de alguns entraves, tem contribuído amplamente para o desenvolvimento do setor primário e econômico. O Pronaf é um Programa Federal, em execução no estado de Rondônia, sob a coordenação da SEAPES, destinado ao apoio, organização e fortalecimento institucional dos atores sociais locais envolvidos na gestão participativa do desenvolvimento dos Territórios rurais para a promoção, implementação e integração das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Agricultura Familiar.

No Território existem 6.712 famílias assentadas que são público-alvo das políticas de crédito do Pronaf (Tabela 38). A previsão para a demanda por crédito do Programa, no ano de 2005 é de R\$ 16.983.000,00 para 677 famílias, representando 22,7% da demanda total

do estado. Em 2004 foram concedidos 4.143 contratos, sendo a maioria para os grupos B, C e, principalmente, D. Em termos de modalidade apresentam-se 4.226 contratos, destes, 1.110 para custeio, com recurso liberado de R\$ 4.802.256,61 e 3.092 com recurso equivalente a R\$ 25.680.058,93 para investimentos.

Em termos gerais, a demanda por crédito no Território apresenta-se maior que os recursos disponibilizados e existe uma desorganização dessa demanda. Além da ausência de determinadas linhas de crédito e de investimentos para a agroindústria, há a limitação de recursos para o investimento público que sejam direcionados para a Agricultura Familiar. Ainda, muitas famílias encontram-se com restrições ao crédito por falta de titulação da terra e por inadimplência junto aos bancos. Uma alternativa para a superação desses entraves poderia ser a otimização dos recursos disponíveis estabelecendo prioridades dos mesmos, bem como eleger os programas de abrangência territorial a fim de maximizar e melhorar o uso os recursos disponíveis.

Tabela 38: Público alvo das Políticas de Crédito.

Município	Público-alvo - nº de produtores			
	Crédito do PRONAF			
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D e E
Guajará-Mirim	15	193	74	40
Nova Mamoré	578	765	192	51
Porto Velho	677	769	766	577
Candeias do Jamari	40	446	100	48
Itapuã do Oeste	622	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Território Madeira –Mamoré	1932	2173	1132	716

Fonte: INCRA 2005.

3.4.5. Programa Luz Para Todos

A demanda por energia elétrica ainda é grande apresentando um déficit atual de 3.103 famílias, apesar de o Programa ainda estar em fase inicial de execução. O Território tem sido beneficiado com o Programa de Eletrificação Rural por meio da ação de construção de rede elétrica monofásica através do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM). Este é um programa de sistemas de energia solar que foi instalado em comunidades dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré (Tabela 39). Existe a necessidade de se ampliar a rede elétrica rural para dar suporte às pequenas agroindústrias familiares e proporcionar infraestrutura básica por meio dessa ação ao agricultor familiar.

Tabela 39: Público alvo de Ações de Importância para a Dinamização das Economias Territoriais.

Município	Público-alvo por tipo de ação	
	Reordenamento Agrário	Outras Ações
	INCRA	LUZ PARA TODOS
Guajará-Mirim	158	420
Nova Mamoré	2250	1166
Porto Velho	2230	1159
Candeias do Jamari	1309	369
Itapuã do Oeste	86	262

Fonte: SIPRA/INCRA, 2005; Coordenação do Programa Luz para Todos – SEA-PES/RO, 2005.

3.4.6. Comunicação

a) Emissoras de Televisão Existentes no Território Madeira-Mamoré: Rede Globo, Rede TV, SBT (TV ALAMANDA) e Record (TV Candelária).

b) Jornais existentes no Território Madeira-Mamoré: O Mamoré, Alto-Madeira, Estadão, Diário da Amazônia, O Buteco, Folha de Rondônia, O Observador, Voz Regional.

c) Rádios existentes no Território Madeira-Mamoré: nos municípios a rádio difusão merece destaque uma vez que este meio de

comunicação ainda é um dos instrumentos mais utilizados compartilhando o cotidiano dos típicos habitantes deste Território. Rádios existentes: Rádio Kaiari 143, Educadora, Rondônia, Transamerica, Parecis, CBNH, Itapuã FM e Guajará FM.

d) Internet: Porto Velho e Candeias têm apresentado bons sinais com exceção os demais municípios que possuem rede de internet incipiente.

e) Telefonia: no que tange à telefonia fixa e móvel, salientamos que ambas se caracterizam como um recurso tipicamente urbano, uma vez que nas zonas rurais são raros os orelhões existentes e, praticamente inexistentes os sinais de celulares. Ainda neste sentido, no município de Itapuã do Oeste só funciona uma única operadora de celular. Na área urbana devemos ressaltar que existe um sério problema de distribuição da oferta de orelhões públicos havendo uma grande disponibilidade destes aparelhos no centro comercial das cidades, assim como nos bairros tipicamente de poder aquisitivo mais elevado ficando olvidada a grande necessidade destes aparelhos nos bairros periféricos.

3.4.7. Áreas Identificadas de Extrema Pobreza

A identificação das áreas de extrema pobreza ocorreu em plenária. As áreas identificadas são:

i) Candeias do Jamari

PAF Jequitibá: situado no município de Candeias do Jamari, caracterizado por ser desassistido na saúde, educação, carente, sem energia e creche; o ensino fundamental apresenta-se sem estrutura e os alunos não conseguem concluir as séries correspondentes ao ciclo precisando deslocar-se para a área urbana. A maioria das famílias mora em barracos de lona, em áreas sem documentação, o que dificulta o acesso a créditos ficando a terra sem uso e nada se pode fazer (Tabela 40).

Flor do Amazonas: situado no município de Candeias do Jamari, caracterizado por ser desassistido na saúde, saneamento básico e educação; as crianças precisam ir para área urbana estudar; as casas são de madeira e 50% do assentamento tem estradas e acesso à água (àqueles que possuem poços), enquanto muitos não têm esse recurso natural.

Paraíso das Acácias: desassistidos pela falta de escolas, posto de saúde, saneamento básico, estradas e pontes em condições que se possa escoar o mínimo da produção.

ii) Guajará-Mirim

Extrativistas do rio Ouro Preto, açazeiros, Ramal dos Seringueiros, Macacos, Pompeu, Soldado da Borracha, Brito e indígenas da área fluvial (muitos passam fome). A reserva é rica, mas não se pode explorar; somente 1 hectare. A maioria está sem acesso às estradas e são desassistidos na saúde e educação; os açazeiros não conseguem se manter.

iii) Nova Mamoré

Assentamentos Marechal Rondon, Igarapé Azul, PA Ribeirão, Rosana Lecy, Esmosina Pinheiro, Floriano Peixoto, Distrito de Nova Dimensão e Distrito de Jacinópolis. Todos estes estão em situação de extrema pobreza. Foram assentados e tiveram suporte e apoio do governo. São desassistidos pela falta de estradas e saúde; a maioria está com escassez de água, falta de energia, de escolas e mora em barracos.

iv) Itapuã do Oeste

PA Vale do Jamari, alguns moradores vivem em barracos, sem acesso à água, saneamento básico, mas possuem escola e agentes de saúde.

Comunidade São Marcos, Travessão B20, as Vilas dos Pescadores e Cachoeirinha - na Vila dos Pescadores os moradores utilizam a mesma água para tudo: beber, afazeres domésticos e pesca. São assistidos com agentes de saúde e transporte escolar.

v) Porto Velho

Área de Cujubinzinho: comunidade rural que apresenta escassez extrema de água, saneamento; as pessoas precisam andar quilômetros em busca de água.

Gleba Rio Preto: grande dificuldade uma vez que não há estradas para escoarem seus produtos, escola; são moradores desassistidos na saúde, educação e energia. Vivem em extrema pobreza; os barracos são feitos dos chamados “cavacos”;

Assentamento Joana D'arc: os moradores necessitam de assistência em saúde, moradia, educação, saneamento, alimentação e outros.

Baixo Madeira: Brasileira, Terra Caída e Bom Será, áreas isoladas onde as comunidades são totalmente desassistidas com educação, saúde, moradia e saneamento. Os ribeirinhos em geral a maioria estão isolados e desassistidos pela falta de energia, educação, saúde e água potável; muitos não conseguem escoar seus produtos.

Tabela 40: Domicílios em Situação de Pobreza*.

Município	Domicílios Totais	Domicílios em situação de Pobreza	
		Quantidade	%
Guajará-Mirim	9.325	1.800	19,3
Nova Mamoré	3.356	1.050	31,3
Porto Velho	85.143	10.643	12,5
Candeias do Jamari	3.269	775	23,7
Itapuã do Oeste	1.726	423	24,5
Território Madeira-Mamoré	102.819	14.691	14,3

Fonte: MDS, 2011.

* Saneamento inadequado cujos responsáveis têm renda de até 1SM/mês e frequentaram escola por menos de 4 anos.

3.4.8. Regularização Fundiária

Tabela 41: Regularização Fundiária em Guajará-Mirim.

Projeto	Tipo de Projeto	Esfera de Responsabilidade	Número de Famílias (capacidade)	Área (ha)	
				Projeto	Obtida
Reserva Extrativista Barreiro das Antas	RESEX	Federal	10	107.234,2574	321.702,7722
Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto	RESEX	Federal	178	204.583,0000	204.583,0000
Reserva Extrativista Rio Cautário	RESEX	Federal	14	73.817,4975	73.817,4975
PDS Dom Xavier Rey	PDS	Federal	80	31.644,0000	31.644,0000
RESEX Pacaás Novos	RESEX	Estadual	61	353.219,0000	353.219,0000
RESEX Rio Cautário Estado	RESEX	Estadual	90	151.625,0000	303.250,0000

Fonte: Prefeitura de Guajará-Mirim, 2010.

Tabela 42: Regularização Fundiária em Nova Mamoré.

Projeto	Tipo de Projeto	Esfera de Responsabilidade	Número de Famílias (capacidade)	Área (ha)	
				Projeto	Obtida
PIC Sidney Girão	PIC	Federal	686	69.749,5627	69.749,5627
PA Francisco João	PA	Federal	181	13.550,6100	13.550,6100
PA Floriano Magno	PA	Federal	257	16.463,2973	49.389,8919
PA Esmosina Pinho	PA	Federal	205	11.521,2445	34.563,7335
PA Ivo Inácio	PA	Federal	153	12.655,3752	12.655,3752
PA Marechal Rondon	PA	Federal	200	11.474,0000	11.474,0000
PA Igarapé Azul	PA	Federal	200	10.616,0000	10.616,0000
PA Rosalina Lecy	PA	Federal	100	3.005,0000	3.005,0000
PA Pau Brasil	PA	Federal	221	14.825,0000	14.825,0000
PA Ribeirão	PA	Federal	250	12.900,0000	12.900,0000

Fonte: Prefeitura de Nova Mamoré, 2010.

Tabela 43: Regularização Fundiária em Porto Velho.

Projeto	Tipo de Projeto	Esfera de Responsabilidade	Número de Famílias (capacidade)	Área (ha)	
				Projeto	Obtida
PA São Francisco	PA	Federal	141	7.868,4144	7.868,4144
PA Rio Madeira	PA	Federal	157	8.265,4990	8.265,4990
PA Aliança	PA	Federal	428	22.109,8752	22.109,8752
PA Joana D'Arc I	PA	Federal	312	21.837,9785	21.837,9785
PA Joana D'Arc II	PA	Federal	221	27.920,6606	14.733,4040
PA Joana D'Arc III	PA	Federal	393	17.509,0145	24.143,5197
PA Joana D'Arc III parte II	PA	Federal	144	6.634,5052	6.634,5052
PA Nilson Campos	PA	Federal	217	12.520,2366	12.520,2366
PDS Nazaré e Boa Vitória	PDS	Federal	95	3.739,3107	3.739,3107
RESEX do Lago Cuniã	RESEX	Federal	109	55.800,0000	55.800,0000
PA Igarapé das Araras	PA	Federal	232	15.448,0000	15.448,0000
PA Igarapé Taquara	PA	Federal	278	16.156,9575	16.156,9575
PA Pau Darco	PA	Federal	239	17.751,0000	17.751,0000
PDS Porto Seguro	PDS	Federal	60	1.987,0000	1.987,0000
PA União da Vitória	PA	Federal	100	4.022,2996	4.022,2996
RESEX Rio Jaci-Paraná	RESEX	Estadual	42	205.000,0000	205.000,0000

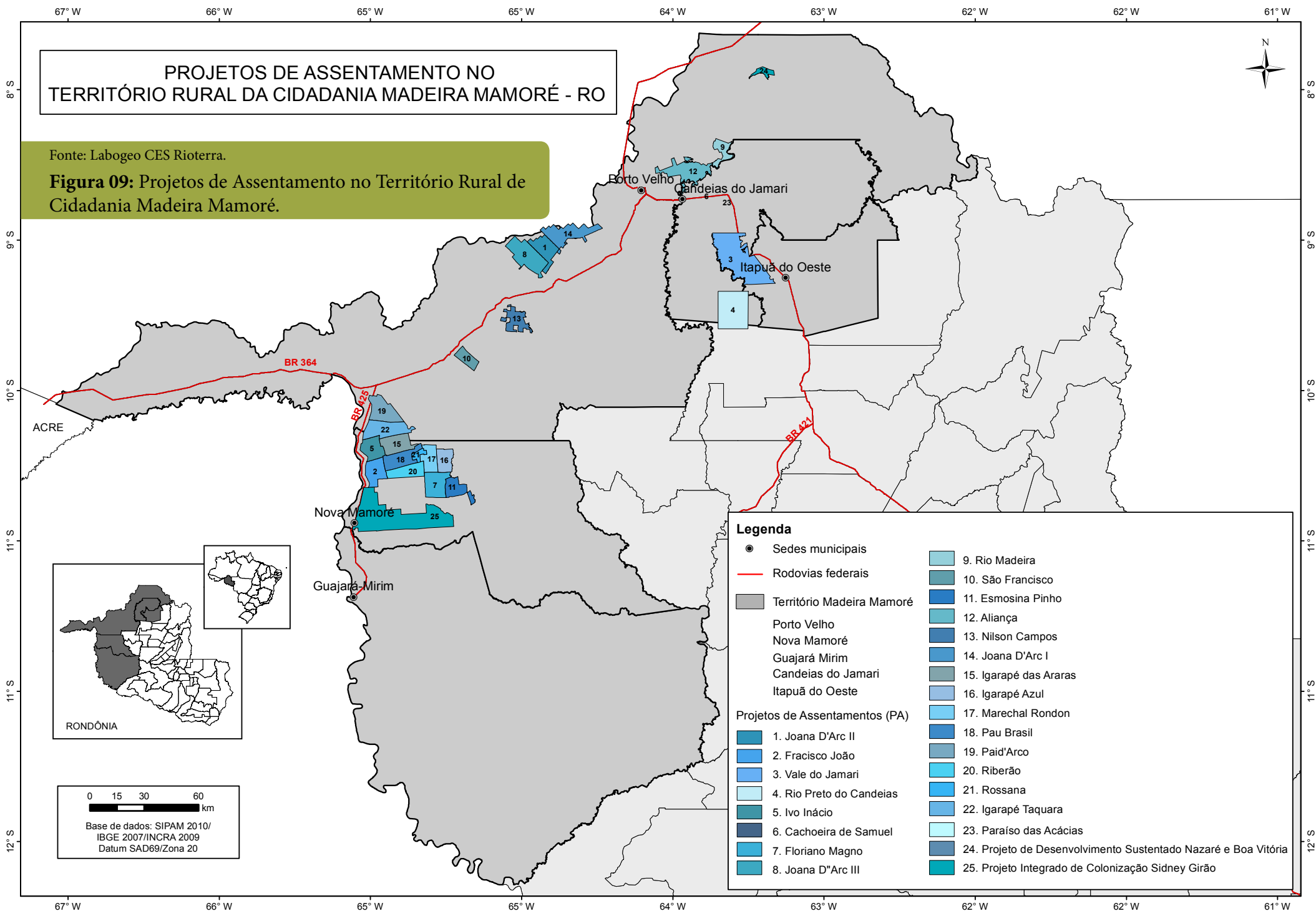
Fonte: Prefeitura de Porto Velho, 2010.



Tabela 44: Regularização Fundiária em Candeias do Jamari.

Projeto	Tipo de Projeto	Esfera de Responsabilidade	Nº de Famílias (capacidade)	Área (ha)	
				Projeto	Obtida
PA Vale do Jamari	PA	Federal	1.081	49.506,2163	50.000,0000
PA Rio Preto do Candeias	PA	Federal	522	31.545,5052	33.000,0000
PA Cachoeira de Samuel	PA	Federal	76	1.666,0828	1.666,0828
PA Paraíso das Acácias	PA	Federal	152	583,3900	583,3900
PCA Comunidade Alternativa	PCA	Municipal	85	300,0000	300,0000
PAF Jequitibá	PAF	Federal	597	137.087,0000	137.087,0000
PA Flor do Amazonas I	PA	Federal	161	10.789,0459	10.789,0459
PA Flor do Amazonas II	PA	Federal	76	5.160,7926	5.160,7926
PA Flor do Amazonas III	PA	Federal	105	7.095,6776	7.095,6776
PA Flor do Amazonas IV	PA	Federal	105	5.811,6960	5.811,6960

Fonte: Prefeitura de Candeias do Jamari, 2010.



3.4.8.1. Programa Terra Legal

- a) Nova Mamoré: Gleba Buriti (Jacinópolis);
 b) Porto Velho: Gleba Aliança (em processo); Gleba Candeias (em processo); Gleba Cuniã (em processo); Gleba Maravilha (em processo); Gleba Jorge Teixeira – 36/109;
 c) Candeias do Jamari: Gleba Igarapé 3 Casas e Gleba Jacundá;
 d) Itapuã do Oeste: Gleba Cachoeirinha – 13/59.

3.4.8.2. Áreas Protegidas.

Tabela 45: Áreas Protegidas.

Município	% de Área protegida			Nº de áreas protegidas			% de Área não protegida
	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	
Vinculação política da unidade							
Guajará-Mirim	75,87	0,19	76,06	12	1	13	23,94
Nova Mamoré	33,86	19,68	53,55	7	1	8	46,45
Porto Velho	22,56	6,86	29,42	10	5	15	70,58
Candeias do Jamari	8,60		8,60	2		2	91,40
Itapuã do Oeste	54,68		54,68	2		2	45,32

Fonte: ARPA, 2008.

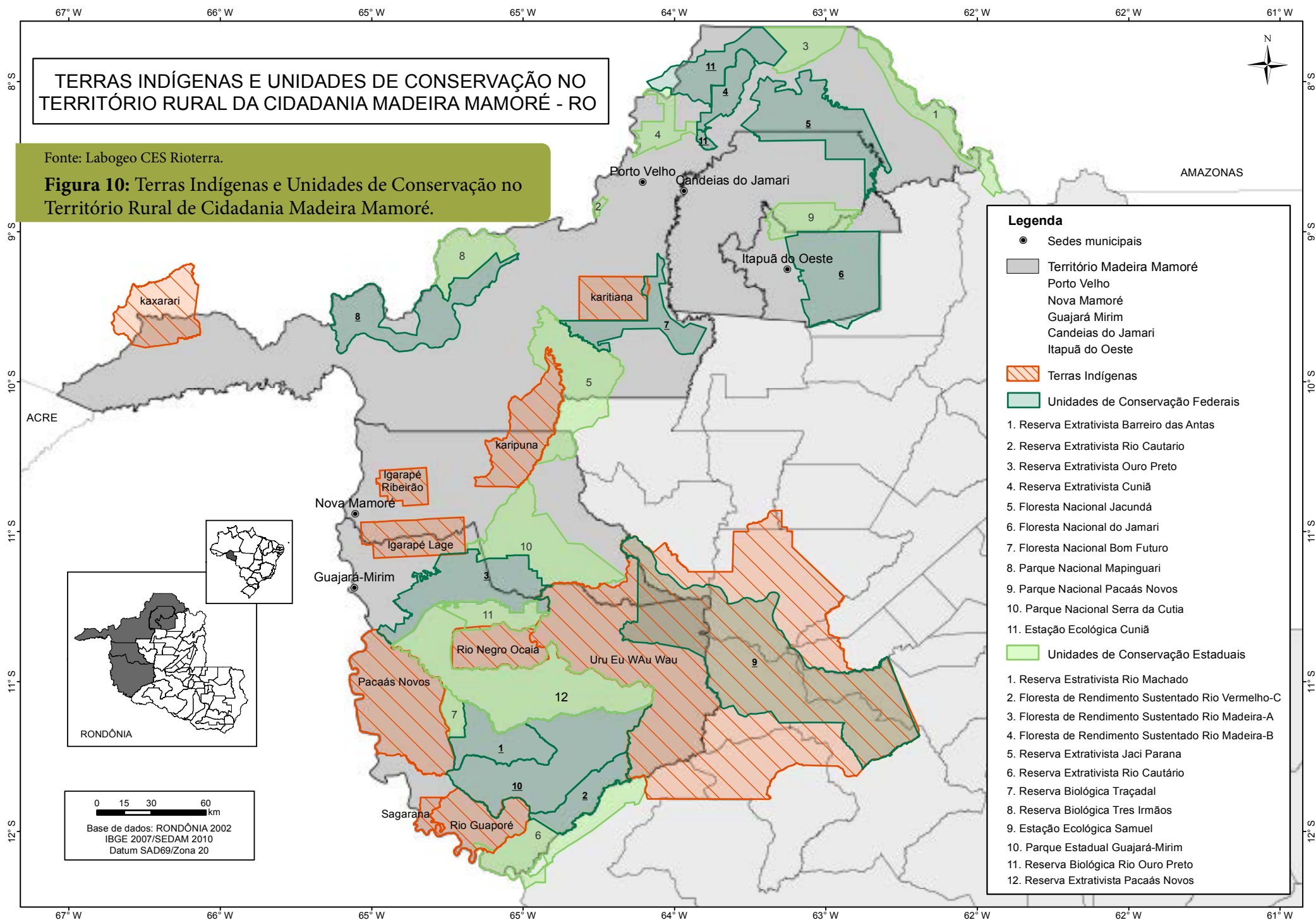


Tabela 46: Desmatamento.

MUNICÍPIO	ÁREA DO MUNICÍPIO (há)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	REGEN.	TOTAL
Guajará-Mirim	2.521.400,00	88.685,05	3.366,06	2.184,44	5.846,22	3.917,09	3.870,71	3.216,05	1.819,29	1.673,34	111.231,57
		3,52%	0,13%	0,09%	0,23%	0,16%	0,15%	0,13%	0,07%	0,07%	4,41%
Nova Mamoré	1.011.340,00	119.560,40	16.821,78	18.241,73	33.005,09	23.095,22	19.547,59	17.754,93	7.649,49	191,49	255.484,74
		11,82%	1,66%	1,80%	3,26%	2,28%	1,93%	1,76%	0,76%	0,02%	25,26%
Porto Velho	3.420.950,00	378.469,72	33.400,00	41.978,42	74.725,49	51.735,46	44.330,38	62.909,66	22.025,52	2.167,56	707.407,09
		11,06%	0,98%	1,23%	2,18%	1,51%	1,30%	1,84%	0,64%	0,06%	20,68%
Candeias do Jamari	686.760,00	127.127,70	8.295,35	8.876,44	15.899,59	9.832,15	14.026,58	8.873,04	1.712,34	124,51	194.518,68
		18,51%	1,21%	1,29%	2,32%	1,43%	2,04%	1,29%	0,25%	0,02%	28,32%
Itapuã do Oeste	393.800,0	64.689,99	2.046,51	2.043,06	5.993,54	3.879,42	6.482,85	3.941,08	993,59	8,83	90.061,21
		16,43%	0,52%	0,52%	1,52%	0,99%	1,65%	1,00%	0,25%	0,00%	22,87%

Fonte: ARPA, 2008.

3.4.8.3. Problemas Socioambientais

Quadro 11: Aterros Sanitários

MUNICÍPIO	LOCAL ADEQUADO	OBSERVAÇÕES
Guajará-Mirim	Não	Ossadas e lixo hospitalar
Nova Mamoré	Não	Ossadas
Porto Velho	Não	Contaminação de lençol freático Resíduos de construção Está por implantar a coleta seletiva
Candeias do Jamari	Não	Falta de planejamento
Itapuã do Oeste	Não	Falta de planejamento

Fonte: Pesquisa direta realizada junta aos participantes das oficinas de elaboração deste plano.



CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV: VISÃO DE FUTURO TERRITORIAL

4.1. Visão de Futuro

A visão de futuro pode ser entendida como a identificação dos sonhos individuais e coletivos das comunidades e sujeitos que fazem parte do território. Em outras palavras, a visão de futuro surge de uma análise sobre a situação atual do território e define um ideal a ser alcançado num universo temporal a ser estabelecido pelo grupo. Poderá também ser elaborada a partir da análise e reflexão das dimensões de diagnóstico territorial e, considerando os elementos do ambiente interno e externo ser confrontada com os grandes sonhos e objetivos dos atores do território. A partir dessa análise, os participantes do processo de planejamento poderão indagar-se, por exemplo, sobre onde querem chegar com o Território nos próximos dois, cinco, ou dez anos. Para isso, são utilizadas diversas técnicas e metodologias para construção ou revisão da visão de futuro, de acordo com cada segmento, conforme apresentada:

4.1.1. Cultura

- Instituir feriado nacional dia 19 de abril.
- Incluir na grade curricular conteúdo da diversidade cultural amazônica/local.
- Promover no TMM feiras culturais (de alimentos, bebidas, artesanatos, manifestações artísticas e etc.).
- Valorizar a cultura etno conhecimento (escrita, oralidade, fala linguagem).
- Criar espaços públicos de divulgação da cultura regional (parques municipais).
- Criar calendário de turismo etno cultural.
- Promover eventos entre jovens (urbanos, agricultores familiares, indígenas, seringueiros e outros) nas escolas, nas aldeias e nos seringais.



- Reconhecer os seringueiros como profissão.
- Criar fundos municipais e estaduais e de leis de incentivo à cultura.

4.1.2. Política Cultural

- Elaborar calendários culturais por municípios (a prefeitura se reúne com as lideranças no mês de janeiro para construir o calendário e, posteriormente, montar um calendário territorial de cultura).
- Apoiar iniciativas teatrais nos municípios incluindo atividades nos eventos temáticos (educação no trânsito, combate às queimadas e desmatamentos, vacinação infantil, educação ambiental, teatro de fantoches entre outros).
- Apoiar e incluir no calendário cultural atividades indígenas no mês de abril.
- Fazer capacitação e apoio logístico para a melhoria do artesanato catálogo e design indígena.
- Disponibilizar para os municípios, pontos de cultura, com o apoio do MIC.

4.1.3. Esporte e Lazer

- Construir quadras poliesportivas nas escolas rurais.
- Construir parque infantil nas escolas rurais.
- Construir campos de futebol na zona rural.
- Fomentar campeonatos esportivos rurais do Território da Cidadania Madeira Mamoré.
- Incentivar esportes ligados à natureza (ex: arborismo).
- Criar de espaços alternativos (esporte e lazer) nas áreas urbanas e rurais.
- Fomentar festivais.

- Criar o “Dia do lazer”.
- Fomentar festas, danças e atividades que envolvam os movimentos do corpo, disseminando a ideia de que esporte não é só futebol.

4.1.4. Gênero e Geração

- Conscientização das famílias a respeito da temática por meio das prefeituras, escolas, pastorais sociais e sociedade civil.
- Instituir políticas públicas para a saúde da mulher do campo.
- Promover o acesso aos materiais dos programas de direitos da mulher.
- Ampliar o programa de documentação para as mulheres trabalhadoras rurais e extrativistas.
- Desburocratizar o auxílio à maternidade e aposentadoria.
- Promover atividades de geração de emprego e renda.
- Fortalecer as associações de mulheres e jovens.
- Promover palestras e oficinas sobre DST e AIDS, além de outras doenças, bem como o acesso aos anticoncepcionais.
- Criar o Centro de Referência Diferenciado de saúde das mulheres rurais e extrativistas.
- Promover o acesso à bagagem da saúde da mulher e trabalhadoras rurais, extrativistas e planejamento familiar (vasectomia).
- Criar em todos os municípios o Conselho Municipal de Defesa de Direitos das Mulheres.
- Criar delegacias das mulheres em cada município.
- Promover e fortalecer o uso de plantas medicinais, populares e tradicionais de forma adequada.

4.1.5. Dinamização Econômica

- Ter centrais de comercialização em todo Território.
- Buscar meios/mecanismos de exportação dos principais produtos agrícolas da região.
- Transportar produtos (interno e externo).
- Obter informação de mercado.
- Divulgar os produtos.
- Organizar eventos sociais e produtivos.
- Promover o controle de qualidade.

4.1.6. Produção

- Diversificar a produção.
- Garantir assessoria com conhecimento e habilidades no emprego de técnicas adequadas a produção.
- Utilizar tecnologia apropriada.
- Apoiar organização coletiva da produção.
- Disponibilizar microcrédito (PRONAF sustentável).
- Desenvolver o modelo de educação “Escola Família Agrícola” e agroecologia.
- Compensar serviços ambientais.
- Reflorestar produção consorciada de matas ciliares e áreas degradadas.

4.1.7. Infraestrutura

- Pavimentar as vias vicinais.
- Disponibilizar veículo específico para escoamento da produção agrícola, indígena e extrativista.
- Disponibilizar ônibus para suporte em eventos.
- Desenvolver logística de venda para produtos da Agricultura

Familiar.

- Adquirir equipamentos para beneficiamento visando agregar valores aos produtos.
- Construir a Casa de Apoio ao Produtor e Estudante em todas as cidades e Porto Velho.
- Construir tanques para a piscicultura.
- Disponibilizar tecnologias ecológicas.
- Adquirir equipamentos para melhorar a produção.
- Desenvolver sistema de tratamento de água.
- Certificar a produção.
- Corrigir solo e distribuição de carbono.
- Disponibilizar energia elétrica barata.
- Construir pontes.

4.1.8. Meio Ambiente

- Revisar a Lei: ICMS verde.
- Desenvolver suporte técnico e crédito para iniciativas ambientais.
- Promover cadeia produtiva de plano de negócios de produtos agroextrativistas.
- Desenvolver produtos fitoterápicos com responsabilidade.
- Organizar órgãos ambientais mais propositivos.
- Capacitar produtores para conhecimentos sobre recursos ambientais (sequestro e carbono e serviços ambientais).
- Capacitar e efetivar conselhos de unidades de conservação.
- Criar o corredor ecológico/mosaico – Conselho Gestor/DTBC/gestão integrada nas unidades no CODETER.
- Criar Conselho de bacias (comitê de bacias) e microbacias

hidrográficas.

- Desenvolver tanque redes – seminário com experiências – positivas e negativas.
- Desenvolver plano de reciclagem de resíduos sólidos (interação, saneamento e organização da saúde e meio ambiente).
- Criar técnicas de compostagem.
- Considerar o fator humano na criação das UC's.
- Regularizar licença ambiental das propriedades rurais.
- Qualificar estudos de impactos ambientais.
- Prevenir e combater as queimadas.
- Recuperar áreas degradadas.
- Revitalizar rios e córregos.

4.1.9. Segurança Pública

- Intensificar efetivos policiais nas áreas rurais.
- Trabalhar na prevenção, através de palestras nas comunidades alternativas aos jovens.
- Neutralizar o narcotráfico na região de fronteira.
- Assumir atribuições em CAD corpo e assinar convênios de colaboração e interação de ações.
- Colaborar com a população e as forças de segurança (interação, formação).
- Valorizar profissionais de segurança.
- Instalar corpo de bombeiros em todos os municípios.
- Prevenir o consumo de drogas entre os jovens e instalar programa de reabilitação.
- Investir em infraestrutura.
- Regularizar setor fundiário de maneira a diminuir os conflitos

rurais.

- Assegurar SESDEC e GEI a serviço do Território.

4.2.0. Organização Social e Institucional

- Criar sedes para associações e STTR's, biojoias e estruturação das mesmas.
- Preparar organizações sociais fortalecidas à participação no CODETER.
- Fortalecer os Colegiados enquanto políticas públicas e que sejam espaços para planejamento participativo de fato.
- Disponibilizar recursos a serem executados pelas associações e não só pelas prefeituras.
- Democratizar todas as instâncias de gestão e decisões nos municípios que compõem o território e no estado.
- Formar novas lideranças.
- Promover transparência e compromisso das Associações.
- Melhorar a participação dos associados.
- Gerar educação e formação de organizações de base.
- Pesquisar e conhecer profundamente a realidade das organizações e conselhos.
- Fortalecer os gestores técnicos das prefeituras em desenvolvimento territorial.
- Democratizar a EMATER.
- Organizar para avançar em políticas públicas.

4.2.1. Educação

- Implantar escola Família Agrícola de qualidade (educação no campo) - e que se adote o modelo das EFA's como proposta

para educação no campo.

- Fortalecer e expandir modelos de educação no campo exitoso e escolas voltadas para fixação do homem no campo.
- Construir escolas e saúde de qualidade para o campo.
- Proporcionar mais opções de cultura e lazer no campo.
- Promover a inclusão digital.
- Promover ciclos de palestras em diversas áreas da saúde para diversos públicos.
- Incentivar esporte e lazer.
- Conscientizar a população em relação à necessidade da prática de exercício físico.
- Estruturar as associações no sentido de torná-las atrativas.
- Criar áreas de esporte e lazer de acordo com a necessidade da comunidade.

4.2.2. Saúde

i) Saneamento

- Adquirir poços semiartesianos e distribuição de água potável.
- Construir banheiros e fossas específicas para cada comunidade.
- Conservar as nascentes, lagos, rios e igarapés.
- Buscar soluções adequadas para a destinação final dos resíduos sólidos.

ii) Educação

- Realizar ciclos de palestras em diversas áreas da saúde para diversos públicos.
- Incentivar o esporte e lazer.
- Conscientizar a população em relação à necessidade da

prática de exercício físico.

- Estruturar as associações no sentido de torná-las atrativas.
- Criar áreas de esporte e lazer de acordo com a necessidade da comunidade.

iii) Ação

- Potencializar as equipes de saúde da família na área rural e urbana.
- Capacitar continuamente os agentes de saúde e endemias.
- Construir policlínicas adequadas.
- Fortalecer os conselhos de saúde.
- Promover mutirões de saúde com diversos especialistas.
- Adquirir ambulâncias equipadas com UTI e PSF fluvial.
- Fortalecer as políticas de saúde para a mulher.
- Aumentar e fortalecer a produção de produtos agroecológicos.
- Garantir alimentos de boa qualidade na mesa do consumidor.
- Fortalecer a medicina alternativa através da valorização dos saberes tradicionais.
- Estimular a formação de profissionais da área da saúde na própria comunidade.

4.2.3. Regularização Fundiária

i) Área Rural

- Agilizar a regularização compatível à ocupação respeitando os limites de propriedade integrada com projeto de desenvolvimento local.
- Reconhecer e respeitar diferentes formas de uso do solo (usos tradicionais da floresta - Ex. extrativismo).
- Cuidar e acompanhar o processo de criação das UC's.

- Promover formas de assentamento integrado com projetos de desenvolvimento.
- Fiscalizar permanente e efetivamente a terra evitando transferência de posse e especulação imobiliária.
- Comprometer-se com os órgãos de regularização com relação à situação fundiária das localidades.
- Desenvolver pesquisas sobre o perfil dos assentados.
- Regulamentar o limite de terras no intuito de inibir o avanço do latifúndio.
- Regulamentação fundiária por parte do poder judiciário para regularização de terras.

ii) Área Urbana:

- Promover agilidade nas indenizações de áreas particulares para fazer a regularização fundiária.
- Aumentar agilidade na transferência da união para os municípios.
- Elaborar os planos de regularização fundiária urbana – município.
- Foi ressaltado pelos participantes que das terras da união, 98% estão nas mãos de grandes proprietários e que apenas 2% possuem o perfil para ocupá-las conforme a legislação.
- Na opinião da comunidade o assentamento Jequitibá comportaria mais de 400 famílias, no entanto o número de assentados não alcançam 300 famílias. De acordo com os relatos ocorre em decorrência por falta de laudos topográficos para determinação dos lotes. De acordo com o INCRA as áreas do assentamento Jequitibá estão sob litígio o que infelizmente tem agravado a situação dos moradores que vivem em condições de extrema miséria.

4.2.4. Povos Indígenas

i) Educação

- Disponibilizar estruturas melhores.
- Implantar Ensino Médio nas aldeias.
- Implantar salas de informática nas escolas indígenas.
- Melhorar a merenda escolar, tornando-a constante e estável durante todo o ano.
- Disponibilizar material didático adequado e em quantidade necessária para atender todo o ano letivo.
- Contratar professores qualificados.
- Registrar a língua materna, história, mitos, etc.
- Implantar Universidade na aldeia.
- Criar o Ensino Infantil na aldeia.
- Possibilitar o retorno dos jovens à aldeia após concluírem estudos.
- Desenvolver acompanhamento pedagógico.
- Implantar Ensino Médio na aldeia.
- Complementar o ensino com grade extracurricular contemplando o conhecimento da fauna e flora local.
- Implantar Telecentro nas escolas.
- Disponibilizar escolaridade da alfabetização à faculdade.
- Construir Escola Agrotécnica.
- Ter educação de qualidade respeitando as especificidades de cada povo e que cada escola indígena tenha sua própria autonomia.
- Criar um conselho estadual na educação indígena.
- Construir e reconhecer os materiais na língua materna.
- Implantar Ensino Profissionalizante nas aldeias indígenas.

- Viabilizar transporte, alimentação e construir uma casa de apoio aos acadêmicos indígenas.
- Adquirir veículos específicos para educação escolar indígena.
- Construir e mobiliar as escolas indígenas.

ii) Saúde

- Promover a qualidade de vida.
- Equipar posto de saúde com técnico, enfermeiro e médico que residam na aldeia.
- Disponibilizar transporte adequado para atender as demandas da saúde indígena (ambulanchas\ambulâncias).
- Valorizar a medicina tradicional.
- Construir postos de saúde equipados.
- Construir mini-hospital com todo equipamento clínico e odontológico.
- Criar um laboratório específico para os exames de alta complexidade em diversas patologias, para os indígenas em cada município.
- Ampliar a estrutura física nas CASAs com equipamentos e insumos.
- Aumentar o número de funcionários da equipe de serviços gerais e inserir mais profissionais indígenas em todos os setores.
- Proporcionar formação e educação continuada da AIS e AISAN, anualmente.
- Adquirir transporte aéreo de urgência e emergência e uma ambulancha, com motor 90 HP, fluvial e terrestre.
- Adquirir transporte com adaptação para paciente com necessidade especial.
- Providenciar contratação de farmácias de medicamentos

para pacientes portadores de necessidades especiais.

- Construir um Centro Odontológico para atendimento aos povos indígenas.

iii) Agricultura

- Eleger lideranças atuantes.
- Disponibilizar assistência técnica mais ampla e melhor.
- Disponibilizar estradas boas para escoar a produção.
- Organizar todas as aldeias com pomar.
- Equipar as aldeias com mecanização agrícola.
- Reflorestar terras degradadas nas aldeias.

iv) Representante Político

- Maior representatividade da sociedade no parlamento.

v) Cultura

- Estabelecer o calendário de festas culturais com envolvimento de várias aldeias.
- Valorizar a cultura indígena.

vi) Economia

- Proporcionar condições para o desenvolvimento da agricultura com equipamentos agrícolas e acompanhamento de técnicos na área.
- Disponibilizar estradas de qualidade para escoamento dos produtos agrícolas.
- Construir o Centro de Comercialização.

vii) Saúde, Educação e Economia

- Promover a capacitação de todos os profissionais indígenas.
- Equipar todas as aldeias para a prática de esporte e lazer.
- Fomentar as redes de comunicação e energia elétrica.

- Propiciar a união de todas as etnias.
- Comercializar produtos indígenas.
- Promover a autonomia financeira.
- Disponibilizar assistência por parte dos governantes com as aldeias
- Valorizar línguas maternas.
- Construir pontes para melhorar o acesso até as aldeias.
- Propiciar comunicação avançada.
- Propiciar autonomia financeira.
- Disponibilizar meios de comunicação em todas as aldeias (radiofonia, telefone fixo).
- Adquirir meios de transporte para equipes de área e polo base.





CAPÍTULO V



CAPÍTULO V: VALORES E PRINCÍPIOS

5.1. Princípios Territorial

O Território Madeira-Mamoré é composto por um verdadeiro mosaico étnico e ambiental, configurando-se como um amálgama singular da diversidade e multiplicidade do Brasil. Deste modo, a população deste Território convive cotidianamente com os elementos que, muitas vezes, o povo brasileiro apenas conhece através de livros, revistas e imagens televisivas (telenovelas e telejornais). E é através deste cotidiano, composto pelo mítico, pelo mágico, pelo sagrado e pelo profano, por diversas cores e sabores que o Território Madeira-Mamoré tem norteado seus valores e princípios.

A presença de elementos afro-diaspóricos, indígenas, camponeses, ribeirinhos e demais populações tipicamente amazônidas faz com que as discussões sobre o desenvolvimento do Território Madeira-Mamoré estejam intrinsecamente relacionadas aos caminhos da sustentabilidade. Assim sendo, podemos afirmar que o referido espaço é um verdadeiro lócus para os debates que rodeiam o futuro do planeta, no entanto, devemos ressaltar que o que predomina nos debates não é o conhecimento científico acadêmico produzido por doutores exógenos e sim, o conhecimento popular, centenário e muitas vezes milenar, que vem nos ensinando dia após dia os segredos do convívio harmonioso entre o homem e a natureza, nos ensinando como proceder ao uso consciente dos recursos florestais, explorando sem exaurir a natureza. Diante dessa realidade, fica evidente que os valores e princípios do Território Madeira-Mamoré estão diretamente relacionados ao equilíbrio entre o homem e a natureza, com ênfase no respeito a toda forma de vida, incluindo-se aí as populações indígenas e tradicionais que tanto têm a nos oferecer.





CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VI: PROPOSTAS E PROJETOS

Quadro 12: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Diversidade Etnocultural.

TÍTULO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Criação da feira itinerante dos povos da floresta	Para fortalecer e valorizar a identidade cultural dos povos da floresta a fim de que o espaço também sirva como evento de aproximação entre as culturas.	Público-alvo: agricultores, extrativistas, pescadores, aquicultores, artesãos, indígenas e outros. Parceiros: Prefeituras e Governo do Estado.	Em todos os municípios do TMM.
Projeto 2: Criação da casa do índio e criação da casa do extrativista	Espaço de apoio a população indígena extrativista, além de contemplar as demandas etnoculturais. Comercialização de seus produtos. Espaço para manifestações e apresentações de suas culturas (danças, vídeos, fotos etc.) em praça de alimentação com gastronomia típica.	Público-alvo: Indígenas e Extrativistas. Parceiros: Prefeitura, Associações do Tema e Governo do Estado.	Guajará Mirim: populações desses públicos e fomento do setor turístico e cultural.

Quadro 13: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Política Cultural.

TÍTULO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Capacitação em elaboração de projetos culturais para captação de recursos	Capacitar servidores públicos e produtores culturais. Fomentar investimentos em projetos culturais. Divulgar fontes de financiamentos. Conhecer práticas de prestação de contas.	Público-alvo: produtores culturais, participantes de grupos, servidores públicos. Parceiros: Prefeituras, Governo do Estado, Governo Federal, Associações, Sociedade civil organizada, Agentes culturais.	Envolvendo todo o Território.
Projeto 2: Centro Memorial da Cultura da Floresta	Resgatar e divulgar a cultura das populações tradicionais. Fomentar a produção cultural dessas culturas tradicionais. Incentivar o turismo na região.	Público-alvo: povos tradicionais (extrativistas, indígenas, pescadores, agricultores familiares, comunidades de terreiro e quilombolas). Parceiros: Prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal.	Nova Mamoré/Vila Murtinho.
Projeto 3: Circuito Cultural do Território Madeira Mamoré	Integração entre as cidades. Valorização dos grupos culturais. Incentivo ao turismo. Resgate de peças teatrais, músicas, danças tradicionais amazônicas envolvendo a cultura dos povos da floresta.	Público-alvo: povos tradicionais, artistas, grupos folclóricos, grupos de capoeira, comunidades tradicionais de terreiro e indígenas. Parceiros: Prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal.	Em todo Território.
Projeto 4: Criação de 2 escolas públicas de Artes (música, dança, teatro e artes plásticas)	Fomentar a criação de grupos artísticos. Valorizar as produções culturais da juventude.	Público-alvo: jovens. Parceiros: Prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal.	Itapuã do Oeste e Nova Mamoré.

Quadro 14: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Esporte e Lazer.

TÍTULO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Realizar diagnóstico da infraestrutura para prática de esporte na área rural e construção de quadras	Não há infraestrutura de prática de esporte no meio rural, daí a necessidade de identificar, diagnosticar os espaços potenciais na área rural para a prática de esporte e lazer, objetivando a construção de quadras poliesportivas e futebol de campo. Inicialmente estabelecer um projeto piloto no assentamento Flor do Amazonas.	Público-alvo: populações de assentamentos, extrativistas e pescadores. Parceiros: Poder Público, CODETER e Associações de base.	Assentamentos e colônias extrativistas.
Projeto 2: Políticas de incentivos fiscais para empresas que invistam em práticas desportistas e de lazer em espaços públicos que se encontram ociosos	Há demanda de política de incentivo ao esporte. Um meio de otimizar recursos é ocupar os espaços já existentes, subsidiados por iniciativas públicas e/ou privadas e faculdades de Educação Física.	Público-alvo: crianças e adolescentes. Parceiros: ONGs. iniciativa privada, faculdades de Educação Física e Voluntariado.	Porto Velho

Quadro 15: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Gênero.

Projetos Temática Gênero
Projeto 1: Pensar ações de conscientização sobre direitos das mulheres envolvendo homens e mulheres das comunidades rurais, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e indígenas.
Projeto 2: Implantar e implementar centros de saúde das mulheres nas comunidades rurais, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas, com atendimento médico e exames de baixa complexidade.
Projeto 3: Criar unidades móveis equipadas para a realização de exames como: mamografia e câncer de útero.
Projeto 4: Desenvolver ações preventivas sobre gravidez na adolescência, garantindo profissionais e equipamentos necessários. Podem ser centros móveis com barcos ou ônibus que atendam as comunidades rurais.
Projeto 5: Necessidade de conscientizar os homens sobre a importância do exame de próstata, andropausa e vasectomia, trabalhando o preconceito que existe em relação a essas questões.
Projeto 6: Conscientizar as mulheres sobre a importância de exame preventivo, menopausa e preconceito que existe em relação a essas questões.
Projeto 7: Implementar políticas de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher

Quadro 16: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Geração.

Projetos Temáticas Geração
Projeto 1: Criar projetos que estimulem a participação da juventude tendo em vista a implantação de coordenadorias de juventude nas prefeituras, para que se trabalhe a implementação de políticas públicas de juventude, articuladas ao Conselho Nacional de Juventude.
Projeto 2: Criar Câmara Temática de Juventude no CODETER viabilizando o recurso de custeio para garantir a participação.
Projeto 3: Promover ações para o desenvolvimento de políticas de primeiro emprego, com programa de orientação vocacional, revendo os critérios utilizados para envolvimento dos jovens nesses programas, valorizando habilidades e competências que os jovens possuem
Projeto 4: Garantir a implantação de projetos, que promovam a participação dos jovens em atividades de Centros Vocacionais Tecnológicos como espaço para que o jovem fique à vontade para se expressar através da arte, cultura, esporte, lazer, dança engajamento em movimentos sociais e formação técnica profissional voltada para a realidade do campo.
Projeto 5: Desenvolver programas de educação para o SER, voltados para a cultura de paz e tecnologias sociais, valorizando as expressões artísticas e culturais de juventude, inclusive garantindo a participação dos movimentos negros, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e indígenas.
Projeto 6: Desenvolver projetos de políticas públicas da terceira idade, em parceria com o SESC e demais instituições.
Projeto 7: Aproveitar a experiência do SESC na definição de políticas públicas para a terceira idade
Projeto 8: Desenvolver ações intergeracionais envolvendo jovens e idosos
Projeto 9: Apresentar propostas aos meios de comunicação para que insiram em suas grades programas educativos, que tratem sobre os direitos dos idosos
Projeto 10: Propor às igrejas a utilização dos espaços físicos para a criação de grupos de jovens e idosos, aproveitando os espaços.

Quadro 17: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação.

O QUÊ?	ONDE?	QUEM?
Projeto 1: Construção do Plano Educacional comunitário que deverá abordar minimamente: Infraestrutura: prédio, estradas e profissionais. Pedagógico: modelo pedagógico, filosofia, Pedagogia da Alternância e currículo de frequência do calendário adequado.	Em todo o Território.	Poder público estadual e municipal e Legislativo, CODETER, Associações, STTR e comunidades.
Projeto 2: Projetos pilotos de EFA com foco na realidade local.	Candeias/Itapuã-Flor do Amazônia: 01 ano; Nova Mamoré/Guajará: 02 anos e PVH: 02 anos.	Ministério da Defesa/Calha Norte, MEC, Secretarias Municipal, Estadual, MDA, SEPLAN e SEMPLA.
Projeto 3: Implantação de escola da floresta para o envolvimento de filhos de produtores rurais da região em prol da responsabilização ambiental.	Distrito de Iata/Guajará Mirim.	Governo Estadual, Prefeituras, Produtores rurais, Legislativo, ONG's e Comunidades da Floresta.
Projeto 4: Intercâmbio/Diagnóstico nas localidades.	EFARO/JIPA	CODETER, SEPLAN e SEMPLA. Primeiro Semestre 2011.
Projeto 5: Instalação de viveiro com práticas de educação ambiental integrado as escolas de educação básica.	RESEX Rio Preto (Pompeu).	Associações, comunidades, escolas, Poder Público Estadual e Municipal, RIOTERRA e EMATER.
Projeto 6: Seminário sobre Educação do Campo e suas complexidades no TMM. Objetivos: Discutir técnicas logísticas e pedagógicas que contemplem os segmentos extrativistas, pescadores, ribeirinhos, agricultores e indígenas.	Porto Velho.	RIOTERRA, SEDUC, SEMEP, SEPLAN, COOTRARON e SEAGRI.
Projeto 7: Polarização a partir das experiências adquiridas e descentralização das atividades pedagógicas para a educação rural.	Para diminuir o tráfego do aluno. Concurso específico para o campo. Formação, capacitação e valorização do docente rural. Infraestrutura das estradas de acesso.	
Projeto 8: Inovação da grade curricular nas séries iniciais da educação rural.	Para técnicas agrícolas nas séries iniciais. Manejo extrativista e agroflorestal. Agroecologia e permacultura. Ecoturismo com ênfase na gestão de base comunitária.	

Observação: Proposta de Diretrizes para Educação do Campo e da Floresta que o aborde e o considere em sua estrutura física e pedagógica: coleta seletiva dos resíduos; agroecologia; biocombustíveis; economia solidária; ecoturismo de base comunitária; introdução da língua espanhola em áreas de fronteira; e protagonismo da juventude.

Considerações levantadas pela plenária durante os debates sobre educação (falas dos participantes).

- “Não queremos o modelo de Educação do Campo que tire nosso filho do campo e leve ele pra cidade pra virar mercadoria para mundo do trabalho. A gente quer que o governo volte a educar os nossos filhos no campo.” (fala de agricultor familiar presente na oficina).
- “Há a necessidade de haver intercâmbio junto às EFAS e diagnóstico de localidades onde haja o interesse em implantar EFA. É importante destacar que a EFA é escola diferenciada vocacional, sendo necessário garantir outras formas e metodologias educacionais, concomitantemente”.
- “O Governo estadual pode estabelecer parceria com o INCRA para funcionamento do PRONERA - Programa de Educação do Campo - que apoia o funcionamento das EFAs, inclusive com capacitação de nível superior, com o curso Pedagogia da Terra.”

- “Necessidade de ampliar a oferta da EJA e garantir transporte para essa modalidade”.
- “Construção de novas escolas para atender as demandas reprimidas”.
- “Considerando que a maioria das escolas municipais atende até o 5º ano e que as prefeituras não têm economia suficiente para ampliar esse atendimento, sugere-se que as escolas da floresta e EFAs entrem no plano educacional estadual”.
- “Incluir nos planos educacionais serviços de atendimento oftalmológico e dentário para os alunos”.
- “Reiterar sobre a importância da regularização fundiária para manter os filhos dos agricultores no campo”.
- “Envolver a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Conselho de Gestão Estratégica que congrega as Secretarias do Estado para alavancar os projetos estratégicos apresentados”.

Quadro 18: Propostas de Projetos Estratégicos Dimensão Sociocultural e Educacional, Saúde.

TÍTULO	JUSTIFICATIVA	AÇÕES	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Alimentação Saudável	Não existe divulgação das referências onde adquirir produtos orgânicos e nativos (goiaba, caju, araçá-boi, cajá, laranja, limão, acerola, abacaxi, none, manga, açaí, cupuaçu, palmito, castanha do Brasil, macaxeira, banana e peixe).	Divulgar experiências de produção orgânica e nativa como forma de incentivo as comunidades. Realizar palestras, distribuição de panfletos, na mídia (divulgar).	Público-alvo: alunos da área rural, agentes comunitários e professores. Parceiros: Cootraron, Ceplac (palestras); EMATER, Prefeitura (logística); TEM, (site e logística); Rioterra, ADAÇAÍ (palestras); Associações (mobilização dos ASROP, ASBEX e Primavera).	Porto Velho, Cujubim Grande (palestras e panfletos). Guajará-Mirim - nas RESEX Rio Ouro Preto e Pacaás Novos (escolas e palestras). Itapuã do Oeste - Linha B-40, na escola Paulo Freire; Candeias do Jamari - na escola do Triunfo; Nova Mamoré - Distrito de Palmeiras (na escola).
Projeto 2: Contratação de técnicos de enfermagem para as comunidades rurais	A necessidade de profissionais de enfermagem nas comunidades rurais para auxiliarem na prevenção e tratamento de saúde. Implantação dos PSF's no meio rural, nas comunidades indígenas, quilombolas, povos ribeirinhos e extrativistas.		População rural (agricultores, pescadores, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e quilombolas).	Território Madeira Mamoré.
Projeto 3: Saúde Ambiental Rural	Com a implantação do saneamento básico promover a diminuição e a incidência de doenças através do acesso à água tratada, esgoto, escoamento de água fluvial, poços semi artesianos, banheiros específicos com fossas sépticas e um tratamento adequado dos resíduos sólidos.	Público alvo: moradores dos municípios com menos de 50.000 mil habitantes, área urbana, produtores rurais, indígenas, ribeirinhos, pescadores e extrativistas.	Todo o território e parceiros poder público, sociedade civil e parceiros interessados.	Distritos de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari.
Projeto 4: Medicina Alternativa na área rural	Divulgar a importância das ervas medicinais potencializar o uso das ervas medicinais, perda do conhecimento popular sobre as ervas e o alto consumo de remédios químicos; garantir a preservação das plantas nativas medicinais.	Público alvo: agricultores familiares, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e indígenas. Parceiros: Universidades (públicas e privadas); Pastoral da Saúde, EFA's, IFRO, Cooperativas, Associações, Povos Indígenas (troca de experiências); pastorais (AJS consultoria, RS, palestras); prefeituras (logística); Ana Maria Ramos (SEMDESTUR); e nas escolas rurais.		
Projeto 5:	Implantar coleta seletiva e aterro sanitário nos municípios e distritos do TMM – as prefeituras têm até agosto de 2014 a obrigação (exigência) de implantar os aterros sanitários (Lei federal 12.305/10).			

Quadro 19: Proposta Dimensão Político Institucional, Segurança Pública.

O QUE FAZER?	ONDE FAZER?	QUANDO?	COM QUEM FAZER?
Projeto 1: Controle e Participação Social para que se efetive a Reforma Agrária no TMM.	Região de Nova Mamoré: Jacinópolis (em Nova Mamoré).	Primeira reunião, antes do próximo encontro do Colegiado (resolver a questão de litígio em 1 ano).	MPF, Associações e Sindicatos (STTR's), Terra Legal, CPT, INCRA, SEDAM, SEAGRI e Prefeitura.
Projeto 2: Programa Criação do Núcleo de Polícia Rural	Distrito de Jacinópolis e Nova Mamoré.	Em até 2 anos.	Sec. Segurança Pública, Comandos Policiais, Prefeituras, Associações e STTR's, SESDEC.
Projeto 3: Programa de Cultura da Paz no Campo.	Escola Família Agrícola (EFA) - no Flor da Amazônia.	No início das aulas.	SEDUC, Comitê Estadual das EFA's, UNIPAZ, CPT, CJP, STTR's, Associações, famílias dos alunos e SEMED.
Controle Social. Criação da Câmara Temática de segurança pública no CODETER.- que indicará a criação de Conselho Estadual e Municipais de Segurança Pública.	Justificativas: Melhorar a infraestrutura de comunicação para o acesso à segurança pública (telecentros, telefonia, satélite e rádios) em áreas distantes. Utilizar como mecanismo de controle social o Parecer do conselho Estadual de Segurança Pública nos casos de litígio, sendo que o Conselho de Segurança Pública deverá acompanhar as visitas do juiz nas áreas em conselho para contribuir no Parecer. Melhorar a infraestrutura de comunicação para o acesso a Segurança Pública (telecentros, telefonia, satélites, rádios) em áreas distantes. Educação, capacitação socioambiental para o policiamento rural e comunidade. Estender o PROERD para áreas rurais inclusive as EFA's. Criar em parceria com a PM as Guardas-mirins nas áreas rurais. Capacitação em mediação de conflitos agrários, fluviais e florestais. Capacitação em cultura de paz. Regularização fundiária, criar a justiça rápida para a questão agrária. Criar e/ou implementar a Vara Agrária. Validar legalmente decisões judiciais nos casos de litígio mediante o parecer do Conselho Estadual de Segurança Pública e do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Parceiros: SESDEC e Organizações sociais das áreas urbanas e rurais no TMM.		

Quadro 20: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Ambiental, Meio Ambiente.

TÍTULO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Revivendo através de viveiros.	Reflorestar áreas degradadas com essências florestais e árvores frutíferas de maneira sustentável. Obs.: O Código Florestal não aceita as árvores frutíferas na APP, mas sim, a utilização de no mínimo 05 (cinco) espécies nativas. Ações: Regularização de áreas, requisito para o licenciamento e o cadastramento ambiental rural. Produção de essências florestais, mudas nativas e de verduras aliadas a segurança alimentar, por exemplo, nas escolas e hospitais.	Público alvo: agricultores, extrativistas, madeireiros, empresas voltadas ao ramo e outras. Parceiros: ICMBio, UNIR, as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal).	Todos os municípios que fazem parte do Território Madeira Mamoré.
Projeto 2: Todos pelos Rios	Devido ao alto índice de desmatamento nas matas ciliares e nascentes e uso indevido das águas (lixo urbano). Ações: Recuperação de nascentes e matas ciliares. Educação ambiental para as águas; Repovoamento de espécies nativas (peixes) nos rios e igarapés.	MMA, MDA, SEDAM, SEAGRI, Prefeituras, Rioterra, EMATER, COOTRARON, SENAR, EFA, Escolas rurais e urbanas, tratamento de esgotos.	TMM.
Projeto 3: Revitalização de viveiros municipais	A necessidade de arborização da cidade, recuperação das matas ciliares e produção de árvores frutíferas.	Os municípios do Território Madeira Mamoré.	Nas áreas urbanas e rurais do TMM, coordenado pelas prefeituras municipais.
Projeto 4: Manejo das microbacias hidrográficas no Território Madeira-Mamoré.	Enquadramento das leis ambientais existentes. Ordenamento fundiário. Planejamento do uso dos solos. Público alvo: Território Madeira-Mamoré, Ministérios, Governos: municipal, estadual e federal e sociedade civil. Microbacias identificadas no Território Madeira- Mamoré.		
Projeto 5: Recuperação, fortalecimento e disseminação de sementes crioulas e estruturação de banco de sementes.	Ações: Realização de feiras e seminários para troca de sementes, experiências exitosas, visitas, construção e manutenção de estrutura científica e familiar para armazenamento de sementes crioulas, no Território Madeira-Mamoré	Parceiros: UNIR, EMBRAPA, CEPLAC, EMATER, SEAGRI; Apoio e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente no TMM.	

Quadro 21: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura.

O QUE FAZER?	ONDE FAZER?	COM QUEM FAZER?	RESPONSÁVEL	PRAZO
Projeto 1: Elaborar projetos para construir e/ou estruturar galpões de armazenamento.	Território TMM.	RECA, RIOTERRA, Secretaria de Extrativismo, CONAB, Governos, ADA Açaí, Câmara Técnica do CODETER.	Adirleide e Iremar.	Até final de 2011.
Projeto 2: Elaborar projetos para construir/adquirir despoldadeira, tonel congelador e câmaras frias (máquina de gelo e uma cozinha industrial).	Território TMM.	RECA, RIOTERRA, Secretaria de Extrativismo, Governos, ADA Açaí, Câmara Técnica do CODETER.	Adirleide e Iremar.	Até final de 2011.
Projeto 3: Realizar um levantamento de prédios públicos que possam ser destinados às Associações e Cooperativas com finalidade de Armazenamento (material para escritório, tecnologia e climatização).	Território TMM.	Associações, Cooperativas, Prefeituras, Governo do Estado e SPU.	Natan e Jorge.	6 meses.
Projeto 4: Realizar um levantamento das estradas vicinais que necessitam de recuperação.	Território TMM.	Associações, Cooperativas e Câmaras de Vereadores.	Natan e Jorge.	3 meses.
Projeto 5: Elaborar projetos para a aquisição de caminhões c/ carroceria e câmara fria, e ônibus para o escoamento da produção e deslocamento dos produtores para feiras, etc. (caminhão frigorífico, tratores e implementos agrícolas, carro de pequeno porte ou moto). Implantação de uma micro indústria de extração de óleos naturais.	Território TMM.	Governo do Estado, Prefeituras, RIOTERRA, Câmara Técnica do CODETER. Adirleide e Iremar.	CODETER	Até final de 2011.
Projeto 6: Construir um GT no CODETER para acompanhar os atingidos pelas barragens.	CODETER.	CODETER.	Iremar e Adirleide.	3 meses.
Projeto 7: Construir um GT no CODETER para acompanhar o “Luz para Todos”.	CODETER.	CODETER.	Adirleide.	3 meses.

Quadro 22: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Produção.

O QUE FAZER?	ONDE FAZER?	COM QUEM FAZER?	RESPONSÁVEL	PRAZO
Projeto 1: ALTO CUSTO DA PRODUÇÃO Subsídio para o transporte do calcário e mecanização – insumos. Constituir uma equipe no TMM para articular com o governo.	Junto à Secretaria de Agricultura.	Secretário de Agricultura.	Comissão Representativa do Território - (Ademar).	Final de abril.
Projeto 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA Fortalecimento das instituições, através de contratações de técnicos, representantes municipais da SEDAM - técnicos de diversas áreas.	SEAGRI e SEPLAN.	Representação das instituições, INCRA e MDA.	Comissão: Adirleide, Ademar e Risa.	3 meses.
Projeto 3: ACESSO À CRÉDITO Formação de comissão articuladora para regularização fundiária, assistência técnica e instituições de crédito.	Dentro do Colegiado do TMM (encontro às 9 horas DFDA/ INCRA).	Com o Colegiado.	A comissão: Riza, Ademar, Adirleide e João Paulo.	URGENTE - 16 de março.
Projeto 4: ORGANIZAÇÃO SOCIAL Seminário para discutir a situação.	Território Madeira- Mamoré.	Presidentes e diretorias de Entidades.	Comissão: Riza, Ademar, Adirleide e João Paulo.	Março/abril.
Projeto 5: COMERCIALIZAÇÃO DE TERRAS Cobrar providências do INCRA.	No INCRA, MPU e AGU	Comissão e representantes.	Comissão: Riza, Ademar, Adirleide, João Paulo e Sávio.	Março/abril.

Quadro 23: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Transformação e Beneficiamento.

O QUE FAZER?	ONDE FAZER?	COM QUEM FAZER?	RESPONSÁVEL	PRAZO
Projeto 1: Seminário sobre a descentralização da Assessoria Técnica no TMM.	PVH	DFDA, MDA, SEAGRI, INCRA, MPA, MAPA E Instituições de Assistência Técnica – CEDRS.	Câmara de Produção do CODETER. Jorge DFDA. Articuladores MDA/MAPA.	Maio de 2011 (02 dias)
Projeto 2: Elaborar um Programa de assessoria técnica para a diversidade do TMM (agricultura familiar, indígena, pesca, extrativismo, agricultura tradicional).	PVH.	DFDA/MDA, SEAGRI, INCRA, MPA, MAPA E Instituições de Assistência Técnica – CEDRS.	Câmara de Produção do CODETER. Jorge DFDA. Articuladores MDA/MAPA.	Julho de 2011 – elaborar. Julho de 2011 – aprovar
Projeto 3: Oficina sobre verticalização da produção.	PVH/Nova Mamoré.	DFDA/MDA, INSS, SEAGRI, AGEVISA, INCRA, SEDAM, MAPA e CODETER.	Câmara Temática Produção.	Junho 2011 (02 dias e meio).
Projeto 4: Elaborar um Plano de Comunicação e divulgação dos produtos da Agricultura Familiar e definir logomarca para os produtos.	PVH.	Consultor MDA/DFDA, SEAGRI, INSTITUIÇÕES DE ASSESSORIA e SEPLAN.	Articuladora MPA e assessora MDA. N.T. Câmara de Produção e Fabrício.	Outubro de 2011

Quadro 24: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Comercialização.

O QUE FAZER?	ONDE FAZER?	COM QUEM FAZER?	RESPONSÁVEL	PRAZO
Projeto 1: Criação de manual de boas práticas no processo produtivo.	Agricultura Familiar.	Associações, cooperativas e STTR.	Marcos, Roseli, Iremar e Gelson.	6 meses.
Projeto 2: Curso de capacitação e assessoria técnica para entidades.	TMM.	TMM.	Marcos, Roseli e Iremar.	1 ano.
Projeto 3: Criar um GT para reivindicar criação da marca.	CODETER.	CODETER.	Marilu e Iremar.	1 mês/3 dias.
Projeto 4: Criação de um fundo específico destinado à participação em eventos (feiras, mostras, etc.).	CODETER.	CODETER/BSC.	Roseli e Adirleide.	1 ano.
Projeto 5: Criar cartilhas e material de divulgação e seminários de sensibilização (PAA/PENAE).	TMM	TMM.	Roseli, Adirleide e Jorge	6 meses.
Projeto 6: Criar um GT para acompanhar de perto as ações do INCRA com relação a regularização fundiária.	CODETER.	Organizações/CONAB/EMATER.	Marilu e Adirleide.	3 meses.
Projeto 7: Criar um GT para elaborar uma legislação específica para produtos do extrativismo e Agricultura Familiar, incluindo a não tributação.	CODETER.	CODETER.	Marilu, Iremar e Jorge.	2 meses.

Quadro 25: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Socioeconômica, Extrema Pobreza.

TÍTULO Tema: Política Pública Social Subtemas: Saúde e Educação	JUSTIFICATIVA	PUBLICO ALVO/ PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Construção de escolas agrícolas que atendam a educação básica e técnica	Para atender a demanda reprimida da localidade rural.	Governo federal, estadual, municipal, comunidades e ONG's.	Em todas as localidades (municípios) que fazem parte do Território Madeira-Mamoré.
Projeto 2: Infraestrutura para a saúde	Construção de postos de saúde com estrutura, que receba equipe médica especializada em todas as áreas da saúde.	Governo federal, estadual e municipal e ONG's.	Em todas as localidades onde o serviço adequado não existe no Território Madeira-Mamoré.
Tema: Política Pública de Infraestrutura Subtemas: Habitação, Saneamento, Estradas e Energia. Projeto 1: Habitar Rural	Nas áreas rurais há carência de habitação adequada, saneamento básico, estradas vicinais e energia elétrica. Atendidas essas demandas proporcionar-se-á à população rural melhor qualidade de vida.	Governos federal, estadual e municipal.	Nas áreas rurais dos municípios do TMM.
Tema: Política Pública para o Desenvolvimento Econômico Subtemas: Produção, Comercialização e Organização Projeto 1: Capacitação em economia solidária.	Apoiar a geração alternativa de renda pela estruturação de cooperativas e associações. Dar suporte à comercialização. Articular parcerias. Planejar cadeias produtivas e redes de produção, comercialização e consumo.	CEF's, Associações, FRES, Cooperativas, Sindicatos (STTR), SEAGRI, EMATER.	TMM.
Projeto 2: Implementação do PAA e PNAE	Valorização da produção. Ampliação da comercialização junto ao poder público.	Público alvo: beneficiários dos programas Parceiros: CONAB, EMATER, prefeitura, governo estadual e federal.	TMM
Projeto 3: Erradicação da pobreza	Necessidade de maquinário com lâminas, insumos agrícolas. Formações/capacitações e assistência técnica.	Público alvo: produtores Parceiros: governo federal, estadual e municipal.	TMM.
Tema: Política Pública para o Desenvolvimento Econômico Subtemas: Produção, Comercialização e Organização Projeto 1: Capacitação em SAF's	Fortalecer a manutenção do produtor na área rural. Garantir modelos de produção que preserve o meio ambiente. Proporcionar qualidade de vida. Socializar o modelo RECA.	Público alvo: agricultores familiares. Parceiros: EMBRAPA, EMATER, RECA, SEAGRI e BSC.	TMM.
Projeto 2: Fomento do governo para produção e comercialização	Necessidade de maquinário com lâminas, insumos agrícolas, formações/capacitações, assistência técnica.	Governo federal, estadual e municipal e produtores.	TMM.

Quadro 26: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Organização e Gestão Social.

O QUE FAZER?	ONDE FAZER?	COM QUEM FAZER?	RESPONSÁVEL	PRAZO
Projeto 1: COMUNICAÇÃO Encontros; Seminários; Articulação; Boletim informativo; Sítio do Território.	No Território.	Governo; Comunidades; Entidades civis; Meios de comunicação de massa; CODETER; SEPLAN.	Eliel Ferreira (CMP), Nega, Veni e Neide.	03 meses.
Projeto 2: FORTALECIMENTO Fortalecer as Câmaras Temáticas.	No Território.	CODETER	Sávio	03 meses
Projeto 3: Acompanhar de perto a elaboração do plano relacionado a educação voltada para o campo.	Nas comunidades.	Governo e 3º Setor;	Sávio	06 eses
Projeto 4: Elaborar projetos com a finalidade de acesso a recursos de custeio (PROINF) e criar um fundo de garantia. Elaborar projetos de captação de recursos para garantir: infraestrutura e implementação e fortalecimento das associações.	Nas comunidades No Território.	CODETER; Governo; Entidades Civis.	Jucelino, Nega, Neide, Eliel, Riza e Vanni.	06 meses.
Projeto 5: Realizar seminários e audiências públicas para discussão dos problemas de regularização fundiária.	No Território	INCRA; Terra Legal; Tribunais; MPF; MPE; Controladorias; STTRs; CEDRS; CMDR's; Instituições de Assessorias; SPU; FUNAI	Helena, Ademar, Riza, Sávio e Eliel.	04 meses.

Quadro 27: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Organização Social.

O QUÊ?	POR QUÊ?	ONDE?	META
Projeto 1: Protagonismo da juventude rural.	Trabalhar políticas transversais para a juventude tendo por base os telecentros: meio ambiente, gênero, economia solidária, tecnologias sociais envolvendo a família, resgate da cultura e história de seu povo.	Porto Velho: Nova Califórnia, Extrema e Vista Alegre do Abunã; Nova Mamoré: Nova Dimensão, ASPRO N21 e Jacinópolis; Guajará-Mirim: RESEX Ouro Preto, Pompeu Sapesal, posto da SEDAM, colônia de pescadores, Surpresa e Iata.	Avaliar a implantação em um ano; capacitação da gestão dos telecentros, sua manutenção a partir do protagonismo da juventude rural (mapeamento dos telecentros).
Projeto 2: Formação e qualificação dos servidores públicos para atuar na nova cultura governamental. Modernização do funcionalismo público (capacitação), corpo técnico e modernização do atendimento local.	25/02 - reunião de criação de rede estadual dos Colegiados em Presidente Médici. Capacitação através de parcerias.	Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos (SEAE) e Colegiado do Território.	Avaliação em 1 ano.
Projeto 3: Programa de fortalecimento das organizações sociais.	Etapas: Diagnóstico da situação das Organizações Sociais. Projeto Político Pedagógico Participativo. Plano de capacitação.	SEDUC, SEMED, COOTRARON, EMATER, RIOTERRA, RECID, ICMBio, IFRO, CODETER, CPPT Cuniã.	02 anos e meio.
Projeto 4: Estruturar, reorganizar e fortalecer associações e conselhos municipais. E disponibilizar por parte das instituições, estruturas físicas e equipamentos como suporte aos Conselhos e capacitações dos conselheiros.	Etapas: Criação do fundo de apoio aos conselhos municipais. Proposta de reuniões itinerantes por núcleos: Candeias – L45, Flor da Amazônia, Paraíso das Acácias; Guajará-Mirim: Pompeu, Surpresa e Iata; Nova Mamoré: L-28, L20, Ribeirão e Araras	SEFIN, SEPLAN, SEMPLA, SEMFAZ, Câmaras municipais, assembleias	02 anos. Justificativa: Formação sobre os grandes projetos e seus impactos na vida dos moradores do TMM, para que tenham controle social visando à criação do comitê de bacia do rio Madeira. Apoio a legalização e a documentação.
Projeto 5: Criação de um Portal do TMM.	Estratégia de avaliação das ações desenvolvidas no Território.	Governo Federal (MDA, MC, MCT), governo estadual, STTR, Associações, Movimentos, ONG's e Prefeituras.	

Quadro 28: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Agroecologia.

TÍTULO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/ PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Programa de incentivo à agricultura orgânica de base agroecológica	Incentivar o cultivo de hortas, quintais produtivos, utilização de produtos orgânicos ou de origem agroecológica para melhorar a qualidade dos alimentos bem como disseminar práticas de compostagem e incentivo à coleta seletiva.	Público alvo: alunos de escolas do campo, familiares 18. Parceiros: EMATER, Secretarias de Educação, Sec. de Agricultura, EMBRAPA e EFA's.	Nas escolas do campo.

Quadro 29: Proposta de Projetos Estratégicos Dimensão Político Institucional, Regularização Fundiária.

TÍTULO	JUSTIFICATIVA	PÚBLICO ALVO/ PARCEIROS	LOCAL
Projeto 1: Assentamento sem conflito	Titulação e regularização fundiária nas áreas de assentamentos e áreas urbanas (e em unidades de conservação de uso sustentado), no Território Madeira- Mamoré. Monitoramento dos cumprimentos judiciais. Dar condições aos assentados para ter escola, saúde, estrada, assistência técnica, segurança e financiamento. Promover fórum e enviar carta.	INCRA, Terra Legal, Associações, Sindicatos, Cooperativas, parlamentares das três esferas, MDA, Rioterra e CPT.	Em todo o TMM.
Projeto 2: Criação de Câmara Temática de Monitoramento Fundiário	Levantar entraves nas regularizações fundiárias. Fazer intercâmbio de posseiros e órgãos de regularização fundiária (INCRA, MDA e Terra Legal). Provocar discussão do problema com os envolvidos, inclusive a Justiça.	Sociedade e órgãos governamentais (paridade).	TMM e estado.
Projeto 3: Revisão do zoneamento socioeconômico e ecológico estadual	Para reconhecimento das áreas, de sua identidade e para que os mesmos tenham direitos aos benefícios e financiamento bancário.	A sociedade civil e órgãos governamentais.	TMM.
Projeto 4: Efetivação do funcionamento da Vara de Justiça agrária.	Agilizar a tramitação dos processos de regularização fundiária, diminuindo a moralidade da Vara Agrária.	Todos os processos deferidos no respeito nos conflitos agrários.	Dentro do Território Madeira-Mamoré.
Projeto 5: Fórum estadual de regularização fundiária	Integrar as autoridades tripartites juntamente com a sociedade civil organizada para solucionar as divergências em processos agrários.	Agricultores rurais, entidades responsáveis pela regularização fundiária (federal, estadual e municipal), Ministério Público, entidades e representantes de classe.	Rede estadual de Colegiados e todo estado de Rondônia.



CAPÍTULO VII



CAPÍTULO VII: GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS

7.1. Monitoramento e Avaliação

Com relação à operacionalidade dos projetos, o plano de gestão sugerido em plenária foi a criação de quatro Câmaras Temáticas compostas por 4 ou 5 instituições, sendo o número de participantes a ser definido posteriormente. Organizações: Saúde, Meio Ambiente, Socioeconomia (infraestrutura e economia), Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Política Institucional (Quadro 30).

Quadro 30: Proposta Território Madeira Mamoré.

Criação de Câmaras Técnicas Obs: Cada Câmara será composta por seis (06) organizações, sendo três (03) do Poder Público e três (03) da Sociedade civil.	1. Socioeconômica (infraestrutura, economia e regularização fundiária).
	2. Socioeducacional e cultural (Educação, Cultura, Esporte e Lazer)
	3. Socioambiental (Meio ambiente e Saúde).
	4. Político-Institucional (Organização Social e Institucional, Gênero, Geração, e Segurança Pública).

Quanto à organização dos grupos – Câmaras - reunir-se-ão ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, antes do

prazo previsto. Essas Câmaras articularão e implementarão os projetos estratégicos, prioritariamente, bem como os demais projetos definidos no PTDRS pelo CODETER. Seu diálogo inicial dar-se-á via Núcleo Diretivo ou CODETER.

Semestralmente, cada Câmara apresentará um relatório de atividades ao Núcleo Diretivo. Este, por sua vez, emitirá um parecer e apresentará o relatório ao Colegiado, em reunião a ser convocada para esse fim. O Colegiado, que dentre outras funções possui a responsabilidade de exercer o controle social sobre os investimentos/projetos territoriais, juntamente com o Núcleo Diretivo, manifestar-se-á através da ata da reunião com relação aos andamentos dos projetos/ações. Anualmente far-se-á uma avaliação para ajustes e adaptações necessárias à condução/continuidade das ações de gestão e monitoramento.

As Câmaras poderão convidar instituições (em caráter temporário/específico) que julgarem importantes/necessárias para o desenvolvimento dos projetos prioritários (elaboração, assessoria, articulação, operacionalização, execução), mesmo que estas não sejam membros do CODETER.

Quanto à disposição das Câmaras, após diálogo entre os membros do CODETER, no que tange ao Plano de Gestão do Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Madeira-Mamoré, foi deliberado que o mesmo será feito através de Câmaras Temáticas, sendo estas compostas pelas seguintes entidades:

- Associações de Produtores Rurais, Extrativistas, Indígenas, Ribeirinhos, Pescadores e Quilombolas.
- MDA, DFDA, INCRA, ICMBIO e FUNAI.

- Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Educação, Saúde, Agricultura e de Projetos Estratégicos.
- Prefeituras.
- Entidades de Assessoria Técnica e Projetos: Cootraron, Emater, Rioterra, CPPT Cuniã, CMP, CPT, INDIA, Kanindé e Ceplac.

Obs.: O técnico da entidade que irá prestar a assessoria deve ser oficiado com a devida antecedência para que possa ser disponibilizada sua liberação junto ao órgão.

Ainda quanto à organização das Câmaras, o Colegiado propôs que seja feita a Avaliação das Ações do Regimento Interno para, a partir de então, deliberar o funcionamento das Câmaras Temáticas sendo atribuída ao Núcleo Diretivo a responsabilidade sobre a organização da referida reunião.

7.2. Monitoramento Participativo

Em um segundo momento, os membros do CODETER se reuniram para avaliar os projetos outrora construídos analisando-os sob a ótica estratégica fazendo, deste modo, uma seleção dos projetos que de fato seriam prioritários para o desenvolvimento do Território Madeira-Mamoré. Para obter êxito em tal tarefa, também foram observadas as características e funcionamento do Programa Territórios da Cidadania e critérios necessários ao funcionamento do processo de monitoramento. Buscou-se elaborar um sistema simples, efetivo, que pudesse ser operacionalizado no contexto local, que garantisse a comunicação entre os diferentes atores, com agilidade, viabilidade e continuidade. Depois de realizadas as discussões entre os grupos de trabalho, os seguintes projetos foram considerados estratégicos:

Quadro 31: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional, Educação.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
EDUCAÇÃO	Projetos pilotos de EFA com foco na realidade local. Polarização e descentralização da educação rural.	Estadual.	SEDUC, EMATER, STTR'S.	SEDUC, SEMED'S.	SEMEDs, SEAGRI, SEMAGRICs, MDA, EMATER, MEC, STTR's, RECA, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Conselhos de Educação.	Número de escolas (EFA's) em funcionamento no Território. Número de alunos (agricultores) matriculados. Número de PPPs adequado e em conformidade à realidade da questão rural.	Fotos das escolas em funcionamento. Fichas de matrículas. Número de Decretos de Criação das EFA's, assim como o reconhecimento destas. PPP's.	Dez/2014.
	Fomentar o intercâmbio de conhecimento entre os agricultores familiares do TMM, ocorrendo através de colóquios, seminários, reuniões, oficinas, visitas técnicas, etc.	Federal, estadual e municipal.	SEDUC, EMATER, SEMED's, STTR's, Núcleo Diretivo.	SEDUC, Sistema S, EMATER, CPPT Cuniã, Federação de Pescadores, UNIR, IFRO, São Lucas, FARO, FIMCA, RECA, RIOTERRA.	RIOTERRA, SEMEDs, SEPLAN, COOTRARON, EMATER	Número de atividades realizadas. Número de participantes envolvidos.	Fotos do evento Lista de presença Fichas de inscrição do evento.	Dezembro 2013.

Quadro 32: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional, Esporte e Lazer.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
ESPORTE E LAZER	Realizar diagnóstico de identificação de infraestrutura para prática de esporte na área rural, assim como identificação das práticas esportivas existentes nos referidos locais.	Estadual.	SEAGRI, SEMPLA, SEMES, SEDUC, SECEL.	SEMPLA, SEMES, SEDUC, SECEL.	SECEL, EMATER, SEAE.	Diagnóstico elaborado. Número de práticas identificadas.	Apresentação do diagnóstico.	Até 2014.
	Construção de Centros poliesportivos – esporte e lazer (quadra, campo, jogos de salão, etc.) de acordo com as necessidades locais, inclusive atendendo público infantil, adulto e idoso.	Federal, estadual e municipal.	SEAGRI, SEMPLA, SEMES, SEDUC, SECEL, Ministério dos Esportes.	SEMPLA, SEMES, SEDUC, SECEL.	SECEL, EMATER, SEAE.	Número de projetos elaborados. Número de Centros poliesportivos implantados.	Projetos elaborados e encaminhados. Fotos dos Centros implantados. Protocolo de apresentação dos projetos.	Até 2015.

Quadro 33: Gestão e Monitoramento, Dimensão Sociocultural e Educacional, Cultura.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
CULTURA	Criação da Feira Cultural Itinerante (dos povos da floresta) e Circuito Cultural do Território Madeira-Mamoré (Festival Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de RO).	Municipal e estadual.	KANINDE, STTR, OSR, SEDUC, ICMBio, CPPT Cuniã.	SECEL/KANINDE, SEDUC, FUNDAÇÃO IARIPUNA, Ministério da Cultura, CPPT Cuniã.	SEMAGRIC, EMATER, CODETER, CEPLAC, KANINDE, RAIZ NATIVA, RIOTERRA, Ministério da Cultura, EFA's.	Projeto-Festival/ Feiras/circuito elaborado e encaminhado. Número de atividades realizadas. Número de participantes.	Fotos do evento. Fichas de inscrição dos participantes. Protocolos dos projetos encaminhados.	2013.
	Criação de escolas públicas de Artes (música, dança, teatro e artes plásticas).	Federal, estadual e municipal.	KANINDE, STTR, OSR, SEDUC, ICMBio, CPPT Cuniã, MINC.	SEMED's, SEDUC, MEC, SEPLAN, EFA's.	EFA's, SEMAGRIC, EMATER, CODETER, CEPLAC, KANINDE, RAIZ NATIVA, RIOTERRA, Ministério da Cultura.	Projetos das escolas elaborados e encaminhados. Número de escolas construídas.	Registro fotográfico das escolas construídas. Protocolos dos projetos encaminhados.	2014.

Quadro 34: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Economia.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
ECONOMIA	Fortalecimento e organização das cadeias produtivas de olericultura, leite, pesca, aquicultura, milho, arroz, soja, mandioca, e fruticultura*.	Federal, estadual e municipal.	EMATER, Ministério da Pesca, CEPLAC, SENAR, MDA, STTR.	SEAGRI, SEDAM, SEMA, SEMAGRIC, SEDAM, MDA, RIOTERRA.	Raiz Nativa, SENAR, SEBRAE, RIOTERRA, RECA, PETROBRAS, UNIR, EMBRAPA.	Número de projetos elaborados por cadeia. Número de diagnósticos realizados por cadeia.	Protocolo de encaminhamento dos projetos. Diagnósticos realizados.	01 ano.
	Fortalecimento e organização da cadeia produtiva de pequenos animais.	Federal, estadual e municipal.	EMATER, Ministério da Pesca, CEPLAC, SENAR, MDA, STTR.	SEAGRI, SEDAM, SEMA, SEMAGRIC, SEDAM, MDA, RIOTERRA.	Raiz Nativa, SENAR, SEBRAE, RIOTERRA, RECA, PETROBRAS, UNIR, EMBRAPA.	Número de projetos elaborados por cadeia, Número de diagnósticos realizados por cadeia.	Protocolo de encaminhamento dos projetos. Diagnósticos realizados.	01 ano.

Quadro 35: Gestão e Monitoramento, Dimensão Socioeconômica, Infraestrutura.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
INFRAESTRUTURA	Construir e estruturar galpões de armazenamento para olericultura, leite, pesca, aquicultura, milho, arroz, soja, mandioca, e fruticultura.	Federal, estadual e municipal.	EMATER, Ministério da Pesca, CEPLAC, SENAR, MDA, STTR.	SEAGRI, SEDAM, SEMA, SEMAGRIC, SEDAM, MDA, RIOTERRA.	Raiz Nativa, SENAR, SEBRAE, RIOTERRA, RECA, PETROBRAS, UNIR, EMBRAPA.	Número de projetos de construção elaborados por cadeia; Número de construções concluídas.	Protocolo de encaminhamento dos projetos. Fotos das construções.	02 anos.
	Construir e estruturar galpões de armazenamento para atender a cadeia produtiva de pequenos animais.	Federal, estadual e municipal.	EMATER, Ministério da Pesca, CEPLAC, SENAR, MDA, STTR.	SEAGRI, SEDAM, SEMA, SEMAGRIC, SEDAM, MDA, RIOTERRA.	Raiz Nativa, SENAR, SEBRAE, RIOTERRA, RECA, PETROBRAS, UNIR, EMBRAPA.	Número de projetos de construção elaborados e encaminhados. Número de construções concluídas.	Protocolo de encaminhamento dos projetos. Fotos das construções.	02 anos.

Quadro 36: Gestão e Monitoramento, Dimensão Ambiental, Meio Ambiente.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
MEIO AMBIENTE	Reflorestar, recuperar, reparar e converter as áreas alteradas/degradadas/APP's/ Reservas legais.	Federal, estadual e municipal.	Organização Raiz Nativa – ORN, STTR's, EMATER, CEPLAC, COOTRARON, SEDAM, SEMA's, SEAGRI.	SEDAM, SEAGRI, CEPLAC E EMATER, SEMA's, SEMAGRIC's, RIOTERRA, INCRA.	KANINDÉ, RIOTERRA, RECA, SEMA, Usinas, Ministério da Pesca, MAPA, SENAR, IDARON.	Número de projetos elaborados e encaminhados. Número de hectares recuperados.	Protocolo de encaminhamento dos projetos.	02 anos.
	Elaboração do CAR das propriedades rurais do TMM.	Federal, estadual e municipal	Organização Raiz Nativa – ORN, STTR's, EMATER, CEPLAC, COOTRARON, SEDAM, SEMA's, SEAGRI, RIOTERRA.	SEDAM, SEAGRI, CEPLAC E EMATER, SEMA's, SEMAGRIC's, RIOTERRA, MDA, MMA, INCRA.	KANINDÉ, RIOTERRA, RECA, SEMA, Usinas, Ministério da Pesca, MAPA, SENAR, IDARON, SIPA, STTR's.	Número de CAR's elaborados.	Protocolo de registro junto ao órgão regulamentador (SEDAM).	01 ano.

Quadro 37: Gestão e Monitoramento, Dimensão Ambiental, Saúde.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
SAÚDE	Divulgar e preservar a importância das ervas medicinais para a potencialização do uso, como tratamento alternativo.	Federal, estadual e municipal.	OSR, CPPT-Cuniã, STTR, Raiz Nativa, CPA –Z7 (Itapuã), EMATER, KANINDÉ, CMP.	Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, SESAU, Pastorais, RECA.	Público-alvo: todos os moradores do TMM, COOTRARON, RIOTERRA, CPPT- Cuniã, STTR, Raiz Nativa, CPA –Z7, EMATER, Universidades, RECA, CPT, COOPRAZON.	Número de projetos elaborados e encaminhados. Número de parcerias estabelecidas. Número de campanhas realizadas para divulgar e resgatar o tema.	Protocolo dos projetos encaminhados. Documentos que comprovem as parcerias firmadas. Material utilizado nas campanhas	02 anos.
	Implantação de saneamento básico na área rural com objetivo de diminuir a incidência de doenças através do acesso à água tratada, esgoto, escoamento de água fluvial.	Federal, estadual e municipal.	INCRA, SESAU.	FUNASA, INCRA, SESAU, SEMED, EMATER, SEAGRI.	EMATER, CPT's, SEMAGRIC, CREA, Universidades, SEDUC, SEMED.	Número de unidades instaladas. Número de assentados, assentamentos e famílias beneficiadas. Número de projetos protocolados e encaminhados.	Fotografias. Número de contratos firmados e executados.	02 anos.

Quadro 38: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Segurança Pública.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
SEGURANÇA PÚBLICA	Criação de um programa de combate às drogas lícitas e ilícitas na área rural como forma de Política Pública, na busca de neutralizá-la.	Federal, estadual e municipal.	Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais- STTR, Secretaria de Ação Social, Centro de Pesquisa de Populações Tradicionais – Cuniã, Raiz Nativa, EMATER, UNIR.	SESDEC, SENASP, Secretaria de Ação Social (municipal e estadual), SEDUC, Conselho Estadual da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar.	Prefeituras, SEAGRI, EMATER, Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais- STTR, Conselhos Tutelares, SEDUC, UNIR, SEMED, EFAS, Conselho de pais e professores, bombeiros.	Número de projetos elaborados. Número de ações e de campanhas implementadas.	Lista de presenças. Material produzido e distribuído. Protocolo dos projetos encaminhados.	01 ano.
	Programa para Criação do Núcleo de Polícia Rural	Federal, estadual e municipal.	Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais- STTR, Secretaria de Ação Social, Centro de Pesquisa de Populações Tradicionais – Cuniã, Raiz Nativa, EMATER, UNIR.	SESDEC, SENASP, Secretaria de Ação Social (municipal e estadual), SEDUC, Conselho Estadual da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar.	Prefeituras, SEAGRI, EMATER, Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais- STTR, Conselhos Tutelares, SEDUC, UNIR, SEMED, EFAS, Conselho de pais e professores, bombeiros, MPE, MPF, PRE.	Número de estruturas criadas e em funcionamento. - Sistema estatístico.	Foto das estruturas em funcionamento. Estatísticas sobre a violência rural acessível à população.	01 ano.

Quadro 39: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Organização Social e Institucional.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL	Programa de fortalecimento e estruturação das organizações sociais: colônias, sindicatos, cooperativas, associações, e conselhos municipais (instituições do CODETER).	Federal, estadual e municipal.	CEPLAC, EMATER, SEDUC, KANINDÉ, SEDAM, SEAGRI, STTR's, Raiz Nativa, OCER, OSR, Federação de Pescadores do Estado de RO.	CEPLAC, EMATER, SEDUC, KANINDÉ, RIOTERRA, COOTRARON, OCER.	SEMED, COOTRARON, RIOTERRA, RECID, ICMBio, IFRO, CODETER, FRES, GTA-RO; SEAGRI; Prefeituras; FUNAI, SEDAM, Federação dos Pescadores do Estado de RO, OCB	Número de projetos elaborados e encaminhados. Número de projetos realizados.	Relatórios das atividades. Protocolo dos projetos encaminhados.	02 anos.
	Elaborar diagnóstico situacional das organizações sociais que participam do CODETER.	Federal, estadual e municipal.	CEPLAC, EMATER, SEDUC, KANINDÉ, SEDAM, SEAGRI, STTR's, Raiz Nativa, OCER, OSR, Federação de Pescadores do Estado de RO.	CEPLAC, EMATER, SEDUC, KANINDÉ, RIOTERRA, COOTRARON, OCER.	SEMED, COOTRARON, RIOTERRA, RECID, ICMBio, IFRO, CODETER, FRES, GTA-RO; SEAGRI; Prefeituras; FUNAI, SEDAM, Federação dos Pescadores do Estado de RO, OCB	Número de organizações identificadas, juridicamente criadas e regulares.	Relatórios de atividades. Cadastros das organizações juridicamente criadas. Certidões negativas	01 ano.

Quadro 40: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Regularização Fundiária.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Agilidade no direito a posse da propriedade rural.	Federal, estadual e municipal.	STTR's, EMATER, CPPT-Cuniã, RIOTERRA, Raiz Nativa, C.P.A -Z7(Itapuã do Oeste), CMP.	Secretaria de Agricultura, INCRA, MDA – Programa Terra Legal.	Prefeituras, SEAGRI, EMATER, Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais- STTR, Conselhos Tutelares, SEDUC, UNIR, SEMED, EFAS, Conselho de pais e professores.	Número de imóveis titulados.	Títulos de imóveis.	01 ano.
	Regularização fundiária aplicando a lei de usucapião.	Federal, estadual e municipal.	STTR's, EMATER, CPPT-Cuniã, RIOTERRA, Raiz Nativa, C.P.A -Z7(Itapuã do Oeste), CMP.	Secretaria de Agricultura, INCRA, MDA – Programa Terra Legal.	Prefeituras, SEAGRI, EMATER, Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais- STTR, Conselhos Tutelares, SEDUC, UNIR, SEMED, EFAS, Conselho de pais e professores.	Número de imóveis titulados.	Processos julgados e concedidos.	01 ano.

Quadro 41: Gestão e Monitoramento, Dimensão Político Institucional, Gênero e Geração.

ÁREAS TEMÁTICAS	PROJETOS PRIORITÁRIOS	ESFERA DE ARTICULAÇÃO	ARTICULAÇÃO	IMPLEMENTAÇÃO	POTENCIAIS PARCEIROS	INDICADOR	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PRAZO
GÊNERO E GERAÇÃO	Protagonismo da juventude rural (capacitações, formação, apoio à reuniões, assim como toda e qualquer ação que auxilie o empoderamento da juventude rural).	Federal, estadual e municipal.	EMATER, SEDUC, KANINDÉ, Raiz Nativa, SEDAM, SECEL, SEMTAS, SEAS.	EMATER, SEDUC, KANINDÉ, Raiz Nativa, SEDAM, SECEL, SEMTAS, SEAS.	SEMED, COOTRARON, RIOTERRA, RECID, ICMBio, IFRO, CODETER, FRES, GTA-RO, SEAGRI, Prefeituras, FUNAI, SEDAM, Rede Fora do Eixo, Movimento Hip-Hop da Floresta, CPT's, STTR's.	Número de projetos elaborados e encaminhados. Número de projetos realizados. Número de jovens envolvidos.	Relatórios de atividades. Protocolos de encaminhamento dos projetos.	01 ano.
	Fomentar políticas de gênero e geração.	Federal, estadual e municipal.	EMATER, SEDUC, KANINDÉ, Raiz Nativa, SEDAM, SECEL, SEMTAS, SEAS.	EMATER, SEDUC, KANINDÉ, Raiz Nativa, SEDAM, SECEL, SEMTAS, SEAS.	SEMED, COOTRARON, RIOTERRA, RECID, ICMBio, IFRO, CODETER, FRES, GTA-RO, SEAGRI, Prefeituras, FUNAI, SEDAM, Rede Fora do Eixo, Movimento Hip-Hop da Floresta, CPT's, STTR's.	Número de projetos elaborados e encaminhados. Número de projetos realizados. Número de campanhas realizadas.	Relatórios de atividades. Materiais utilizados nas campanhas. Protocolos dos projetos encaminhados.	01 ano.







REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADBH , 2010. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003; Acessado em: 2010.
- ALMEIDA SILVA, A.; BASTOS, F; BASTOS, A; GOMES, F.B. Análise socioeconômica da área de concessão pública da Floresta Nacional do Jamari. Porto Velho: Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – Rioterra, 2009.
- ARPA, 2008. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. Disponível em: <http://programaarpa.gov.br/uncategorized/lista-de-ucs-2/>; Acessado em: 2010
- BRASIL 2005. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- BRASIL, 2005. Ministério da Saúde. DATASUS (2005). Brasília, 2005.
- BRASI, 2002. SNIU. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002). Brasília, 2002.
- BUARQUE, S. C. 2002. Construindo o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CORDIOLI, S. Enfoque participativo, um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: GENESIS, 2001.
- FIERO, 1997. Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. Perfil Socioeconômico e Industrial do Estado de Rondônia. Porto Velho, 1997.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico (1937-2007). Porto Velho, 2007.
- _____, Contagem da População 2007. Brasília, 2007.
- _____, Senso Agropecuário 1995/1996. Brasília, 2010.
- _____, Senso Demográfico 2010. Brasília, 2010.
- IDARON, 2010. 28ª Etapa de Vacinação contra Febre Aftosa – Elab. Banco de Dados/CODEP/GEDEP/SEDES, em Agosto de 2010.
- COODEP e DEDEP, 2009/2010. Indicadores do Agronegócio 2009/2010 – SEDES – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (COODEP/GEDEP). 2011.
- LEAL, P. N. O outro braço da cruz. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1984.
- MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. 2011. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/busca_ativa2/brasil/ufs/tabela_basico.html
- Acessado em: 2011.
- MEIHY, J. C. S. B. 2005. Manual de História Oral. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- MENDES, C. C. A Política Regional nas Renúncias Fiscais Federais: 1995/1998. In: Texto para Discussão nº 697, IPEA, Brasília, Janeiro de 2000.

- MORAES, A. C. R. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MINISTÉRIO da Integração Nacional, SECRETARIA de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 2003. Brasília: MI, 2005.
- OLIVEIRA, J. A. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, A. L., C. A. F. A., SEABRA, O. C. L. (org.). O Espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.
- PEDLOWSKI, M; DALE, V; MATRICARDI, E. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. In Revista Ambiente e Sociedade 12 (05): 93-105, Campinas, UNICAMP, 1999.
- PERDIGÃO, F. e BASSEGIO, L. Migrantes Amazônicos: Rondônia, a trajetória da ilusão. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- PINTO, E. P. Rondônia: Evolução Histórica: a criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- RÜCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: MINISTÉRIO da Integração Nacional, SECRETARIA de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, 2003. Brasília: MI, 2005.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005.
- Secretaria de Saúde de Candeias do Jamari, Relatório de Gestão, 2008.
- Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Candeias do Jamari (SEMEDE).
- SEDAM, 2000. Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia.
- Disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br/index.php/component/content/article/109-cogeo/168-acervo-tecnico>
- Acessado em: 2011.
- SIPRA/INCRA, 2005 e Coordenação do Programa Luz para Todos – SEAPES/RO, 2005.
- SOUZA, V. A. (Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2002.
- VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo. Secretaria de Agricultura Familiar – MDA. Guia Prático. Brasília, 2006.
- WEINSTEIN, B. A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1983.
- WHITESIDE, M. Diagnóstico Participativo Rápido Rural: manual de técnicas. Moçambique, Maputo, Comissão Nacional de Meio Ambiente. 1992.



CENTRO DE ESTUDOS
RIOTERRA

Rua: Rua Padre Chiquinho, 1651, B. São João Bosco

CEP:76803-786

Porto Velho - Rondônia - Brasil

Fone: (55)(69) 3223-6191

www.rioterra.org.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68313-00-8



9 788568 313008

TERRITÓRIOS DE RONDÔNIA
TERRITÓRIO MADEIRA MAMORE